

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

MAYRA CASTRO VIZENTIN

Relações de Comunicação e Trabalho das costureiras subcontratadas

São Paulo

2024

MAYRA CASTRO VIZENTIN

Relações de Comunicação e Trabalho das costureiras subcontratadas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências da Comunicação, sob orientação da Prof.^a Dra. Roseli Figaro.

Versão corrigida

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Castro Vizentin, Mayra
Relações de Comunicação e Trabalho das costureiras
subcontratadas / Mayra Castro Vizentin; orientador,
Roseli Aparecida Figaro Paulino. - São Paulo, 2024.
146 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes
/ Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. comunicação e trabalho. 2. costureiras. 3. trabalho
a domicílio. 4. discurso. 5. gênero. I. Figaro Paulino,
Roseli Aparecida. II. Título.

302.2

CDD 21.ed. -

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Mayra Castro Vizentin

Título: Relações de Comunicação e Trabalho das costureiras subcontratadas

Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À memória de meu pai, Osmar Vizentin.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Laudicea e Osmar (*in memoriam*), pela vida, pelo amor incondicional e por nunca me negarem a ideia de que eu pudesse ser e fazer o que eu quisesse. À minha irmã, Marcela, pelo apoio e encorajamento nos momentos mais difíceis. Ao meu irmão, Cesar, e sua família, Maria, Sarah, Henrique e Gabriel, pelos momentos doces e felizes.

À minha orientadora, Profa. Dra. Roseli Figaro, por ter aceitado me orientar e ter acreditado em meu objeto, mais do que eu mesma. A jornada acadêmica foi mais inspiradora, comprometida e muito mais efetiva e afetiva pelo compromisso dessa grande educadora com a pesquisa a serviço da transformação social.

Aos meus colegas do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho (CPCT) por compartilhar os passos da pós-graduação de forma tão generosa. Em especial, agradeço à querida Tania Caliori, pela amizade, ao Jamir Kinoshita, pela sempre disposta atenção e apoio, à Claudia Rebechi, por ter aceitado participar da minha banca de qualificação com contribuições importantes para o avanço da pesquisa e para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Às queridas Claudia Nonato e Janaina Visibeli Barros pelas palavras de incentivo, conselhos, dicas e parceria. Ao Rafael Rodrigues, por compartilhar comigo parte de sua jornada no pós-doutoramento na ECA-USP e no trabalho no Grupo de Trabalho do projeto LinCAR, assim como à querida Naiana Rodrigues, pela inspiração e grande apoio nas tarefas em grupo.

A um dos meus melhores amigos, Gean Oliveira, com quem tenho tido a oportunidade de compartilhar a vida acadêmica e pessoal desde os tempos da graduação e quem me guiou por todo esse processo e foi o grande responsável pelo meu encontro com a Professora. Roseli. Aproveito a oportunidade para agradecer ao incentivo da querida Tariana Machado e a amizade do querido Fabiano Tassi.

Agradeço assim a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estiveram comigo na jornada pela conquista desse sonho. Àquelas que estiveram comigo desde o começo e àquelas que chegaram ao longo da jornada e que me encorajaram a seguir sem desistir.

Agradeço as costureiras que aceitaram participar da pesquisa e a todos da comunidade Nossa Senhora de Lourdes no bairro Sônia Maria, Mauá, pelas informações e apoio no processo de identificação das possíveis participantes.

Aproveito, ainda, para agradecer a todas as companheiras de ontem, de hoje e de amanhã na luta pela emancipação das mulheres e a quem devemos o espaço na pesquisa e os fundamentos feministas que me orientam na academia e na vida. Assim, estendo o meu agradecimento a todos aqueles que dedicam sua vida a mudar o mundo.

Por fim, mas não por isso menos importante, agradeço a cada um dos trabalhadores da Universidade de São Paulo, de todos os níveis, sem os quais nada disso seria possível.

Nos salões dos ricos, os poetas lacaios declamam:

- Como é lindo o teu tear!

Pagu, Parque Industrial

RESUMO

VIZENTIN, Mayra Castro. **Relações de comunicação e trabalho das costureiras subcontratadas**. 2024. Dissertação. (Mestre em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Busca-se compreender, a partir da observação direta do mundo trabalho, quais as relações de comunicação e trabalho são construídas por trabalhadoras de confecções de um dos elos da cadeia de produção têxtil. Para isso, realizamos entrevistas semiestruturadas em profundidade com sete costureiras subcontratadas dos bairros Sônia e Silva Maria, na cidade de Mauá, município da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que trabalham a domicílio para uma empresa de produção de roupas infantis. Sob a abordagem teórico-metodológica o binômio comunicação e trabalho, buscamos entender quais as mediações presentes nas atividades de comunicação e trabalho das participantes, entendendo o trabalho como espaço privilegiado de relações sociais. Dentre os resultados, demonstramos, a partir da análise dos discursos das participantes, que não obstante as estruturas econômicas são determinantes para o estabelecimento das condições de vida dessas trabalhadoras, é no trabalho que elas se constituem como sujeitos históricos e onde criam processos de resistência à própria lógica da exploração capitalista patriarcal. Assim sendo, seus discursos revelam que o trabalho de costura está relacionado à independência, ao senso de utilidade, sobrevivência e, em último caso, ao prazer. Isso porque, a costura a domicílio se mostra como uma alternativa de empregabilidade mais vantajosa frente às demais ocupações comuns às mulheres sem qualificação, casadas, com filhos e moradoras de periferia. Ao mover-se pelo campo dos discursos, busca-se ainda analisar a língua construindo sentidos no processo de trabalho. De tal modo, conclui-se que a linguagem é utilizada para a construção das relações sociais com as colegas do bairro, para trocar informações sobre a atividade de trabalho que envolve a solução de dúvidas e o compartilhamento de conhecimento no processo de renormatização entre o trabalho prescrito e o inédito da sua atividade.

Palavras-chave: comunicação e trabalho; costureiras; trabalho a domicílio; discurso; gênero.

ABSTRACT

VIZENTIN, Mayra Castro. **Communication and work relations of subcontracted seamstresses**. 2024. Dissertation. (Master's in communication) – School of Arts and Communication of São Paulo, São Paulo College, São Paulo, 2024.

We sought to understand, through direct observation of the world of work, what communication and labor relations are built by garment workers in one of the links in the textile production chain. To do this, we conducted in-depth semi-structured interviews with seven subcontracted seamstresses from the Sônia and Silva Maria neighborhoods in the city of Mauá, a municipality in the São Paulo Metropolitan Region (RMSP in Portuguese), who work from home for a company that produces children's clothing. Under the theoretical-methodological approach of the binomial communication and work, we sought to understand the mediations present in the participants' communication and work activities, knowing work as a privileged space for social relations. Among the results, we demonstrated, based on an analysis of the participants' discourses, that although economic structures are a determining factor in establishing the living conditions of these workers, it is at work that they constitute themselves as historical subjects and where they create processes of resistance to the patriarchal capitalist logic itself. As such, their discourses reveal that sewing is related to independence, a sense of usefulness, survival and, ultimately, pleasure. This is because home sewing appears to be a more advantageous alternative to other occupations that are common to women without qualifications, who are married, have children and live on the outskirts of town. As we moved through the field of discourse, we also sought to understand the language used in the work process. In this way, we concluded that language is used to build social relationships with colleagues in the neighborhood, to exchange information about the work activity that involves solving doubts and sharing knowledge in the process of re-standardization between the prescribed work and the new work.

Keywords: communication and work; seamstresses; home-based work; discourse; gender.

PRÓLOGO DA AUTORA

Como esse texto inicial tenho o objetivo de marcar alguns aspectos que envolvem minha trajetória pessoal, até este momento, e que estão diretamente relacionados às motivações para a escolha do objeto de pesquisa. Assim, ressalto que a presente dissertação é resultado de um trabalho que busca revelar, a partir da perspectiva da comunicação e do trabalho, e da maneira mais empática possível, as condições de vida das trabalhadoras da indústria têxtil de confecção a domicílio. Uma pesquisa que surge da minha experiência pessoal como filha, neta e sobrinha de costureiras. Nesse sentido, é muito provável que eu não seja a única a poder afirmar isso sendo de uma família proletária da periferia da cidade de São Paulo. Encontrar costureiras no bairro onde eu cresci – o Parque São Rafael - não é difícil.

Como muitas mulheres mães, a minha mãe, trabalhadora na indústria química da região do grande ABC¹ até o início dos anos de 1990, viu-se desempregada após a segunda gravidez. Tendo ocupado-se da tarefa de maternar por 10 anos, a recolocação no mercado de trabalho formal foi impossível e a alternativa foi a precariedade do trabalho informal na costura. Durante toda essa década vi e convivi com a minha mãe trabalhando em uma oficina de quintal de casa, ganhando muito pouco, enquanto meus irmãos e eu nos dedicávamos aos estudos. Graduei-me em Jornalismo e iniciei minha carreira profissional na comunicação de organizações sindicais e do terceiro setor lembrando, sempre, daquelas condições de trabalho sob as quais minha mãe e outras tantas mulheres da região foram submetidas.

A indústria têxtil há séculos tem empregado milhares de pessoas mundo afora e já passou por inúmeras transformações ditadas pelas mudanças do próprio modo de produção capitalista. Mais recentemente, a nova divisão internacional do trabalho, promovida pelos avanços das cadeias globais de produção, conferiu aos países periféricos do mundo a produção de bens e serviços mais precarizados, entre eles a produção de roupas da chamada indústria *fast-fashion*. Somada à flexibilização das leis trabalhistas e ao crescimento das desigualdades no Brasil, cada vez mais as

¹ “Região Metropolitana de São Paulo e é composto por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra”. Consórcio ABC. O abc. [s.n]: Santo André, 2024. Disponível em: <https://www.consorcioabc.sp.gov.br/pagina/82/municipios-consorciados/sub-pagina/5/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

pequenas empresas, longe dos holofotes da fiscalização, aproveitam-se da mão de obra barata de mulheres cuja única forma de empregabilidade são postos de trabalho sem proteção social, seja na indústria ou no setor de serviços.

Movida pelo interesse nas relações de trabalho, especialmente das mulheres trabalhadoras, uma vez que quase toda a minha trajetória profissional como jornalista está ligada ao movimento sindical, busco contribuir com o resgate epistemológico do trabalho como categoria de análise social. Para além disso, no entanto, busco visibilizar as condições de trabalho das mulheres na indústria que, frente à constante transformação tecnológica do mundo trabalho, sofrem com a super exploração ao mesmo tempo que compartilham da influência da racionalidade liberal altamente promovida pela nova organização do capital.

Durante toda o desenvolvimento da pesquisa e já no processo de análise das entrevistas realizadas com as costureiras, ouvi da minha orientadora, a Profa. Dra. Roseli Figaro, recomendações para manter o olhar empático e buscar, através do meu texto, a desnaturalização da precarização da vida dessas mulheres. Espero realmente haver cumprido esse desafio, gerando contribuições para o campo das pesquisas que estudam o trabalho, a comunicação e as relações de gênero na sociedade.

Para além deste contexto político e econômico, gostaria de dizer que a presente pesquisa foi realizada e produzida durante um período de intensa e constante transformação pessoal. Tendo iniciado minha trajetória no mestrado ainda nos últimos meses do período pandêmico em 2022, sem dedicação exclusiva, tenho consciência de que apresento aqui o resultado possível de ser alcançado dada a necessidade de conciliar o mestrado com trabalho remunerado. Ressalto que por vezes essa dupla jornada impôs desafios como a falta tempo e a frustração de não poder dedicar-me à pesquisa como gostaria. Além disso, é claro, e como todos aqueles que se dispõem a levar uma pesquisa por 30 meses, a vida se impôs e eu tive que lidar com momentos de muita infelicidade durante o trajeto, como a partida precoce e trágica do meu pai ainda em julho de 2022.

Sem utilizar estes fatos como desculpa para qualquer coisa, acredito ser importante marcar de onde e como nasceu a minha pesquisa e quais as motivações, para além das acadêmicas e científicas, aqui implicadas, esperando que essas marcações contribuam para uma melhor leitura do texto apresentado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O BINÔMIO COMUNICAÇÃO E TRABALHO	22
2.1 O campo da Comunicação	23
2.2 Uma nova perspectiva da comunicação	26
2.3 A centralidade do trabalho	30
2.4 Atividade de trabalho	34
2.5 Linguagem e trabalho	37
2.6 A língua como arena de disputas sociais	40
3 AS COSTUREIRAS E A INDÚSTRIA TÊXTIL	44
3.1 A estrutura industrial e as cadeias de produção	44
3.2 A indústria têxtil em São Paulo	49
3.3 As mulheres no mercado de trabalho	51
3.4 A invisibilidade do trabalho doméstico	53
3.6 A feminização do trabalho a domicílio de costura	55
3.7 Costureiras em luta por melhores condições	59
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	63
4.1 O percurso metodológico	64
4.2 Descrição do caminho percorrido	65
4.3 Como é esse território	70
4.4 Métodos e técnicas de pesquisa	73
5 AS COSTUREIRAS E SEUS DISCURSOS	78
5.1 Quem são as sete costureiras?	79
5.2 Primeiras análises	81
5.3 Quais as relações de trabalho	85
5.4 O que os discursos das costureiras nos dizem sobre o sentido do trabalho	91
5.5 A costura como alternativa ao trabalho ainda mais precarizado	98
5.6 O trabalho de cuidado não remunerado como mediação do trabalho remunerado de costura	103
5.7 A atividade de trabalho e a linguagem no mundo do trabalho das costureiras	107
5.7.1 Análises dos discursos sobre a renormalização do trabalho	109

5.2.2 Práticas languageiras sobre o trabalho de costura	112
5.8 O que as costureiras fazem com os meios de comunicação	116
5.9 O WhatsApp como processo de comunicação que transforma as relações no trabalho	121
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas de pesquisa	141
ANEXO A – Parecer CEP	144

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar as relações de comunicação e trabalho construídas pelas trabalhadoras de confecção de um dos elos da cadeia de produção têxtil, com recorte para as costureiras subcontratadas a domicílio dos bairros Sônia e Silva Maria, na periferia de Mauá, município da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), prestadoras de serviço de uma empresa de produção de roupas infantis. Sabe-se que a comunicação desempenha papel central no desenvolvimento e manutenção das novas estruturas produtivas. Para além disso, no entanto, a comunicação, mediada e analisada sob a perspectiva do trabalho, pode revelar aspectos mais amplos da sociedade e contribuir para a construção dos sentidos de trabalho. Por isso, o que se pretende analisar na presente pesquisa é: quais relações de comunicação e trabalho as costureiras subcontratadas constroem no próprio fazer do trabalho, entendendo o espaço do trabalho como um espaço privilegiado de mediação de relações sociais e de construção de sentidos e, portanto, de recepção.

No entanto, esse não é um objeto novo. Como veremos, ao longo das últimas décadas (Abreu, 1986), muitas pesquisas, do campo das Ciências Sociais e da Sociologia, sobre a situação e importância do trabalho a domicílio realizados por mulheres costureiras para a indústria têxtil de confecção foram realizadas.

Com vistas a isso, a presente pesquisa pretende corroborar com esse campo, mas, primeiramente e principalmente, contribuir com o campo da comunicação que estende seu olhar para o receptor e para aquilo que ele faz com a mensagem, e que compreende a comunicação como atividade humana dotada de sentidos. Assim sendo, busca-se ainda contribuir com a linha de pesquisa que trata do binômio Comunicação e Trabalho (Figaro, 2008, 2018). No entanto, a realização desta pesquisa pode, por que não, buscar também seguir dando voz às mulheres periféricas que seguem sustentando essa indústria com trabalhos em condições quase desumanas, ao mesmo tempo em que as empresas se utilizam de uma estrutura

sociocultural que domestica as mulheres, bem como sua força de trabalho, subtraindo seus direitos e desvalorizando suas vidas.

O sujeito dessa pesquisa são as mulheres trabalhadoras, costureiras subcontratadas, precarizadas, que trabalham a domicílio em territórios periféricos. A nós interessa conhecer também suas rotinas, a partir de suas vivências pessoais e de suas atividades de comunicação e trabalho, entendendo-as como trabalhadoras que constituem a ponta mais precarizada da cadeia na indústria têxtil.

Nesse momento cabe descrever quais as motivações para a escolha do objeto de pesquisa e porque realizá-lo sob a perspectiva do binômio Comunicação e Trabalho. E para justificar, me permito assim passar ao uso da primeira pessoa como forma de demonstrar o envolvimento pessoal, não por isso menos científico, com a realidade das costureiras.

Durante quase dez anos minha mãe trabalhou, informalmente, em uma oficina de costura subcontratada no bairro onde fui criada, o Parque São Rafael, no subdistrito de São Mateus, extremo leste de São Paulo. Lá ela era responsável por apenas uma das etapas da costura, ora na máquina reta, ora no overloque. O que elas chamavam de roupas do tipo “modinha”, feitas com tecido sintético, quase sem estampas e de corte mais simples, aqui nós enquadramos como *fast-fashion*. Essas peças vinham já cortadas, enviadas pela confecção maior com endereço no Brás (cujo nome não cabe aqui mencionar) e que produz (ou já produziu) peças para empresas como Pernambucanas, Marisa e Renner. As costureiras trabalhavam junto com a dona da confecção nos fundos da casa dela. A dona fornecia as máquinas, energia, e estruturas mínimas de trabalho. O pagamento era feito por produção. Então, o trabalho que não era contínuo, quando um novo corte chegava, o preço a ser pago por peça só era estabelecido e informado depois que a produção já havia começado. Se a dona da oficina ganhava R\$ 1,10 por peça, para as demais costureiras, a depender de qual função estavam desempenhando, esse valor se convertia em R\$ 0,40 ou menos. Lembro que à época, entre anos de 2000 e 2012/2013, o salário mensal da minha mãe girava em torno de R\$ 400, enquanto as mesmas “blusinhas modinhas” que seu trabalho ajudava a confeccionar eram vendidas, em média, por R\$40,00 nas lojas.

Obviamente esse valor, mesmo para aquele período, era extremamente baixo. Minha mãe conhecia muitas outras mulheres costureiras do bairro que trabalhavam

em condições semelhantes às dela. Muitas mulheres casadas, a maioria mães responsáveis, quase exclusivamente, pelo cuidado da casa e dos filhos. Além da tremenda precarização que revestia a realidade desse trabalho, pude notar um padrão, uma grande rede de mulheres naquela região que se organizava para e por meio do trabalho informal de costura.

Quando no início da carreira profissional como comunicadora em organizações sindicais, tive contato com estudos que tratavam das cadeias de produção e de como essas organizavam sua produção utilizando exatamente os padrões que observei na realidade vivida em casa, pude juntar o incomodo com aquela precarização com uma linha de estudos que tratava exatamente desse fenômeno. Mas eu sou comunicóloga, e por isso busquei enquadrar esse objeto dentro do campo das Ciências da Comunicação e isso deu-se por meio da perspectiva do binômio Comunicação e Trabalho, uma vez que esse trata da comunicação não como fenômeno exclusivo dos meios de comunicação, mas como atividade humana.

Tendo, ainda, realizado pesquisas ao longo da graduação em Jornalismo inseridas no arcabouço teórico-epistemológico dos estudos de recepção, interessada em compreender o que fazem os receptores com a mensagem, bem como já ter utilizado da metodologia da Análise do Discurso como forma de revelar embates ideológico produzidos na comunicação verbal, não foi difícil construir o quadro teórico de referência que unisse todas as pontas desse novelo.

Assim sendo, o objeto empírico da presente é constituído pelos discursos das trabalhadoras coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e aprofundadas movidas pelas seguintes questões: Como se dão as relações de comunicação e trabalho das e entre as costureiras? Quais instrumentos de comunicação elas utilizam e como eles se relacionam com o mundo do trabalho modificando-o? Quais produtos culturais estão presentes no dia a dia do trabalho e quais as mediações presentes no mundo do trabalho? As trabalhadoras, ainda que desvinculadas formalmente e espacialmente da empresa, reconhecem-se como trabalhadoras?

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender, a partir da observação direta do mundo trabalho e das suas mediações, como as relações de comunicação e trabalho das costureiras subcontratadas são construídas, entendendo o trabalho como espaço privilegiado de relações sociais.

Tendo, para isso, os seguintes objetivos específicos: entender como e em que contexto se dão as atividades de comunicação e trabalho das costureiras; analisar como se constroem as relações de comunicação no trabalho e sobre o trabalho; compreender quais mediações estão presentes no mundo do trabalho dessas costureiras; contribuir para os avanços dos estudos do binômio Comunicação e Trabalho como campo interessado em olhar para o micro do trabalho

A pesquisa foi orientada, então, pelas seguintes hipóteses:

- O lugar de trabalho como espaço privilegiado de mediação da comunicação e relações sociais
- A atividade de comunicação e trabalho como forma de construção de sentidos
- A desterritorialização da produção das cadeias de produção e o trabalho a domicílio como forma de alienação das mulheres costureiras enquanto força de trabalho produtiva.

Vale situar a presente pesquisa como sendo de cunho exploratório, bem como dizer que está inserida no campo da pesquisa crítica de concepção marxista, que adota a interpretação do materialismo histórico-dialético (Marx, 2007), tendo como paradigma científico da pesquisa em comunicação social a perspectiva gramsciana representada pelos Estudos Culturais (Richard Hoggart, Raymond Williams, E. P. Thompson e Stuart Hall).

Dessa forma, o quadro de referência teórico da presente pesquisa é formado pela linha teórica-epistemológica das Ciências da Comunicação que amplia o campo para além dos estudos dos meios de comunicação e seus efeitos; pelos estudos marxistas que recentralizam o trabalho como categoria de análise das Ciências Sociais (Antunes, 2009); pelos debates realizados a partir do binômio Comunicação e Trabalho que trata o lugar de trabalho como espaço privilegiado de mediação para revelar as contradições sociais e os movimentos contra hegemônicos (Figaro, 2008); bem como pela abordagem teórico-prática da Ergologia (Durrive; Schwartz, 2004, 2007, 2008, 2010) e pelo método da Análise do Discurso (Orlandi, 2007) para a análise dos discursos coletados em entrevistas.

Para melhor apresentação do percurso teórico-metodológico da pesquisa e os seus resultados, a dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles é

dedicado a apresentar a base teórica do binômio Comunicação e Trabalho e todas as teorias por ele mobilizadas. Para isso, começaremos por delimitar o campo científico das Ciências da Comunicação no escopo das Ciências Sociais Aplicadas, para então apresentar qual o enfoque teórico-epistemológico será seguido. Neste caso, àquele que entende a comunicação como atividade humana que, quando pensada a partir das mediações, coloca o receptor como sujeito ideológico ativo do processo de formação de sentidos. Entendendo a comunicação e o trabalho como dimensões ontológicas do ser social (Lukács, 2012), passamos a situar o conceito de trabalho e de exploração a partir da teoria marxista. Logo, advimos aos debates da escola da Ergologia (Durrive; Schwartz, 2004, 2007, 2008, 2010) para observar o micro do trabalho situando-o como atividade humana dotada de ineditismo. A partir daí, sucederam os estudos da filosofia da linguagem, tendo a própria linguagem, assim como a consciência, nascido da necessidade humana de se relacionar e, portanto, de se comunicar para trabalhar. Nesse sentido, e a partir da abordagem da Análise do Discurso, discorreremos como a língua é ela mesmo campo revelador das disputas ideológicas.

No segundo capítulo nos dedicamos a apresentar o contexto socioeconômico no qual estão inseridas essas mulheres, começando por um resgate histórico das transformações sofridas pela indústria têxtil de confecção, com um recorte espacial para o estado de São Paulo e temporal do início da década de 1990 até o presente. Apresentamos ainda um estado da arte das pesquisas sobre as mulheres trabalhadoras dessa indústria no Brasil, buscando observar quais fatores econômicos e sociais atravessam a condição dessas trabalhadoras, sobretudo as que estão em contexto doméstico, que passam também pela divisão sexual do trabalho na sociedade de classes. Nesse sentido, propomos um exercício de retomada de lutas históricas travadas pelas costureiras, ainda no início do século passado, por melhores condições de trabalho tendo como objetivo apresentar um contraste para as atuais condições de exploração.

O terceiro capítulo dedica-se a apresentar os caminhos percorridos e os recursos metodológicos utilizados para a realização da presente pesquisa. Assim sendo, nos propusemos a utilizar a triangulação metodológica (Günther, 2006) como caminho utilizando o cruzamento entre o método da pesquisa exploratória para a aproximação e definição do objeto empírico, somada ao método de construção de

amostragem “Bola de Neve” (Handcock; Gile, 2011), seguida do uso da técnica de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados e da Análise de Discurso (Orlandi, 1999) para a interpretação dos dados.

O quarto e último capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica, que começa traçando o perfil socioeconômico das participantes e os termos da relação de trabalho estabelecidas entre elas e a empresa contratante. Logo analisa-se o que os discursos das costureiras dizem sobre os sentidos do trabalho por ela construídos. A seguir, analisa-se o trabalho de costura como alternativa a formas de empregabilidade ainda mais precarizadas e desempenhadas majoritariamente por mulheres, criando uma conexão para apresentar os enunciados sobre o trabalho de cuidado não-remunerado que se revela como mediador do trabalho remunerado de costura.

Visto que a presente pesquisa está particularmente interessada no micro do trabalho, nos debruçamos a apresentar os enunciados relacionados à atividade de trabalho e ao uso da linguagem no mundo do trabalho das costureiras. Além disso, buscamos compreender como as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são mobilizadas no cotidiano de trabalho das costureiras e como elas operam transformações nas relações de gerenciamento do trabalho. E por último, ênfase na análise de seus discursos sobre como os meios de comunicação estão presentes e atravessam sua cotidianidade de trabalho.

Dentre os resultados alcançados, demonstra-se, a partir da análise dos discursos das participantes, que embora as estruturas econômicas sejam determinantes para o estabelecimento das condições de vida dessas trabalhadoras, é no trabalho que elas se constituem como sujeitos históricos e onde criam processos de resistência à própria lógica patriarcal. Assim sendo, seus discursos revelam que o trabalho de costura está relacionado à independência, ao senso de utilidade, sobrevivência e, em último caso, ao prazer. Isso porque, a costura a domicílio se mostra como uma alternativa de empregabilidade mais vantajosa frente as demais ocupações comuns às mulheres sem qualificação, casadas, com filhos e moradoras de periferia.

Ao adentrar pelo campo dos discursos, busca-se ainda compreender a língua fazendo-se no processo de trabalho. De tal modo, conclui-se que a linguagem, no campo do trabalho, é utilizada para a construção das relações sociais com as colegas do bairro, para trocar informações sobre a atividade de trabalho que envolvem a

solução de dúvidas e no compartilhamento de conhecimento no processo de renormatização entre o trabalho prescrito e o inédito da sua atividade. Ou seja, a comunicação como suporte para a circulação do saber-fazer com status de prescrição.

Nesse sentido, os resultados reafirmam que os meios de comunicação tradicionais, como rádio e a televisão, seguem sendo relevantes para o cotidiano de vida das trabalhadoras, e estão muito presentes em seus lugares de trabalho, ajudando-as a formar sentidos, revelados aqui por meio do discurso.

2 O BINÔMIO COMUNICAÇÃO E TRABALHO

A presente pesquisa está ancorada nos estudos desenvolvidos pela Prof.^a Dra. Roseli Figaro, que deram origem à sua tese de doutorado desenvolvida e defendida na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), e publicada sob o título Comunicação e Trabalho – Estudos de Recepção: O mundo do trabalho como mediação da comunicação (2001). Figaro afirma na introdução de Relações de Comunicação no Mundo do Trabalho (2008) que os resultados da pesquisa que deram origem ao livro “comprovam a hipótese de que o mundo do trabalho é a mediação privilegiada no processo de comunicação” (Figaro, 2008, p. 12).

Assim sendo, distanciando-se das correntes teóricas-epistemológicas da comunicação positivistas/funcionalistas interessadas somente nos efeitos e nos usos dos meios de comunicação de massa, ou das correntes críticas ortodoxas, centradas exclusivamente nas sequelas culturais causadas por este meios, partimos dos Estudos Culturais (cuja expressões mais conhecidas são os britânicos Richard Hoggart, Raymond Williams, E. P. Thompson e Stuart Hall) como primeira linha teórica a tratar a cultura e a comunicação também como produtores de realidade e não apenas reprodutores ideológicos. A partir desses avanços, juntamente com o resgate do conceito de hegemonia de Gramsci, é que os teóricos da comunicação latino-americanos passam a gestar, a partir dos Estudos de Recepção e da Teoria das Mediações (Martín-Barbero, 1997), o enfoque teórico-epistemológico das Ciências da Comunicação que combate o dualismo no campo ao admitir a ocorrência de processos contraditórios na disputa pela hegemonia e a existência de artifícios populares de resistência. E isso se dá, principalmente, a partir da troca de perspectiva da análise dos meios para as mediações entre cultura e política protagonizadas pela comunicação (Lopes, 2014). Como afirma Martín-Barbero (2021)

Sobrecarregada tanto pelos processos de transnacionalização quanto pela emergência de sujeitos sociais e identidades culturais novas, a comunicação está se convertendo em um espaço estratégico a partir do qual se podem pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhada, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação

e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais (Martín-Barbero, 2021, p. 261).

A opção pela abordagem do binômio Comunicação e Trabalho avança a partir desses estudos para considerar o mundo do trabalho como principal campo de mediação social, e a abordagem teórico-prática da Ergologia (Durrive; Schwartz, 2004, 2007, 2008, 2010) com um olhar interessado no micro da atividade de trabalho, é usada para revelar o que se passa na sociedade, do ponto de vista das relações materiais. É central, entretanto, compreender que para essa abordagem o fenômeno comunicacional é tratado como atividade humana indispensável ao desenvolvimento ontológico do Ser social (Lukács, 2012), e se desenvolve ao lado da atividade do trabalho, sendo ambos, portanto, intrínsecos ao desenvolvimento do Ser. Por isso, a linguagem, enquanto prática discursiva, deve ser entendida em um contexto material de construção social e analisada como espaço de disputa ideológica.

Iniciemos então por situar a nossa abordagem teórica-epistemológica da comunicação e como este conceito está situado no campo de pesquisa que tem por base o binômio comunicação e trabalho.

2.1 O campo da Comunicação

Em um contexto socioeconômico de forte dependência das Tecnologias da Comunicação e Informação (TCI), ao situar as Ciências da Comunicação como campo de conhecimento científico, partimos da compreensão de que os estudos sobre o fenômeno da comunicação deixam de ser uma disciplina por si só, para tornar-se um novo paradigma de análise da sociedade moderna globalizada. Nesse sentido, “este é um momento histórico particular porque vemos colocada a comunicação no centro da sociedade contemporânea e no seu próprio sentido” (Lopes e Romancini, 2016, p. 24).

Daí a necessidade de situar a comunicação enquanto campo científico próprio, dotado de estruturas e de disputadas paradigmáticas de análise. Com este fim, nos propomos primeiramente a compreender como se constrói um campo científico de forma geral, tendo como ponto de partida o modelo da Teoria dos Campos de Bourdieu (1983), sua estrutura e correlação de forças e autonomização, aterrissando tal modelo na área das Ciências da Comunicação. Em *O Campo Científico* (1983), o

sociólogo trata de problematizar e analisar como a busca pela competência ou a autoridade científica perpassa todos os movimentos dentro do campo científico. Tal demanda por autoridade e competência, tem a ver com a concentração de pesquisadores em certos objetos e áreas de pesquisa. Como afirma o autor, “a tendência dos pesquisadores a se concentrar nos problemas considerados como os mais importantes se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico mais importante” (Bourdieu, 1983, p. 125). Ou seja, segundo o sociólogo, o campo científico é um espaço de disputa política, de poder e de dominação, que implica em uma busca permanente por autoridade científica, de acordo com o aumento da concentração de pesquisa em certa área.

Analisando como essa configuração perpassada os demais âmbitos da pesquisa científica e da produção de conhecimento e, ao estabelecer um paralelo entre o campo científico e o campo das relações de classe em uma sociedade neoliberal, Bourdieu vai dizer que a almejada autoridade científica é, do ponto de vista simbólico, “uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies” (Bourdieu, 1983, p. 130). Tal capital científico é, ainda, passível de investimento. No entanto, o objetivo do autor é apontar para uma possível e necessária mudança da ordem estabelecida na ciência.

Dessa forma, entende-se que um campo científico pode ser tomado como espaço de disputa que reflete a organização social, atendendo a interesses histórico-sociais. Nesse aspecto, pensar epistemologicamente o campo da comunicação, baseado nos grandes paradigmas da Ciências Sociais, aponta para um processo de irrupção desta enquanto apenas uma disciplina ou uma ciência disciplinada.

Assim sendo, assume-se a Ciências da Comunicação como campo científico, entendido como espaço de disputa que segue hegemonizado pelo paradigma estrutural-funcionalista. Apesar disso, no entanto, há um processo de avanço do paradigma marxista da linha crítica, sobretudo a partir de uma perspectiva gramsciana, que deu bases para a elaboração de um novo modelo teórico-metodológico para o estudo da comunicação, constituído nos países periféricos do capitalismo na América Latina e Brasil. À vista disso, fica evidente a necessidade de superação do funcionamento do campo científico baseado na competência ou na

autoridade científica, legitimada pelos detentores do monopólio do capital científico. Isso porque, segundo Bourdieu,

uma sociologia científica da ciência (e a sociologia científica que ela contribui para tornar possível) só pode constituir-se com a condição de perceber claramente que às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias ideológicas disfarçadas em tomadas de posição epistemológicas através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias (Bourdieu 1983, p. 141).

Em outras palavras, é necessário pensar uma Sociologia da Ciência científica – especialmente no campo da comunicação – que seja autônoma, desvinculada das crenças campo religioso e dos discursos que destinam apenas à comunidade dominante a tarefa de atribuir capital científico e autoridade a seus membros.

Tal processo de disputa se dá em um contexto de rápido e massivo avanço das TCI, que passam a dar sustentação ao modelo de produção capitalista globalizado, onde Ciências da Comunicação saem do lugar de campo científico praticamente ignorado pela sociologia, economia e antropologia, para o centro das análises do desenvolvimento da financeirização do mundo. O fenômeno da mediatização, onde todas as relações e interações sociais são atravessadas de alguma forma por uma crescente convergência de meios, empurra a ciência da comunicação para o rompimento dos limites da disciplina. Uma ciência pós-disciplinar é transdisciplinar não só em suas práticas, mas, sobretudo, na conformação do seu campo teórico metodológico.

Dessarte, no contexto do binômio Comunicação e Trabalho, a importância da multi e transdisciplinaridade dos estudos das Ciências da Comunicação, como campo das ciências sociais aplicadas, ganha uma nova importância quando do objetivo de compreender quais as implicações dessas mudanças na construção dos sentidos do trabalho a partir, também, de um modo de produção fragmentado e desterritorializado, entendendo que a “comunicação constitui-se na contemporaneidade como área de saber capaz de responder a um leque mais amplo de problemáticas do que àquelas advindas dos meios de comunicação de massa” (Figaro, 2008, p. 11).

Portanto, é na perspectiva dos estudos de comunicação interessados nos receptores enquanto sujeitos ativos da produção de sentidos, sendo a própria

comunicação espaço de produção ideológica e disputada hegemônica, que nos basearemos. Falaremos mais sobre essa nova perspectiva no ponto a seguir.

2.2 Uma nova perspectiva da comunicação

Essa nova perspectiva parte do que se pode chamar de uma retomada dos conceitos de Gramsci na pesquisa sobre comunicação, especialmente dos estudos culturais desenvolvidos na América Latina, o que foi fundamental para o progresso do campo. Esses conceitos estão na base da virada dos estudos em comunicação e inauguram uma nova perspectiva da análise que questiona a centralidade dos meios de comunicação, vistos até então como mero reprodutores ideológicos (Araújo, 2018). A noção de cultura em Gramsci vai influenciar fortemente a formatação do termo por Martín-Barbero que afirma que “o conceito explode, se rompe e passa a designar, já em meados do século XIX, [...] o mundo da organização material e espiritual das diferentes sociedades, das ideologias e das classes sociais” (ed. 2021, p. 117).

A retomada das teorias de Gramsci se deve também ao fato de o teórico haver proposto um olhar interessado nas produções populares e na cultura popular, combatidas pelos teóricos da Escola de Frankfurt, entre eles Theodor W. Adorno que, refletindo sobre a indústria cultural, atribuía a esta a destruição da arte lírica, superior. No entanto, ainda que Gramsci e Adorno priorizassem a análise da esfera da produção, o distanciamento entre estes teóricos se confere na importância dada por Gramsci à realização de pesquisas sociológicas que considerassem o público leitor (Frederico, 2021, p.7). Ao contrário dos teóricos da escola alemã que viam no crescimento da indústria cultural o rebaixamento homogêneo da cultura, o filósofo italiano rejeita a ideia de homogeneidade ao dizer que todo o processo histórico tem diferenças e abarca contradições.

Nesse sentido, é importante destacar que, para a construção teórica da linha gramsciana, o entendimento de popular na cultura ganha um novo aspecto, onde “o popular se define não por sua origem, mas por seu uso” (Lopes, 2014, p. 66). Essa virada de entendimento sobre o popular, absorvida pelos estudos culturais, é o que sediará um novo paradigma teórico-metodológico para as pesquisas em Comunicação de origem latino-americana, que condena o dualismo nos estudos da comunicação, admitindo os processos contraditórios na disputa hegemônica, e seus processos de

resistência. Assim sendo, pensar a cultura de massa a partir do conceito de hegemonia significa romper com o positivismo que centrava as pesquisas de comunicação nos meios - o midiacentrismo -, mas também com o culturalismo etnocêntrico que atribuí à cultura de massa a degradação e o rebaixamento cultural.

Os estudos culturais latino-americanos começaram, então, a se desenvolver mais fortemente a partir da segunda metade da década de 1980. Tendo como principais expoentes dessa nova linha de pesquisa o filósofo espanhol Jesús Martín-Barbero, o teórico mexicano Guillermo Orozco Gómez e o antropólogo argentino Néstor García Canclini, essa linha passa a questionar as pesquisas de comunicação centradas exclusivamente nos processos de produção e nos efeitos da mensagem. Dessarte, a proposta basilar de Martín-Barbero é deslocar os estudos de comunicação que tratam a recepção apenas como uma etapa do processo de comunicação, para o campo que entende que a recepção é um lugar importante de observação, de onde se deve repensar as pesquisas em comunicação (Martin-Barbero, 2021).

Sem desconsiderar a necessidade dos estudos dos processos de produção e a força da indústria cultural na sociedade, o que Martín-Barbero propõe é “estudar não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, suas leituras” (Martin-Barbero, 1995, p.55). Tal entendimento tem como base o progresso iniciado por Raymond Williams, que não trata a cultura apenas como instrumento de reprodução ideológica, mas como parte dos processos de produção constitutivos da sociedade. Segundo Martín-Barbero (2023), o modelo de Williams para pensar a cultural tem duas frentes, a teórica e metodológica, sendo na teórica onde ele desenvolve “as implicações da introdução do conceito gramsciano de hegemonia na teoria da cultura, deslocando a ideia de cultura do âmbito da ideologia como único âmbito próprio” (Martín-Barbero, 2023, p. 117). Sendo, assim, a comunicação, como parte do arca-bolso cultural é ela também um espaço de produção material. Como dirá Williams: “é útil reconhecermos que os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção” (Williams, 2011, p. 69).

Dessa forma, entre as principais contribuições dadas pelos Estudos Culturais da Escola de Birmingham – da qual Williams é parte - à perspectiva latino-americana é o entendimento de que o popular não revela apenas a dependência e/ou a subserviência, mas também a construção de processos de resistência das classes subalternas.

Assim, ao alçar o receptor como sujeito do processo de comunicação, Martín-Barbero afirma, mais uma vez, a oposição da linha teórica ao ciclo do reprodutivismo. “Ele reconhece a força da indústria cultural, mas incorpora, com base no conceito de hegemonia, as pulsações das audiências no campo tensional entre a produção e a recepção” (Araújo, 2018, p. 739).

Vale ressaltar, no entanto, que apesar das contribuições que se admitem, há diferenças na relevância dada ao popular entre os estudos culturais britânicos e os desenvolvidos sob a perspectiva latino-americana. Como relembra Araújo (2018), ao reavivar a relevância do popular nos estudos históricos, colocando-o no centro das pesquisas sobre cultura e das práticas de comunicação da classe trabalhadora, Martín-Barbero encontra um novo lugar de observação, que é a vida cotidiana.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a

virada pelo avesso da indumentária economicista e o deslocamento da proposição central dos meios para as mediações constituem os pilares teóricos que sedimentam o alicerce para a construção do pensamento comunicacional no horizonte de possibilidades abertas pela emergência de atores oriundos do popular ao massivo, bem como o desenho de outro cenário na correlação de forças entre a produção e a recepção (Araújo, 2018, p. 737).

Entretanto, Lopes (2020) afirma que a “teoria barberiana das mediações não se confunde com uma teoria da recepção e seu alcance está em compreender o inteiro processo da comunicação, tal como é concebido dentro de cada um dos mapas propostos” (Lopes, 2020, p. 10). Desde o lançamento da primeira edição da sua obra mais conhecida - *Dos meios às mediações* -, Martín-Barbero apresentou ‘mapas metodológicos noturnos’ de representação das mediações, definindo como mediações constituintes ou fundantes a cultura, a comunicação e a política, ou seja, sendo estas mediações lugares onde se “[...]coloca em relação dialética as lógicas da produção e do consumo, os formatos industriais e as matrizes culturais” (Lopes, 2020, p.13). Como primeira proposta metodológica de mapa noturno, o filósofo propõe olhar inicialmente para três lugares de mediação, sendo eles a cotidianidade familiar; a temporalidade social e a competência cultural.

Ao longo dos anos, analisando as transformações pelas quais passavam os meios de comunicação e suas tecnologias, o teórico foi ampliando os mapas, e a sua ótica de observação mostra que é possível realizar investigações de qualquer fenômeno social relacionado à comunicação, cultura e política a partir das relações que se dão entre a produção, mídia, mensagem, cultura e recepção (Lopes, 2020).

Sobre isso, e refletindo sobre o trabalho do cartógrafo na elaboração dos mapas, Martín-Barbero questiona “quien há dicho que la cartografía sólo puede representar fronteras y nos construir imágenes de las relaciones y los entrelazamientos, de los senderos em fuga y los laberintos?” (Martín-Barbero, 2004, p. 11).

Desse modo, a sequência e a evolução dos mapas reconhecem que a comunicação é responsável pela mediação da política e da vida cultural. Lopes (p.14, 2020) afirma que, ao contrário do que se costuma dizer sobre a teoria das mediações, “o olhar não se inverte no sentido de ir dos meios para as mediações e nem das mediações para os meios, senão para ver a complexa teia de múltiplas mediações”. Por isso mesmo, os mapas, ainda que proponham mudanças em seus eixos diacrônico e sincrônico, devem ser vistos em perspectiva e, na melhor das hipóteses, até sobrepostos, uma vez que as mediações não se transformam por completo do primeiro para o último, mas se complexificam conforme as transformações tecnológicas avançam. Os mapas, portanto, devem ser vistos como um método de análise (Figaro, 2019).

Em vista disso, pensar a comunicação a partir da teoria das mediações não se trata apenas de refletir sobre as resistências do popular, mas também de pensar o receptor como sujeito histórico social, atravessado por matrizes culturais e ideologias hegemônicas, capaz assim de produzir contradições. A partir da conferência à comunicação da sua dimensão ontológica, vale lembrar que “reafirmar a comunicação como constitutiva do ser social significa abandonar as teorias que tratam a priori a comunicação como consenso, entendimento ou qualquer outro valor relativo à aceitação, à resposta” (Figaro, Grohmann, 2017, p. 64).

Nesse sentido, faz-se importante sublinhar que a comunicação, entendida desde essa mirada, demanda, primeiramente, ser estudada desde as materialidades das relações sociais em contextos em que se dá o desenvolvimento concreto da produção material. Retoma-se a afirmação de Raymond Williams (p.69, 2011) de que os meios de comunicação são meios de produção “uma vez que a comunicação e os meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social”, ou seja, “eles são meios indispensáveis para as forças produtivas e para as relações sociais de produção” (Figaro, 2014, p. 60).

Assim é que “o binômio comunicação e trabalho passa a protagonizar o cenário da globalização contemporânea como força motriz do sistema hegemônico e, ao

mesmo tempo, como força motriz do movimento de transformação da realidade” (Figaro, 2014, p.28).

Isto posto, o mundo do trabalho como espaço privilegiado de mediações, propicia um olhar da comunicação a partir da produção material e da luta de classes, uma vez que o lugar de trabalho pode revelar relações da vida cultural e política a partir dos debates que se estabelecem na vida cotidiana, logo, sendo propício a revelar também aspectos de todas as esferas sociais. Dessa forma, “observar as relações de comunicação que garantem a existência do trabalho é considerar que os sujeitos produzem, além de um produto ou de um serviço, a comunicação em sociedade, ou seja, produzem a própria sociedade” (Figaro, 2018, p. 181).

No caso da presente pesquisa, os sujeitos são as costureiras que, ainda que sem vínculos formais de trabalho e fora do contexto fabril, precisam da atividade de comunicação para realizar o trabalho. A partir da observação dessas relações, foi possível notar como elas se comunicam sobre e a partir do trabalho individual, doméstico, mas também do apoio coletivo, de saberes compartilhados em redes de relacionamento sociotécnicas. Por essa razão, pode-se afirmar que a escolha teórica do binômio “nos permite problematizar o papel da comunicação nas relações interpessoais, nas organizações e no conjunto da sociedade contemporânea” (Figaro, 2008, p.2).

Uma visão que desafia todos a enfrentar as falácias neoliberais sobre fim do trabalho e a retomar os conceitos de Marx sobre a centralidade do trabalho para o processo produtivo e, portanto, de acumulação de capital, mas também como atividade humana essencialmente social onde o homem se constitui como Ser social. Observe-se o próximo ponto sobre a questão do trabalho na produção.

2.3 A centralidade do trabalho

Costurar, produzir roupas e vestimentas talvez seja um dos trabalhos mais antigos da humanidade. Assim como as demais áreas da vida política, cultural e de comunicação, este também foi um setor fortemente afetado pelas transformações sociais do capitalismo moderno e da financeirização. A moda faz parte do constructo da representação das classes sociais, demarca status social. Entretanto, a produção desenfreada de roupas muito baratas e descartáveis tem como pilar da sua produção

o trabalho extremamente explorado em sua maioria de mulheres de zonas periféricas globais e locais. A precarização e a invisibilidade marcam a desvalorização do trabalho das costureiras enquanto saber que pode passar de geração em geração, um saber quase artesanal, que requer pouca formação escolar.

Somado a isso, a retórica neoliberal emergente nos anos de 1990, que supervalorizou os avanços tecnológicos na comunicação e automatização, chegou a apontar para o fim do trabalho e assim o campo das Ciências Sociais e Humanas foi deixando-o de lado como categoria científica. É fato, contudo, que esses avanços promoveram mudanças sensíveis na divisão do trabalho, flexibilizando em níveis cada vez mais fortes a figura do trabalhador, ao referir-se a ele como colaborador. Houve e há empenho teórico e propagandístico para que a classe trabalhadora deixe de se reconhecer e ser reconhecida como classe social histórica. Essa lógica se aprofunda e se mostra ainda mais cruel quando se trata das cadeias de produção, como no caso da cadeia têxtil. As costureiras são a força de trabalho vivo que movem as máquinas e todo o setor.

Nesse sentido, é preciso resgatar a centralidade do trabalho como pilar de sustentação e reprodução do capitalismo. Tendo como base as teorias de Marx, juntamente com Engels, que, ao assumirem a crítica ao pensamento idealista hegeliano, e todas as correntes que dele derivam, se debruçaram sobre a construção de um pensamento que seguiu na "direção da teoria materialista histórica" (Marx e Engels *apud* Sader, 2007, p. 11). Para os teóricos, o homem não produz a realidade de forma inconsciente, que na perspectiva de Hegel se compreende a partir da ilusão, mas "que o mundo é produto do trabalho humano, como realidade histórica construída coletivamente pelos homens" (Marx e Engels *apud* Sader, 2007, p. 12).

Assim, é a forma de os seres humanos relacionarem-se com a natureza, transformando-a, que determina a relação entre sujeito e objeto. Portanto, o trabalho é o elemento central dessa dicotomia. O sujeito não se constitui por si mesmo, mas na construção histórica e na busca por sua subsistência, e na relação com o outro.

No livro I de O Capital, Marx afirma que "antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona regula e controla seu intercâmbio material com a natureza" (Marx, 2014, p. 211). Dessa forma, "pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana" (Marx, 2014, p.211). Isto posto, o filósofo alemão explica que o que difere o trabalhador de qualquer animal que constrói e modifica a natureza é a

capacidade humana de idealizar o trabalho antes de executá-lo. “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (Marx, 2014, p.211).

Se o trabalho é exclusivamente humano e “é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, (...) que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (Lukács, 1980: IV-V, Antunes, 2009, p. 136), no modo de produção capitalista o trabalho é apropriado pelo capital a partir das relações entre os valores de uso e de troca da mercadoria e sua relação com o dinheiro e a relação do tempo de trabalho e o valor da força de trabalho convertido em salário.

Quando se trata de mercadoria, não se pode falar em valor de troca sem falar em valor de uso, pois estes são conceitos dependentes. “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (Marx, 2011, p. 97). No entanto, é preciso considerar que o valor de uso é determinado de forma abstrata, ao passo que o valor de troca se dá na proporção do valor de uso. Ou seja, “parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada” (Marx, 2011, p. 98).

Nessa conta é fundamental considerar também o tempo de trabalho contido em uma mercadoria. “Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida” (Marx, 2011, p. 99). Ou seja, o tempo de trabalho é transmitido entre mercadorias como valor de uso.

Ao considerar que o capital se realiza na circulação da mercadoria, na constante troca de uma mercadoria por outra, assim como no tempo de circulação (quando mais rápido uma mercadoria circula, mais capital se acumula), entende-se que é a partir do tempo de trabalho acumulado de outro que o capitalista ganha. Dessa forma, o

tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes (Marx, 2011, p. 99).

Conclui-se, portanto, que “é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (Marx, 2011, p. 100).

Imagina-se então que o salário seria o pagamento pelo trabalho socialmente necessário de um trabalhador ou de vários trabalhadores na criação do valor de uso de determinada mercadoria. Mas não é. Segundo os Manuscritos econômico-filosóficos, “a taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga” (Marx, 2004, p. 24). Daí se extrai o “mais valor” que é o tempo de trabalho socialmente necessário não pago. O salário é pago apenas para o que trabalhador possa sobreviver entre um dia e outro de trabalho.

Assim é que no capitalismo, o trabalho é expropriado para além do seu tempo socialmente necessário. Logo, o trabalho vivo humano segue sendo o pilar de sustentação da produção e reprodução do capital. No entanto, a disputa hegemônica colocada frente às novas formas de organização do capital, da nova divisão internacional do trabalho, lideradas pelas cadeias de produção globais e pelas empresas de tecnologias de plataforma, busca justamente apagar essa posição.

Isso porque, como explica Marx no volume I d'O Capital sobre a luta do trabalhador com a máquina, introduzida no processo de manufatura, “o instrumento de trabalho, ao tomar forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador” (Marx, 2014, p. 491). Assim é que a divisão manufatureira reduz a força de trabalho a uma habilidade de manejar ferramenta e logo a máquina passar a manejar a ferramenta, em um processo de substituição do trabalho vivo, aquele capaz de transformar a matéria dando vida a ela, pelo trabalho morto das máquinas. De tal modo, a maquinaria transforma parte da força de trabalho humano supérflua, fazendo o valor de troca do trabalho cair.

Assim sendo, além de agilizar o processo de produção, gerando mais capital, o uso das máquinas ainda barateia a força de trabalho. Não obstante, mesmo em polos altamente tecnológicos, como o desenvolvimento e treinamento de Inteligência Artificial, onde o processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto ganha novas vertentes, a força de trabalho humana segue sendo requerida e fundamental, ainda que extremamente precarizada.

Porém, compreender a centralidade do trabalho no processo de exploração do capital não se coloca suficiente para nossa abordagem de pesquisa. É preciso ir mais a fundo e avaliar o trabalho enquanto atividade humana, a partir do micro, observando e escutando de forma ativa o sujeito central dessa relação: o trabalhador. Para tal propósito, mobilizamos os estudos da Ergologia e da filosofia da linguagem, como se verá a seguir.

2.4 Atividade de trabalho

Faz-se importante lembrar que, a partir do binômio Comunicação e Trabalho, o trabalho é considerado como atividade humana indispensável ao desenvolvimento ontológico do Ser social. Somando essa perspectiva à posição marxista da centralidade da exploração do trabalho pelo capital, passamos a considerar que o modo de produção de uma sociedade é o que determina sua estrutura material, cultural e política e o mundo do trabalho, como principal campo de mediação social, é onde se constroem as relações sociais e a linguagem na medida em que o próprio sujeito social se constrói.

Assim é que se recorre à abordagem teórica-metodológica da Ergologia (Durrive; Schwartz, 2004, 2007, 2008, 2010) para pensar o trabalho como atividade humana “tendo como princípio o ineditismo da atividade humana, o que pressupõe, do ponto de vista epistemológico, a dialética entre os saberes da experiência (*savoir investi*) e os saberes instituídos (*savoir institué*)” (Figaro, 2008, p. 9).

Entendida como uma ciência multidisciplinar, diferente do que vimos até aqui, a ergologia não está interessada em problematizar o trabalho a partir da macroeconomia, mas em analisá-lo como uma atividade humana dotada de criatividade e subjetividade. Por isso é que, a escolha por abordagem pressupõe a

escolha por analisar o mundo do trabalho do ponto de vista do trabalho (Durauffourg, 2007), uma vez que está “permite situar de maneira complexa o conceito de trabalho porque o remete à atividade humana” (Figaro, 2008, p.12). Dessa forma, o trabalho, para além de ser busca por sobrevivência material, é atividade humana em movimento, de transformação e de relação entre as pessoas, de construção social e de resistência.

Nesta situação, o caminho da ergologia não permite tratar essa categoria de trabalho de forma simplista. Ao contrário, o campo está particularmente interessado no caráter social e criativo da atividade, em compreender como se dá o processo de renormatização do trabalho prescrito, pensado a partir das normas antecedentes, e o trabalho real que se realiza na situação de trabalho.

A atividade de trabalho é, de imediato, social. Ela permite a cada um se produzir como ser social, mas este processo não resulta de uma simples aplicação do prescrito. A situação real é sempre diferente daquilo que foi antecipado pelo prescrito. Estas diferenças entre o que te é demandado e o que se passa na realidade, devem ser geridas (Durauffourg *apud* Schwartz e Durrive, 2007, p. 68).

Portanto, sob esta perspectiva, trabalhar é gerir, como afirma Yves Schwartz. Nesse processo de gestão entre o que é prescrito e o que é realizado, no real do trabalho, é onde acontece a atividade de comunicação, já que para renormatizar o trabalho, os trabalhadores precisam se comunicar uns com os outros por meio da linguagem. A partir dessa lógica, é possível encarar o trabalho também como uma atividade humana carregada de heranças culturais e de técnicas que podem ser passadas entre grupos geracionais diferentes (o conhecimento acumulado nas normas precedentes), permitindo o desenvolvimento criativo da humanidade (o inédito da atividade real) (Figaro, 2008).

Sob esta perspectiva, busca-se também compreender as dimensões do uso de si e do uso de si pelos outros no contexto do trabalho real. Como explica, Schwartz

mesmo numa situação de maior constrangimento, como no trabalho em linhas de montagem, existe atividade, transgressão, 'renormatização' das normas. Isso nos afasta da ideia de pura execução e nos conduz à ideia de uso de si, porque, mesmo nas linhas de montagem, encontramos uso de si, seja 'por si mesmo', seja 'pelos outros'" (Schwartz, 2006).

Há ainda, pertinentes ao campo da ergologia e que nos foram úteis no processo de observação e entrevistas sobre o mundo do trabalho das costureiras, o que se chama de “entidades relativamente pertencentes”, que nada mais são que aquelas

relações que se estabelecem entre os coletivos que permitem que o trabalho se realize, relações de comunicação mediadas pelo trabalho que permitem o processo de renormatização. Algo que se pode chamar de rede sociotécnica estabelecida entre as costureiras para o compartilhamento de informações relativas à atividade de trabalho.

Ou seja, ao observar o cotidiano do trabalho das costureiras, a partir dessa formulação teórica, a presente pesquisa busca tratar o trabalho enquanto atividade de gestão que demanda o uso de si para lidar com o inédito do trabalho. Dessa forma, ao visitar os locais de trabalho e ouvir das próprias trabalhadoras como elas se organizam em sua rotina de trabalho industrial, ainda que em contexto doméstico, revela-se pela linguagem a situação real de trabalho.

Vale dizer, ainda, que a ergologia se apresenta como campo de conhecimento interessado no singular a partir do geral, ou seja, busca tratar individualmente cada trabalhador em sua particularidade. Uma linha teórica-metodológica que permite compreender o trabalhador como sujeito ativo da atividade humana de trabalho e não como mero executor de normas e procedimentos. Ou ainda como meros “tocadores” de máquinas. Esse movimento coloca o trabalhador no centro das pesquisas da comunicação, uma vez que no mundo do trabalho, como dito, é onde se constitui as relações sociais e políticas, profissionais e pessoais, além de ser um espaço de socialização onde se constrói solidariedade e organização entre a classe (Figaro, 2008).

Ressalta-se ainda que como atividade humana, o trabalho é condição de existência e desenvolvimento do ser humano, é parte da capacidade humana de comunicar, de criar conceitos e instrumentos e de apreender. “É a partir dessa compreensão que tomamos como objeto de estudo a comunicação no mundo do trabalho. Entende-se o sujeito da comunicação como sujeito em atividade de trabalho” (Figaro, 2008, p.9).

Por isso, a comunicação, ao ser estudada a partir do mundo do trabalho, apresenta-se como atividade essencial para estabelecer relações, mas também para mobilizar, criar, questionar, ou seja, para realizar a própria atividade de trabalho. Assim sendo, o espaço de trabalho é, por si só, um espaço de mediação de comunicação.

À vista disso, Fígaro (2014) lembra que, a partir do binômio comunicação e trabalho, não se considera a comunicação no mundo do trabalho apenas a

comunicação organizacional estabelecida entre empresa e trabalhadores. Antes disso, estamos interessados em ouvir os trabalhadores. A partir dos seus discursos sobre o trabalho é que se pretende estudar ambas as atividades.

Nossa hipótese é de que a comunicação no mundo do trabalho é um microcosmo que pode nos revelar temas e problemas no âmbito mais amplo. Torna-se reducionista, portanto, em nosso campo limitar a comunicação no mundo do trabalho à comunicação interna da organização. Sobretudo, porque em comunicação e trabalho quem fala do trabalho é o trabalhador. A empresa não pode falar por ele (Figaro, 2014, p.61).

Admitindo-se isso, recorre-se à linguagem como forma de analisar, estudar e compreender como os discursos, construídos no e para o trabalho, e que têm como função primordial a comunicação. A linguagem é, assim, capaz de revelar aspectos fundamentais da luta de classes e da disputa hegemônica.

É sob esta perspectiva interessada no micro do trabalho que se analisa a linguagem como forma de revelar não apenas as complexidades da situação de trabalho das costureiras, mas também as suas condições materiais de vida e existência em certo contexto.

2.5 Linguagem e trabalho

A contar de que a comunicação é atividade humana e constituinte do Ser Social, passa-se a entender qual a relação entre a linguagem e o trabalho e como estes fazem parte do desenvolvimento do psiquismo humano. A partir desse entendimento, será possível compreender a relevância da filosofia da linguagem para o quadro teórico das pesquisas interessadas em desenvolver análises no escopo do binômio comunicação e trabalho.

O questionamento de como se relacionam pensamento e linguagem e qual o papel de cada um no desenvolvimento da comunicação perpassa os estudos sobre o desenvolvimento do psiquismo, bem como da linguagem. Vigotsky, que afirmou que "enquanto não compreendermos a inter-relação de pensamento e palavra, não poderemos responder, e nem mesmo colocar corretamente, qualquer uma das questões mais específicas dessa área" (Vigotsky, 2005, p.1), desenvolveu uma crítica às pesquisas do campo da psicologia que tratavam da problemática pensamento e

linguagem a partir de abordagem fragmentada, que ora estudavam esses dois elementos como um ou, em definitivo, separados.

É fato que a linguagem tem papel ativo na formação do pensamento como uma unidade verbal e mental, no entanto estas duas unidades não existem de forma independentes, ao contrário dirá Vigotsky sobre o método de análise do pensamento verbal que aborda as duas unidades como "elementos componentes". Em contrapartida ao modelo de análise que estuda pensamento e linguagem separadamente, o autor propõe o método da "análise em unidades", que diferencia o conceito de elementos, do de unidades. "Com o termo unidade queremos nos referir a um produto de análise que, ao contrário dos elementos, conserva todas as propriedades básicas do todo, não podendo ser dividido sem que as perca" (Vigotsky, 2005, p. 5).

A base da tese desenvolvida por Vigotsky é de que a linguagem é uma unidade verbal e mental cujas partes não podem ser separadas sem que se perca as propriedades de cada uma. Logo, o "significado da palavra" é a unidade de pensamento verbal. Para tanto, é fundamental entender o significado da palavra como sendo uma generalização de um objeto, sendo a comunicação, o intercâmbio social, a "função primordial da fala" (Vigotsky, 2005, p. 6), que não está dissociada da sua função intelectual. O afetivo e o intelectual caminham juntos porque o ser humano está no mundo por inteiro e só se desenvolve na relação com o outro. Portanto, "a transmissão racional e intencional da experiência e pensamento a outros requer um sistema mediador, cujo protótipo é a fala humana, oriunda da necessidade de intercâmbio durante o trabalho" (Vigotsky, 2005, p. 7).

Na perspectiva marxista do desenvolvimento do pensamento, da linguagem e da comunicação humana em sua materialidade, Leontiev afirma que "o aparecimento e o desenvolvimento do trabalho, condição primeira e fundamental da existência do homem, acarretam a transformação e a hominização do cérebro, dos órgãos de atividade externa e dos órgãos do sentido" (Leontiev, 2004, p. 76,). Logo, é possível compreender que o psiquismo humano se desenvolve pelo trabalho e simultaneamente ao desenvolvimento do trabalho está o desenvolvimento da linguagem. Ambos caracterizam o processo de desenvolvimento do psiquismo humano. "Primeiro o trabalho, escreve Engels, depois dele e ao mesmo tempo que ele, a linguagem" (Leontiev, 2004, p. 76). Isso acontece porque a partir do trabalho, os seres humanos não entram em contato apenas com a natureza, mas também com

outros seres humanos. "O trabalho é, portanto, desde a origem mediatizado simultaneamente pelo instrumento (em sentido lato) e pela sociedade" (Leontiev, 2004, p. 80).

Dirá Orlandi (2017) que é devido a essa compreensão de transformação, que nasce da perspectiva marxista do materialismo dialético e da noção de práxis, que se pode entrar "com a consideração da linguagem como trabalho, ou seja, a ação mediadora/transformadora da relação do homem com a realidade natural e social" (p.74).

O mesmo entendimento tem Leontiev (2004), para quem a linguagem, como instrumento com o qual se realiza o trabalho, partindo da compreensão de que a consciência humana aparece a partir da atividade de trabalho, "é o instrumento que é de certa maneira portador da primeira verdadeira abstração consciente e racional da primeira generalização consciente e racional" (Leontiev, 2004, p. 88).

Figaro (2008), também recorda que o a linguagem está na origem da constituição do ser social como resultado da sua atividade de trabalho

O Ser Humano é criador da cultura humana e de si próprio como ser social. Faz-se um ser de linguagem, capaz de representar noções abstratas de tempo, espaço, memória e planejamento. A linguagem está na origem da produção do ser social. Ela é resultado da capacidade de trabalho do Ser Humano para superar as necessidades em prol da sua sobrevivência. Como ser que se reconhece em seu semelhante, o homem fez-se na interação com os outros. Ele é um ser de comunicação. A sua trajetória histórica revela-o como um ser que precisa de outro para sobreviver e vencer as adversidades do meio (Figaro, 2008, p. 85).

A linguagem aparece, então, como produto das generalizações e abstrações do processo da atividade de trabalho, do uso dos instrumentos e nas interações sociais. "O nascimento da linguagem só pode ser compreendido em relação com a necessidade, nascida do trabalho, que os homens sentem de dizer alguma coisa" (Leontiev, 2004, p. 92). Logo, a linguagem com o objetivo de comunicação, surge ao mesmo tempo, conjuntamente, ao trabalho. Ambos são, portanto, dimensões ontológicas do ser social.

Portanto, pode-se dizer que a linguagem não é ela mesma dada, mas construída pelo indivíduo social que se constitui no processo histórico. Assim sendo, e tomando a afirmativa de que a linguagem é um trabalho, pode-se afirmar que "é pelo imaginário que os homens vivem suas relações em relação às suas condições materiais de existência" (Orlandi, 2017, p. 75).

Dado, então, que a linguagem é construída materialmente nas relações sociais, sendo o trabalho a primeira delas, é possível analisar a realidade social concreta a partir do uso da língua, uma vez que sob a perspectiva materialista histórica dialética os signos não são neutros. Veja, então, como a análise do discurso é utilizada como método de revelar os conflitos ideológicos presentes no próprio uso da língua.

2.6 A língua como arena de disputas sociais

Parte-se, portanto, como exposto anteriormente, do pressuposto de que a linguagem é construída socialmente e materialmente e que os signos não são neutros, nem externos às relações sociais. Dessa forma então, nos alinhamos a afirmação de Figaro (2008, p.19), para quem a palavra é arena das lutas sociais “porque se forja na dialética entre o estabelecido e o vir a ser. A palavra é sensível à mais ínfima mudança social porque é como ‘unha e carne’ da atividade de trabalho”.

À vista disso, a significação é um sentido dado a partir de um determinado lugar no mundo, e é isso que Leontiev chama de ideologia. Dessa forma, os signos não só refletem a base material da realidade como fazem parte da sua construção. Como ressaltado pelo linguista Volóchinov (2018, p. 94), “qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade”.

Por esse motivo, a consciência só pode existir enquanto realidade materializada em signos, ou seja, pode-se afirmar que a consciência é um ato socioideológico, construída a partir e no processo de sociabilidade. A palavra é um signo resultante de tais relações sociais estabelecidas dentro de um grupo organizado. É na língua que a consciência adquire forma e existência material. Portanto, “a palavra é o fenômeno ideológico *par excellence*. [...] A palavra é o medium mais apurado e sensível da comunicação social”. (Volóchinov, 2018, p. 98). Dessa forma, a língua é o espaço onde é possível presenciar também a luta de classes. Isso porque, “a palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam” (Volóchinov, 2018, p. 109).

Ao admitir essa perspectiva, admite-se que é na comunicação que a linguagem encontra sua finalidade, ou seja, nasce da necessidade de interação, e então torna-se abstração, conceito, instrumento/palavra.

A língua é mais que um instrumento de comunicar ideias, permite agir sobre os sentimentos dos outros e exprimir os próprios sentimentos. Cada língua é também uma maneira de classificar o que se pensa e o que se sente, e uma maneira de se referir ao que se pensa e ao que se sente – e é, indubitavelmente, condicionada pelo estado fisiológico do indivíduo, pela sua história, cultura, classe social, por tudo o que se passa no mundo exterior (Motter, 1994).

Dessa forma, a abordagem da Análise de Discurso (AD) é, onde “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. (Orlandi, 2007, p.15), mostra-se coerente para o estudo das relações de comunicação no mundo do trabalho. Isso porque, a AD tem como estratégia revelar quais os sentidos estão articulados nos elementos linguísticos e extralinguísticos presentes neste espaço de mediação, uma vez que “essa formulação concebe que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (Orlandi, 2017, p. 45).

Na base das teorias da Análise do Discurso, quatro conceitos são fundamentais para a sua compreensão, a saber o conceito de enunciado, enunciação, discurso e de formação discursiva. Baccega, em *Palavra e Discurso* (1995), define a enunciação como sendo o lugar onde “nasce” o discurso, o lugar de onde brota o discurso. Já o enunciado, por sua vez, é a concretização dessa enunciação, o texto em si, a manifestação do discurso propriamente. “O enunciado é a manifestação desse discurso, quer seja na modalidade escrita da língua, quer seja na modalidade oral” (Baccega, 1995, p. 53). Nesse sentido, Grohmann, referenciando-se a autora, afirma que a “comunicação é, antes de tudo, produção social de sentido que se dá na relação” (Grohmann, 2012, p.19).

Portanto, a enunciação faz parte de um contexto social que é o elemento constituinte da construção de seu significado.

O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso à objetivação externa – a enunciação – desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato de fala e, sobretudo, a interlocutores concretos (Brandão, 2007, p.8).

Se, portanto, a palavra é resultado da interação social, então ela é plurivalente (capaz de apresentar vários significados) e carregada de ideologia. Logo a língua não é algo abstrato, alheio às relações sociais, mas é espaço de manifestação concreta da ideologia. Dessa forma, o que está para além do fenômeno da linguagem, que está fora do campo simples da língua é o que se entende por discurso, e enquanto discurso

não serve apenas para a comunicação, enquanto discurso, “ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (Brandão, 2004, p.11). Assim sendo, o conceito de formação discursiva pode ser definido como um sistema de dispersão entre um conjunto de enunciados semelhantes e uma regularidade nos tipos de enunciação (Brait *apud* Gregolin, 2006).

Sob a perspectiva do binômio, os enunciados a serem analisados na presente pesquisa têm como lugar de enunciação o trabalho das costureiras. Logo, ao admitir que o local de trabalho transborda todos os aspectos sociais que passam pela vivência doméstica, pela cultura, pela política local e pela mídia, transportar a observação da comunicação para o micro do trabalho, onde estão todos os níveis de mediação, apresenta-se como um ganho para o campo da comunicação que entende esse fenômeno como uma atividade intrinsecamente humana. “Como criação de um grupo de indivíduos, a linguagem tem um caráter eminentemente social. É a língua que veicula a ideologia do grupo que a utiliza e é nela que se cristalizam as aspirações desse grupo” (Motter, 1994).

A escolha por este caminho ainda pode permitir observar como se organizam e como sobrevivem os trabalhadores no mundo do trabalho. É um caminho de pesquisa-ação, como propõe Lopes (1990), sobre os estudos de recepção que tensiona o senso comum e o questionamento do trabalho prescrito, que valoriza o saber a partir de quem o realiza efetivamente, e que acaba por valorizar o trabalho, resgatando-o como categoria científica central para as ciências humanas.

O mundo do trabalho como espaço de vivência de trocas de saberes, normas e prescrições, em que estão em atividade pessoas com histórias próprias, relacionando-se com o objetivo primeiro de produzir bens e serviços, apresenta-se, ao mesmo tempo, como espaço de sociabilidade, de troca de valores éticos e morais distintos. Por isso, é lugar que comporta formação histórica cultural, que permite desenvolver capacidade criadora e resistência contra hegemônica. Desse modo, o trabalho das costureiras informais nas periferias da maior metrópole do país é esse espaço de criação, de sociabilidade e resistência à precarização da vida, de sobrevivência em concorrência como trabalho doméstico não remunerado, em uma sociedade estruturalmente patriarcal. Isso deve também a que,

na percepção do popular, o espaço doméstico não se restringe às tarefas de reprodução da força de trabalho. Pelo contrário, e frente a um trabalho marcado pela monotonia e despojado de qualquer

atividade criativa, o espaço doméstico representa e possibilita um mínimo de liberdade e iniciativa. (Martín-Barbero, 2021, p. 291).

Essa afirmação de Martín-Barbero (2021) é uma chave polêmica pois questiona certa leitura determinista e positivista de afirmações de Marx e das teorias feministas sobre o trabalho doméstico não remunerado. É preciso reafirmar a dialética materialista, ou seja, a contradição de que assim como o trabalho produtivo é subsumido ao capital, também o é o trabalho reprodutivo. No entanto, para que haja vida, há que haver a contradição: busca da fuga da subsunção por diversos e diferentes caminhos, a renormatização no micro do trabalho, é objetivamente a expressão maior dessa contradição e ela também se dá no trabalho reprodutivo.

Com isso em mente, analisa-se, conjunturalmente, a história da indústria têxtil de confecção no estado de São Paulo, buscando compreender como essa indústria têm se transformado desde os anos de 1990 com o avanço das políticas neoliberais no mundo e as mutações ditadas pela nova forma de organização do capital globalizado expressada pelas cadeias de produção. Nesse sentido, passaremos também a refletir como e porque o trabalho a domicílio ainda sustenta as pequenas empresas do setor e como as questões de gênero são determinantes da divisão sexual do trabalho que atravessam a própria organização da indústria têxtil.

3 AS COSTUREIRAS E A INDÚSTRIA TÊXTIL

“A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura, ou do estabelecimento comercial” (Marx, 2014, p. 525).

A frase de Marx tirada do volume 1 d'O Capital – Crítica da Economia Política se refere ao contexto do processo de industrialização da Inglaterra no início do século XIX. A Inglaterra era o país mais avançado industrialmente, o que a tornou o exemplo para examinar as dinâmicas do capitalismo industrial e as relações de produção que emergiram desse contexto. Dois séculos depois, após vários ciclos de transformação do capitalismo, e frente à sua atual crise cíclica, novas e antigas formas de máxima exploração e precarização da classe trabalhadores volta a crescer. A indústria a domicílio volta a ser uma seção externa da fábrica, sobretudo para as mulheres cuja função primordial no capitalismo é o trabalho não remunerado de reprodução social. Longe do vínculo formal de trabalho, as costureiras trabalham sem proteção social e sem a perspectiva organizativa da classe trabalhadora.

Os pontos apresentados neste segundo capítulo têm a ver com os processos de transformação sofridos pela indústria têxtil de confecção em São Paulo, quais os impactos para as trabalhadoras do setor, como isso tem a ver com o crescimento do trabalho a domicílio e porque ao mesmo tempo essa tem sido uma forma possível de empregabilidade para mulheres, mães, pobres e periféricas.

3.1 A reestrutura industrial e as cadeias de produção

O fenômeno das cadeias de produção acontece em meio ao processo de *financeirização* da economia e da concentração cada vez maior de riqueza, e tem como principais agentes as empresas multinacionais e transnacionais. Um fenômeno que surge em resposta à crise do capitalismo moderno.

Assim, o conceito de cadeias de produção é utilizado há décadas (Harris, 1987; Gereffi, 1989) para definir o modo de organização da produção caracterizado pela divisão territorial de todo o processo industrial, desde a concepção, extração e produção até a comercialização de produtos e prestação de serviços em escala nacional e/ou internacional.

Como afirma Gereffi (1994)

A revolução na tecnologia de transporte e comunicação permitiu que fabricantes e varejistas estabelecessem redes internacionais de produção e comércio que cobrem grandes distâncias geográficas. Embora tenha sido dada bastante atenção ao envolvimento do capital industrial na contratação internacional, o papel fundamental desempenhado pelo capital comercial (ou seja, grandes varejistas e empresas de marca que compram, mas não fabricam os produtos que vendem) na expansão das exportações de manufaturados dos países em desenvolvimento foi relativamente ignorado. (p. 95 – tradução nossa)

Dessa forma, esse fenômeno só foi possível de se realizar com os avanços das TCI, que ampliaram a capacidade e a velocidade da troca de informações e transmissão de dados entre componentes distribuídos geograficamente, e pelos avanços no setor logístico (Oliveira, 2014). Sendo assim, nesta nova etapa do processo produtivo, as empresas se valem das possibilidades de comunicação e movimentação ao redor do globo para aumentar, a partir da produção de baixo custo e precarizada, seus lucros.

À vista disso, a compreensão do surgimento das cadeias de produção passa também pelo entendimento do fenômeno da globalização econômica, pois ambos os processos caminham juntos e possuem propulsores gerais comuns: as novas TCI; redução nos custos de transporte; liberalização comercial e de investimentos. A formação das cadeias seria, na realidade, um aspecto da globalização da produção, refletindo os altos níveis de interconexão entre comércio, investimentos e serviços, visíveis em uma crescente gama de setores, quer seja de vestuário, eletroeletrônicos, agroindustrial, telecomunicações, móveis, automotivo e serviços, dentre outros (Oliveira, 2014).

Pesquisas recentes (Araújo e Amorim, 2002; Silva, 2008; Callil, 2014; Leite *et al.*, 2017; Guirado Neto, 2019) mostram os efeitos da reestruturação produtiva²

² “A reestruturação produtiva significa a emergência de um novo padrão de acumulação que reorienta o conjunto das relações sociais, transforma não apenas a organização da produção, os

operada pelas cadeias de produção sobre a indústria têxtil e do vestuário a partir da década de 1990 no Brasil. A saber, esses efeitos são o aumento da competitividade, que implica na aceleração dos tempos de produção; a produção da moda de alto padrão a preços “acessíveis” alcançados com remunerações baixíssimas ao longo da cadeia (como é o caso da Zara³); exigência por uma produção variada, com mudanças constantes e rápidas de coleção para acompanhar as tendências da moda; além da sua descentralização, ou seja, da “dispersão espacial dos seus elos em diferentes regiões e países” (Novais, 2021, p.6).

A sazonalidade exige, ainda, uma produção em pequena escala, que permita maior agilidade e flexibilidade (Silva, 2008), fatores que podem estar relacionados à demanda por força de trabalho de reserva e precarizada, muitas vezes sem vínculo formal e fora do ambiente fabril, de preferência em territórios onde os custos de vida e de produção são mais baixos.

A indústria do vestuário compreende quatro segmentos: a) produtos têxteis; b) vestuário e acessórios (indústria da confecção); c) calçados; d) artigos de couro. Nesta divisão e nesta organização da produção no setor, as grandes marcas e varejistas concentram o núcleo das atividades de concepção, design e propaganda dos produtos, enquanto o processo de produção das mercadorias propriamente dito ocorre de forma dispersa em meio a uma ampla rede de empresas subcontratadas (Lemos; Castro, 2022, p. 195).

Todas essas características respondem à necessidade do mercado, sendo possível afirmar que os principais problemas causados por essa forma de organização produtiva, como a terceirização ou quarteirização, os baixos salários, o pagamento por produtividade, e - dado a quantidade de mulheres que trabalham no setor - a reprodução da violência de gênero (UNOPS *et al*, 2022), recaem nos elos da cadeia que realizam o trabalho manual, braçal, ou seja, na produção de matéria prima e na confecção.

A esse processo de reestruturação está vinculado ao crescimento de pequenas oficinas pela cidade de São Paulo. Assim, a rede de subcontratação como modelo de descentralização da produção e de barateamento da força de trabalho em um contexto doméstico faz parte da estrutura produtiva da indústria têxtil. Nesse sentido, vale

mercados e as relações de trabalho, mas reconfigura o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora” (ARAÚJO *et al*, 2004, p.2)

³ Uma rede de lojas de roupas e acessórios de alto padrão para o público feminino, masculino e infantil com sede na Espanha, e lojas espalhadas ao redor do mundo. No Brasil, é possível encontrar lojas da marca em shoppings mais luxuosos.

ressaltar que a principal mudança causada pela reestruturação produtiva do setor deu-se não por um grande avanço tecnológico que substituiu a força de trabalho manual, mas por mudanças na gestão do trabalho e na organização produtiva (Silva, 2008).

A partir dos relatos obtidos pela pesquisa de campo realizada por Patrícia Rocha Lemos e Mariana Pereira de Castro, entre 2018 e 2019, é possível compreender que

Dadas as características tanto dos produtos, quanto das estratégias de negócios dos grandes varejistas deste setor, o uso intensivo da força de trabalho na produção ainda se mostra mais vantajoso que o investimento em novas tecnologias (2022, p. 199).

Para além disso, a fragmentação da produção faz com que os processos especializados, relacionados ao desenvolvimento dos modelos (*design*), os cortes das peças de roupas que utilizam equipamentos de alta complexidade, e a distribuição do atacado ao varejo fiquem concentrados nos centros urbanos, enquanto a confecção mesmo (montagem e costura das peças), é distribuída entre as periferias urbanas, ou entre as regiões mais pobres do país. Além disso, quando se analisa o contexto da indústria brasileira, os processos produtivos das pontas da cadeia, desde o cultivo e colheita da matéria prima à confecção e as atividades de venda, é possível notar fortemente o uso da força do trabalho feminina⁴.

Nesta dinâmica de integração das redes globais de produção, as grandes corporações não apenas beneficiam-se das condições precárias de países da periferia do capitalismo, como exercem uma pressão importante no sentido da disseminação da piora destas condições, dado o cenário de crescente concorrência (Lemos; Castro, 2022, p. 195).

Exemplos dessa forma de organização produtiva, empresas como C&A, Renner, Riachuelo, Marisa e Pernambucanas dominam o segmento do varejo de roupas no Brasil, e possuem lojas nos principais centros comerciais das grandes capitais do país, distribuídas de acordo com o poder aquisitivo de cada região. Grandes conhecidas da indústria da moda *fast fashion*, essas empresas concentram um número alto de fornecedores classificados em *Tear*⁵ 1, 2 e 3, contratados diretos e subcontratados no Brasil e em países da região, como Uruguai e Peru, e em países

⁴ “O Brasil possui a quinta maior indústria têxtil do mundo, que, somada ao setor de confecção, responde por 16,7% dos empregos da indústria de transformação no país. A cadeia utiliza fortemente a mão de obra de mulheres, que participam de todas as etapas do processo de produção, mas principalmente do cultivo e colheita de matéria-prima, da confecção e das atividades de varejo”. (UNOPS *et al*, 2022).

⁵ Níveis de certificação de cada fornecedor

da Ásia, como Bangladesh, Índia e China. No caso da Riachuelo, a empresa possui um parque fabril em Fortaleza e Natal, além dos mais de 600 fornecedores nacionais e estrangeiros.

Isso se deve ao fato de que,

para além da influência da dinâmica econômica mundial, dada a dependência de importações no segmento, observa-se, no Brasil, a integração vertical das empresas que, pautadas em estratégias de agregação de valor focadas na redução dos custos, na flexibilidade e na compressão dos processos produtivos, reproduzem a lógica que orienta as redes globais, independentemente da destinação final do produto (Lemos; Castro, 2022, p. 195).

Seguindo essa lógica, a classificação dos fornecedores em *Tear* busca avaliá-los de acordo com o nível de cumprimento de boas práticas produtivas. Segundo as listas dos fornecedores disponibilizadas pelas empresas citadas, os fornecedores *Tear 1* são certificados pelo programa da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), supostamente responsável por auditar fornecedores e subcontratados e garantir o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Criado em 2010, o programa inicialmente era restrito à cadeia de fornecimento dos varejistas que aderissem. Hoje, o programa está disponível para realizar auditorias em locais sem vínculos correntes com as empresas. A utilização desse tipo de certificação é feita pelas empresas como maneira de tentar manter suas cadeias limpas de irregularidades.

No entanto, ainda que sem uma análise mais estruturada dos dados de fornecedores disponibilizados por essas empresas, é possível notar que a maior parte da cadeia é formada por subcontratados não certificados. É o caso da Riachuelo, que apesar de manter parque fabril, informa que quase 70% da sua produção em 2020 foi composta por produtos acabados para a revenda, ou seja, feito por empresas subcontratadas.

Essa dinâmica atende a necessidade da própria cadeia, como explica Silva:

A flexibilidade que a subcontratação proporciona está ligada à possibilidade de as empresas acionarem as oficinas de costura de acordo com as oscilações na demanda de mercado. De maneira que as empresas não correm o risco de ter que manter uma estrutura de trabalhadores ociosos nos momentos de baixa produção (Silva, 2008, p. 65).

Dessa forma, ainda que existam esforços por criar mecanismo públicos de combate às condições de trabalho desumanas ao longo da cadeia têxtil, ou mesmo

análogos à escravidão - em consequência a uma série de casos conhecidos de trabalhadores escravizados em oficinas de costuras em São Paulo⁶ -, o trabalho precarizado (formal e informal) caracterizado pela subcontratação temporária segue sendo estruturante para a cadeia têxtil nos moldes descritos até aqui.

3.2 A indústria têxtil em São Paulo

Ademais das transformações do processo produtivo enfrentados por todas as indústrias em todas as cadeias, a globalização ainda tem impactado o setor de confecção com as importações de produtos da China em crescimento no mercado nacional. Percebe-se neste cenário uma retração da indústria têxtil, sobretudo no estado de São Paulo, que apesar disso segue liderando o número de contratações, acumulando mais de 23% do total de empregos do setor no Brasil (ONOPUS, 2022).

A cidade de São Paulo sozinha concentra quase 10% do total de empregos gerados pela indústria no país (ONOPUS, 2022). Fenômeno que pode ser atribuído ao fato de a capital ser o centro econômico e financeiro do país e agrupar os postos de trabalho mais especializados do setor, que exigem maior formação, como o designer e desenvolvimento das peças, ou seja, os empregos formais e mais valorizados.

Mas a história da indústria têxtil em São Paulo é longa e decorre do processo migratório do começo do século XX. O que permite dizer que a cidade é o berço da indústria têxtil no Brasil, que tem a sua história confundida com a de bairros como o Brás, o Pari e o Bom Retiro, na região central. O território escolhido para a pesquisa de campo – os bairros Sônia e Silva Maria no município de Mauá – forma parte de uma região também historicamente conhecida por concentrar uma quantidade significativa de oficinas de costura. Uma das teorias que explica a recorrência de oficinas nessa região tem a ver com a sua proximidade com a Zona Leste (ZL) de São Paulo, que faz fronteira justamente com os bairros Sônia e Silva Maria alvo da pesquisa, via a região de São Mateus, uma área de fácil acesso as zonas de venda das mercadorias, como os bairros do Brás e do Bom Retiro. Esse escoamento se dá

⁶ Exemplos de casos de trabalho análogo a escravidão encontrados recentemente na indústria de confecção em São Paulo: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/trabalho-escravo-na-industria-da-moda-em-sao-paulo/>.

pelas Avenidas Radial Leste e Aricanduva em São Paulo, via ZL, e pela Avenida do Estado, que corta toda a região do grande ABC Paulista. O caminho aos setores varejistas também pode ser feito facilmente via as linhas de trem e metrô que ligam as regiões.

Além disso, os bairros Sônia e Silva Maria em Mauá, escolhidos para a realização da pesquisa, ficam em áreas periféricas, muito afastados do centro da cidade e das zonas comerciais de São Paulo, logo os aluguéis de casas são mais baratos, o custo de vida é menor para a realização de um trabalho informal, domiciliar e de baixa remuneração.

Quando olhamos para essas dinâmicas da produção em São Paulo, especialmente em se tratando da moda varejista, é possível perceber mudanças na trajetória territorial desse setor. Apesar de as regiões centrais da cidade, que cresceram com a indústria têxtil, ainda serem polos significativos, atualmente identifica-se que tecidos e produções são comumente enviados para confecções em outros locais, especialmente na Zona Leste, retornando posteriormente à região central para a venda (Callil, 2014).

Para além da análise macroeconômica da organização produtiva, ou de como se organizam as empresas do setor ao longo da cadeia, vale refletir sobre como as próprias trabalhadoras do setor se organizam e como são construídas as redes de contratação e subcontratação entre as costureiras. Geralmente, as confecções subcontratas de menor porte que funcionam, em sua maioria, em espaços domiciliares nos bairros mais periféricos, recebem das confecções maiores as roupas para realizarem os processos finais da produção, como a montagem das peças e/ou a prega da etiqueta. A dona da oficina de costura é quem mantém vínculo com a confecção maior e é a proprietária (ou locatária) dos espaços e das máquinas, subcontratando outras costureiras para a realização do serviço.

Carlos Freire da Silva, em sua dissertação Trabalho informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo (2008), descreve essa rede informal estabelecida pelas costureiras como parte integrante da cadeia produtiva da indústria de confecção que funciona, de acordo com sua investigação, da seguinte forma:

Muito frequentemente, são elas próprias que abrem pequenas oficinas de confecções ou reativam o trabalho a domicílio na tentativa de se recolocarem no mercado de trabalho, às vezes, ou nos dois casos, com máquinas emprestadas por seus ex-patrões. As mulheres fazem uso dos contatos estabelecidos anteriormente no trabalho nas fábricas para conseguir as encomendas, ou então para conseguir se empregar

nestas oficinas. Esta expansão se faz por uma rede mediada por estes conhecimentos sociotécnicos e pela experiência adquirida ao longo de uma trajetória de trabalho no setor de confecção (Silva, 2008, p.54).

Nota-se, então, que a comunicação é elemento estruturante das cadeias de produção têxtil não só porque permite maior transmissão de informações e de dados entre os elos produtivos, mas também porque sustenta, especialmente com a popularização dos celulares e das plataformas de mensagens, a existência destas redes informais de costureiras, mediadas por seus conhecimentos técnicos do próprio fazer do trabalho, mas também por suas relações sociais.

Vale lembrar que o setor emprega majoritariamente mulheres e que essa estrutura de subcontratação também atende essa demanda ao mesmo tempo que nela se fortalece. Atende porque em muitos casos o trabalho de costura é uma das poucas formas de empregabilidade de mulheres pobres e sem formação superior. E se fortalece porque pode explorar mais as mulheres sem alternativa. É isso que veremos nos próximos pontos do capítulo.

3.3 As mulheres no mercado de trabalho

Os desafios para a empregabilidade das mulheres são muitos. Desde a informalidade à precarização, passando pela ausência de uma política nacional de cuidado que garanta o apoio do Estado às famílias no compartilhamento do trabalho de cuidado com as crianças, pessoas idosas, doentes e/ou em situação de vulnerabilidade. Apesar disso, a participação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho hoje no Brasil é de 53,3%⁷. No entanto, ainda segundo os dados do censo de 2022, as mulheres seguem dedicando mais horas semanais (9,6 horas em média) do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, mostrando que as tarefas domésticas e privadas ainda são conferidas em maior volume às mulheres. Em diálogo com Maruani (2013), Abramo aponta que por isso, o crescimento da presença das mulheres no mundo do trabalho indica mais “um deslocamento das fronteiras da desigualdade’ e não sua superação” (Abramo, 2017, p. 6).

⁷ segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022

Essas reflexões ganham mais força a partir dos estudos interessados no trabalho de cuidado não remunerado e de reprodução social associados a atividades domésticas e privadas e pouco valorizadas justamente porque são atribuídos social e naturalmente às mulheres. Reflexões que acabam por concluir que em sociedade, “ao mesmo tempo em que conferem à mulher a função básica e primordial de cuidar do mundo privado e da esfera doméstica, atribuem a essa esfera um valor social inferior ao do mundo ‘público’, e desconhecem por completo seu valor econômico” (Abramo, 2017, p. 10).

O que significa dizer que em todas as suas formas, o trabalho reprodutivo e de cuidado, outrora chamado de afazeres domésticos e nunca remunerado, invisibilizado por parte importante das teorias econômicas, é um trabalho relacionado ao gênero e executado majoritariamente pelas mulheres. Segundo Abramo (2017), para as mulheres essa atribuição natural “não significa apenas uma limitação de tempo e recursos para investir em sua formação profissional e trabalho remunerado, como também está fortemente relacionado a uma subvalorização (econômica e social) do trabalho da mulher e seu papel na sociedade” (ABRAMO, 2017, p. 6).

No caso das trabalhadoras de confecções subcontratadas das regiões periféricas de São Paulo, atravessadas muitas vezes pelo contexto doméstico e de informalidade, que se encontram em lugares de maior fragilidade social e econômica, é possível refletir porque o trabalho remunerado feminino ganha lugar secundário. Ou seja, os ganhos, ou ingressos das mulheres são vistos apenas como complementar à renda familiar, sendo esperado que o seu ofício principal seja o trabalho reprodutivo. Mais uma vez Abramo (2017), afirma que a secundarização é

A noção da mulher como uma ‘força de trabalho secundária’ estrutura-se em torno da ideia de que o movimento de entrada da mulher no mercado de trabalho [...] estão determinadas basicamente pelos papéis que ela desempenha na esfera doméstica. Esses papéis estão associados fundamentalmente às funções de cuidado a eles assignadas pela ordem de gênero e pela divisão sexual do trabalho (Abramo, 2017, p.13).

Vale ressaltar que para as trabalhadoras de confecção, sem contratos de trabalho formais e que ganham por produtividade, o tempo dedicado diariamente ao trabalho é o que determina o quanto elas irão ou não ganhar. Nesse sentido, a renda delas depende muito do controle individual do tempo que será dedicado a esse trabalho, o que se torna um verdadeiro desafio, especialmente no contexto doméstico,

uma vez que todo o trabalho de costura é disputado com o trabalho reprodutivo de cuidado.

Ou seja, elas precisam disputar tempo entre o trabalho remunerado, ainda que pague pouco, com o trabalho não remunerado, já que só elas são responsabilizadas por este segundo e os ganhos do primeiro não são exatamente a prioridade em casos de famílias heteronormativas. Em casos em que a mulher é o arrimo da família, quadro comum e crescente no Brasil, não há alternativa para ambos os casos.

3.4 A invisibilidade do trabalho doméstico

A famosa frase “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”, atribuída a intelectual e ativista italiana Silvia Federici, virou referência para o movimento feminista contemporâneo que popularizou os debates sobre a economia do cuidado - ou trabalho reprodutivo de cuidado -, e convida a refletir sobre quais os contextos da invisibilidade do trabalho doméstico.

No entanto, esse não é um objeto de estudo recente para a sociologia do trabalho e para correntes da economia. Em 1994, Milkman e Townsley já argumentavam que a economia é organizada em torno do gênero e que análises econômicas que não considerem o trabalho não-remunerado de cuidado com a casa, com os filhos, crianças e idosos, atividades consideradas até então como inatividade econômica (Bruschini, 2006), não abarcam todos os componentes econômicos. “Argumentamos que essas forças supostamente não econômicas que moldam as relações de gênero são fundamentais para a compreensão da ordem social e econômica como um todo” (Milkman; Townsley, 1994, p. 600, tradução nossa).

Realizado em sua maioria por mulheres, o trabalho doméstico é atribuído natural e socialmente a um gênero, portanto é generificado e está na base da divisão sexual do trabalho (Hirata, Kergoat, 2009) e da estrutura social que aprofunda a desigualdade de gênero. Quando então se olha para o mercado de trabalho, as empresas e instituições, os “atores econômicos, relacionamentos e processos moldam e são moldados por estereótipos de gênero difundidos” (Milkman; Townsley, 1994, p. 601, tradução nossa). Ou seja, os espaços de produção econômica também são espaços de reprodução das desigualdades de gênero. Isso implica que, “no nível individual, as instituições econômicas reproduzem continuamente o gênero, moldando

as chances de vida de homens e mulheres de forma diferente” (Milkman; Townsley, 1994, p. 600. tradução nossa).

A divisão sexual do trabalho, como objeto de estudo, passa a ser vista primeiro a partir da ótica da atividade econômica produtiva. Os primeiros estudos sobre o trabalho da mulher no Brasil, segundo Bruschini, estão voltados para a análise da introdução da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. “A primeira geração de estudos focalizou exclusivamente na ótica da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar ocupado pela mulher na sociedade também está determinado por seu papel na reprodução social” (Bruschini, 2006, p. 332). No entanto, observa-se que a reflexão sobre o trabalho realizado no âmbito doméstico, alguns estudos se dedicaram a medir, de alguma maneira, o tempo dedicado por homens e mulheres ao trabalho doméstico e de reprodução social.

Ainda assim, tradicionalmente, a discussão seguiu pelo debate sobre o uso do tempo tendo como ponto de partida as jornadas de trabalho no mercado formal. Essa discussão está fundamentada em um posicionamento teórico que entendia trabalho como a venda da força de trabalho dos indivíduos a um empregador, excluindo, portanto, da esfera de debate e de ação política o trabalho doméstico não remunerado (ou reprodutivo) realizado por milhões de homens e mulheres nos cuidados de seus próprios domicílios e de seus familiares (Pinheiro, 2016, p. 62).

Os avanços dos estudos sobre relações de gênero, permitiram seguir, portanto, para uma perspectiva que considere nesta conta o trabalho reprodutivo social, em que é possível identificar outras formas de desigualdades, tanto sobre o tempo de trabalho dedicado por homens e mulheres ao trabalho doméstico, como sobre quem realiza esse trabalho quando são remunerados. “A despeito deste movimento, identificam que o trabalho doméstico permanece feminino e que, embora a contribuição relativa dos homens tenha aumentado, as mulheres fazem, ainda, pelo menos duas vezes mais trabalho doméstico do que eles” (Medeiros, Pinheiro, 2018, p. 163)”.

Além disso, é preciso ainda considerar que há aspectos de desigualdade entre as mulheres quando o assunto são as tarefas domésticas, ou seja, as mulheres com mais condições financeiras, ainda que desempenhem mais tempo gerenciando a casa e desenvolvendo trabalho cognitivo que homens, podem terceirizar o trabalho de cuidado, pagando empregadas domésticas, babás, papel desempenhado geralmente por mulheres negras, o que revela também o aspecto racial do debate.

Embora as análises sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, e o seu impacto na vida de homens e mulheres, se deram, até aqui, no nível econômico (horas de trabalho doméstico não remunerado e a inatividade econômica), os debates sobre as atividades ditas “femininas”, estudadas sobre o prisma do trabalho de cuidado, aparecem mais adiante e apontam que a atribuição à feminilidade a naturalidade para o cuidado e, por isso, a sua obrigação de realização.

Nesse sentido, apesar de o trabalho doméstico fazer parte do trabalho de cuidado, este segundo implica muito mais do que limpar a casa ou cozinhar. Envolve o trabalho de educação dos filhos e o cuidado com pessoas dependentes e/ou em situação de vulnerabilidade. Na perspectiva marxista tomada até aqui, o trabalho de cuidado é o mesmo que o trabalho reprodutivo social, ou seja, é o trabalho de produção de uma nova força de trabalho para atender a demanda do capital. Nesse sentido, lembre-se da afirmação de Marx em *O Capital* para quem “o valor da força de trabalho, como de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la” (Marx, 2014, p. 269). Não obstante, o tempo de trabalho para a produção da força de trabalho não é pago, é dado em forma de “amor” por mulheres gratuitamente à sociedade.

Dada a essa obrigação do cuidado, somada a pouca assistência pública para atender parte dessas atividades, ou ainda, os recursos para remunerar alguém que o faça, é que muitas mulheres acabam por optar pelo trabalho a domicílio como forma de conciliar as duas jornadas. Este é um dos fatores apontados como causa da feminização do trabalho a domicílio de costura como se verá a seguir.

3.6 A feminização do trabalho a domicílio de costura

Segundo um diagnóstico realizado pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), ONU Mulheres e Ministério Público do Trabalho (MPT)⁸, a indústria têxtil brasileira, quinta maior do mundo, utiliza a força de trabalho de mulheres em todas as etapas do processo de produção, mas principalmente no cultivo e colheita de matéria-prima e na confecção. Segundo a pesquisa, o perfil das costureiras na região metropolitana de São Paulo, que concentra 12% do total de

⁸Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>

vagas formais do setor no país, é formado por mulheres, mães e com renda menor que dois salários-mínimos por mês - abaixo da remuneração média na indústria da moda. Em um universo composto por 140 costureiras entrevistadas pela pesquisa realizada pelo órgão, menos da metade delas (45%) concluiu o ensino médio e a maioria (62,1%) realiza o trabalho em casa, enquanto 51,2% atuam de maneira autônoma, sem vínculo formal.

Se é quase impossível falar do trabalho de costureiras sem falar em trabalho a domicílio isso se deve, também, à feminização do trabalho a domicílio, que se acentua no capitalismo moderno, uma vez que a empregabilidade feminina está diretamente relacionada a essa modalidade de trabalho (Abreu, 1986). Cabe ressaltar ainda que

por trabalho domiciliar deve ser entendido aquele realizado na habitação do trabalhador, por encomenda da empresa ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de uma tarefa parcial do processo, um elo da cadeia produtiva, cujo pagamento era feito geralmente por peça (Matos, 2000, p. 271).

Como afirma Abramo (2007), uma vez atribuída natural e socialmente às mulheres o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado, para elas, conciliar as jornadas entre trabalho não remunerado e o trabalho assalariado se torna um desafio, ainda mais quando a própria cultura corporativa reforça a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, a alternativa do trabalho a domicílio permite a conexão entre ambas as funções.

Se é verdade que a única possibilidade de associação, ainda que contraditória, entre trabalho doméstico e o trabalho remunerado é a duplicação da jornada de trabalho, o trabalho a domicílio organiza-se de forma tal que permite uma série de manipulações por parte da trabalhadora (Machado da Silva, 1979, p. 30).

Abreu, em sua pesquisa com costureiras a domicílio em 1986, discorre justamente sobre a importância das formas de organização de produção alternativas para a empregabilidade das mulheres mais pobres, precisamente por permitir que as atividades domésticas possam ser combinadas com o trabalho remunerado. Um cenário que pouco parece mudado e por onde é possível concluir que as mulheres, especialmente as mulheres mães, casadas e pobres, acabam por optar mais facilmente em realizar uma atividade de produção remunerada que lhes permita ficar em casa.

Essa condição encontra grande terreno no setor têxtil que se vale precisamente dessa construção social como forma de obter força de trabalho barata e informal. Vale

ressaltar ainda que a inter-relação entre o trabalho a domicílio e a empregabilidade feminina não pode ser avaliada somente a partir dos fatores econômicos que a favorece, mas é preciso refletir também sobre os fatores socioculturais que beneficiam o trabalho a domicílio e a sua feminização (Abreu, 1986).

Além disso,

De acordo com os dados da RAIS para o ano de 2019, a atividade com o maior número de ocupadas no setor de confecção de artigos de vestuário e acessórios é a desempenhada pelas operadoras de máquinas de costura, ou costureiras, a qual corresponde sozinha a mais de 33% do total de empregadas/os no setor. Na medida em que ocupam os níveis mais baixos na hierarquia empresarial e recebem os menores salários, as costureiras acabam expostas, de forma mais intensa, aos mecanismos de controle e às diferentes formas de violência (Lemos; Castro, 2022, p.204).

Ainda que as motivações para a persistência da feminização do trabalho a domicílio possam ter se alterado ao longo das décadas, dado os pequenos avanços sociais que favoreceram a emancipação feminina, a própria reestruturação do setor de confecções parece haver acentuado ainda mais as condições econômicas e estruturais da cadeia que favorecem o trabalho das mulheres a domicílio. Prova disso é que, embora nos últimos anos o comércio varejista de vestuário no Brasil tenha crescido, em consequência da melhoria do poder aquisitivo da população em geral, “é observado um esvaziamento das grandes fábricas de confecção no país, que são substituídas pelo trabalho em pequenas oficinas ou a domicílio” (ONOPS, p.26).

Conforme afirma Matos (2000),

A utilização dessas trabalhadoras pelas indústrias e oficinas não pode ser vista como algo pertencente a uma velha ordem. Muito pelo contrário, se o crescimento dessa atividade domiciliar se ampliou, os fatores multiplicadores vieram da própria produção o capitalista, sendo o trabalho externo intrínseco ao processo produtivo como o fabril; nesse caso, a própria expansão urbano-industrial implicou no surgimento de novas ocupações, criadas diretamente pelo desenvolvimento capitalista e a ele integradas. Essas instâncias de organização da produção se configuraram como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres de setores populares, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado (p. 271).

Nesse sentido, é possível compreender que as razões pelas quais as mulheres costureiras optam por realizar o trabalho em contexto doméstico passam ainda pela construção dos papéis sociais de gênero. Um debate que não pode ser feito sem trazer à tona os debates feministas sobre a divisão sexual do trabalho (Hirata, Kergoat,

2009) e do trabalho de reprodução social – debate apresentado anteriormente -, ou seja, sem pensar em aspectos que envolvem a reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora e seu papel na produção do capital. Nesse sentido, faz-se fundamental ainda considerar o processo de semi-proletarização ao qual estão submetidas essas trabalhadoras, ainda mais forte no neoliberalismo, utilizada como “uma estratégia de acumulação ao expulsar bilhões de pessoas da economia oficial, levando-as para zonas cinzentas de informalidade das quais o capital extrai valor” (Fraser, 2020, p. 36).

Como afirma Marx no livro I de O Capital:

fazem cair também o valor da força de trabalho a elevação da produtividade e do correspondente barateamento dos produtos nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, o instrumental e o material de trabalho para produzir as mercadorias necessárias ao trabalhador (2014, p. 366).

Dessa forma, é possível pensar em uma continuidade da desvalorização do trabalho na esfera da reprodução social e do trabalho produtivo informal realizado nos setores industriais mais precários (Federeci, 2021). Daí a importância de problematizar a condição de invisibilidade do trabalho das costureira em contexto doméstico enquanto força de trabalho que mantém a acumulação do capital na indústria têxtil, mesmo que fora do contexto fabril, bem como a sua invisibilidade enquanto sujeito histórico político, “entendendo que tanto o trabalho reprodutivo, quanto o trabalho produtivo informal se revezam na reprodução da vida e na produção de mercadorias para o consumo da força de trabalho” (Federici, 2021 apud Vizentin, 2023).

Nessa mesma linha, a pioneira Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade* (2013), ao assumir que no capitalismo, enquanto modo de produção e de organização social da vida, as mulheres sofrem dupla opressão a partir da desvalorização de suas capacidades e pela inserção precarizada de sua força de trabalho, afirma que

a indústria da confecção feminina, organizada em moldes capitalistas, além de manter grandes massas de mulheres disfarçadamente desempregadas, explora ao limite a mais-valia absoluta produzida pelas trabalhadoras, mantendo níveis extremamente baixos de salários (Saffioti, 2013, p. 92).

À luz da introdução da variável do sexo social (gênero) na análise da atividade de trabalho é possível perceber também que há certos tipos de atividades que são

majoritariamente desempenhadas por mulheres “que se apoiaram sobre as conceitualizações anteriores do trabalho doméstico” (Hirata e Kergoat, 2008, p.45).

O alijamento das mulheres costureiras se deve também à invocação da tradição “conforme a qual às mulheres cabem os papéis domésticos ou, de maneira mais ampla, todos aqueles que podem ser desempenhados no lar” (Saffioti, 2013, p. 39).

Assim, é possível ainda concluir que

O trabalho de costureira é visto como uma habilidade feminina, ainda que muitas delas tenham aprendido a costurar durante o próprio desenvolvimento do ofício nas empresas. Elas são destinadas a trabalhos que exigem atenção, delicadeza e minúcia, como se essas habilidades fossem inerentes ao gênero (Lemos, Castro, 2022, p. 2004).

Uma outra reflexão possível de fazer, a partir do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, baseado na exploração da força de trabalho negra escravizada por mais de três séculos, deve levar em consideração a existência de uma divisão racial do trabalho. Dessa forma, “não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça-classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p. 56). Na perspectiva de classe, enquanto classe trabalhadora, a mulher negra ainda está subordinada à mulher branca (Vizentin, 2023). Como afirma Lélia Gonzalez, para quem “o processo de seleção racial favorece muito mais a operária branca ou ‘morena’ do que a negra” (Gonzalez, 2020, p. 57).

Todas essas evidências estão presentes nos discursos das costureiras entrevistadas ao serem perguntadas como e por que aprenderam a costurar e por que acreditam que mais mulheres do que homens desempenham essa função.

3.7 Costureiras em luta por melhores condições

Como categoria de trabalho histórica, desde a industrialização as trabalhadoras da costura têm enfrentado condições de trabalho extremamente precarizadas. O que nos faz pensar: qual o nível de organização social dessa categoria na luta por mais direitos e melhores condições? Para começar a responder essa indagação é preciso dizer que a categoria está sim organizada. Em Mauá, as costureiras se organizam ou têm como opção de organização o Sindicato dos Trabalhadores em Confecções do

ABC, que tem 30 anos de histórica, é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores/as do Ramo do Vestuário (CNTRV) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tem sede em Santo André e que publicamente se autodefine Sindicato das Costureiras do ABC, como é possível notar na foto abaixo.

Imagem 1: Print Screen da página no Facebook do Sindicato



Fonte: Perfil Facebook. Sindicato das Costureiras do ABC (2024).

Embora em suas atas de assembleia o sindicato afirme representar também as trabalhadoras em contexto doméstico, nenhuma das entrevistadas pela pesquisa mencionou qualquer ligação com o sindicato. Essa limitação organizativa das instituições representantes dos trabalhadores acaba por deixar desprotegido um grande contingente de força de trabalho. Pode-se se pensar como razões para isso a desterritorização e a falta de reconhecimento das relações trabalhistas com as empresas. Logo, pode-se concluir que o trabalho a domicílio também dificulta o processo de organização para lutar por melhores condições, algo que, como se viu anteriormente, vem crescendo desde a reestruturação produtiva do setor no início dos anos de 1990.

Mas nem sempre foi assim, no início do processo de industrialização brasileiro a princípios do Séc. XX, as trabalhadoras da indústria têxtil, mais especificamente da confecção, protagonizaram lutas históricas em São Paulo. Nesse contexto, a luta se inicia com as mulheres costureiras e bordadeiras em contexto doméstico e fabril, ou como resume Matos (2000), as mulheres no trabalho de agulha, que reivindicavam pautas que tinham a ver com melhores condições de trabalho nos ateliês e melhores pagamentos. Um período que marca a expansão da indústria no Brasil, que começa

a crescer a partir de setores tradicionais, como o têxtil e alimentício que, não à toa, coincide com um momento de forte ingresso das mulheres no mundo do trabalho.

Em referência ao livro *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*, de Glaucia Fraccaro, Luciana di Leone (2022) conta que

a presença das mulheres nas fábricas no período estudado no livro chegou a ser de quase o 40% dos trabalhadores, enquanto nas florescentes fábricas de tecidos - que tem sua época de ouro nos primeiros anos do governo Vargas, segundo a autora - elas compunham mais de 50% da planta. Essa presença era também sentida na sua participação na política das fábricas, e já desde os primeiros anos do século elas se organizavam, seja nas ligas ou nos sindicatos que iam surgindo e se fortalecendo no começo do século XX, com características diversas (Fraccaro, Leone, 2022, p. 201).

Veio então a primeira greve da categoria. Em junho de 1917, portanto antes da consolidação das leis trabalhistas no Brasil, aproximadamente 400 trabalhadores, majoritariamente mulheres, da fábrica têxtil Cotonifício Crespi na Mooca, São Paulo, interromperam suas atividades⁹. Entre as exigências das grevistas estavam o aumento de salários e a redução da jornada de trabalho, direitos à época ainda não garantidos em lei. Em algumas semanas, a greve se expandiu para diversos setores econômicos, atingindo quase todo o Estado de São Paulo e posteriormente se estendendo ao Rio de Janeiro e Porto Alegre. A paralização iniciou o que ficou conhecido como a primeira "greve geral" no país.

No Rio de Janeiro a organização das trabalhadoras do setor também foi contundente. Em *Companheiras em greve: o movimento paredista da União das Costureiras* em junho de 1919, Beatriz Luedemann Campos realizou um importante trabalho de reconstrução da história da União das Costureiras e Classes Anexas (1919-1922) a partir tanto de fontes históricas da imprensa da época quanto de entrevistas e histórias orais sobre a Greve. Organizadas em um sindicato feminino de orientação sindicalista revolucionária, parte da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, costureiras, chapeleiras e bordadeiras da União paralisaram suas atividades naquele ano como forma de exigir melhores condições de trabalho em ateliês, casas de moda e oficinas de costura. Entre as reivindicações do movimento estavam melhores condições físicas de trabalho, já que segundo a pesquisa as condições de trabalho nos ateliês eram insalubres. “As costureiras da União, em seus

⁹ 1ª greve geral do país, em 1917, foi iniciada por mulheres e durou 30 dias, Camilla Costa, BBC Brasil em São Paulo, 28 abril 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39740614.amp> Acessado em 30/05/2024.

manifestos, relacionavam questões de saúde e doença ao trabalho, como a tuberculose, e o cansaço físico, especialmente com as horas extras” (Campos, 2021, p. 6).

Essa breve retomada dos registros de lutas e greves das costureiras nos ajuda a compreender que a organização da categoria é antiga, embora as pautas de reivindicações ainda persistam, uma vez que as próprias condições de trabalho permanecem precárias, como as das mulheres que compõem o corpus de estudo da presente pesquisa. A desvalorização e a extrema exploração da força de trabalho feminina na indústria têxtil, da colheita de matérias prima à confecção de roupas, são históricas e não podem cair em esquecimento, especialmente no atual momento do capitalismo global onde a indústria da moda não para de crescer, assim como o consumo.

A partir deste contexto, passemos a conhecer quais as escolhas metodológicas e os métodos de pesquisa foram adotados, descrevendo, para isso, o percurso metodológico de construção do corpus de análise.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Antes de descrever quais os métodos utilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa, especialmente para o desenvolvimento pesquisa empírica, consideremos importante retomar as escolhas teóricas-metodológicas implicadas na opção pelo binômio comunicação e trabalho enquanto quadro teórico de referência. A primeira delas está relacionada ao paradigma na qual a presente pesquisa está operando, no caso o Paradigma Marxista, que tem como ênfase a análise das estruturas econômicas e das relações de poder da sociedade a partir da abordagem do materialismo histórico-dialético.

No campo da comunicação, operamos a partir das propostas teóricas-metodológicas das mediações aviltadas por Martín-Barbero (2021) na qual a comunicação é pensada como mediação fundante, ao lado da cultura e das políticas, das relações de poder. Ou seja, uma abordagem onde os meios de comunicação não estão no centro da análise, mas as mediações envolvidas no processo comunicativos e onde os receptores são entendidos sujeitos ativos da construção de sentidos. Para isso, avançamos com a proposta de Figaro (2008) que entende o trabalho como mediação social e o mundo do trabalho como espaço privilegiado de comunicação. Essas escolhas se dão porque, no campo da comunicação, a linha teórica-metodológica barberiana é aquela mais alinhada à proposta do estudo das relações de comunicação e trabalho, por considerar o receptor como sujeito social de construção de sentidos, valorizando assim suas escolhas e discursos ao ponderar a possibilidade de processos de resistência contra hegemônica.

No entanto, apesar disso, admitimos que os estudos de recepção, sobretudo os desenvolvidos no Brasil, não atendem por si só aos fundamentos operativos das pesquisas sobre o binômio por não alcançam o valor do trabalho como mediação dos processos de recepção, uma vez que estes estudos tratam do micro da relação de poder entre receptor e meios, sem alcançar a dimensão ontológica da comunicação. Ou seja, os estudos de recepção, enquanto metodologia de pesquisa, não nos atenderam na presente pesquisa pois estão circunscritos apenas a relação do sujeito com os meios de comunicação institucionalizados, ao passo que para nós interessa compreender a comunicação fazendo sentido enquanto atividade humano essencial

para a realização do trabalho, sendo ambos – a comunicação e o trabalho – dimensões ontológicas do ser social.

A partir disso, vale pontuar que inicialmente a pesquisa havia proposto a realizar um estudo de recepção, as limitações apresentadas pelos estudos de recepção ao tratar da comunicação apenas no campo da cultura, ainda que em uma perspectiva de disputa hegemônica, apontaram que tal metodologia não daria conta de explicar as disputas políticas e econômicas imbricadas nas relações de comunicação e trabalho das costureiras. Isso porque, como demarca Fígaro “em grande parte dos estudos de recepção o tema do poder (econômico, político) permanece como sombra, que assombra, mas não é enfrentado como questão que emerge da pesquisa” (Figaro, 2019, p. 229).

Dito isso, passemos então a descrever o caminho metodológico enfrentado pela pesquisa, bem como as escolhas envolvidas no processo de construção do corpus de pesquisa e no processo de análise.

4.1 O percurso metodológico

Dessa forma então, parte-se do Modelo de Pesquisa em Comunicação (Lopes, 2014) para enquadrar presente pesquisa como uma pesquisa empírica de cunho exploratório, cujo corpus é composto pelos discursos de sete mulheres costureiras obtidos através de entrevistas semiestruturadas orientadas por um questionário pré-definido. Segue-se, ainda, a proposta de triangulação metodológica (Günther, 2006) como forma de atender a demanda da transdisciplinaridade do campo da comunicação. E em seguida destaca-se a forma mais detalhadas de como se deu esse percurso e quais as metodologias aproveitadas para essa triangulação.

Vale ressaltar, nesse contexto, que ao optar por realizar uma pesquisa cujo objeto foi escolhido com base em experiências pessoais, foi possível desafiar a problemática da ilusão objetivista da pesquisa social. Isso se deve não só por uma experiência pessoal que envolve o objeto, mas porque, como cientista social que estuda um fenômeno social, tratou-se de algo do qual a própria pesquisadora faz parte. Como afirma Gil: “A rigor, nas ciências sociais, o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator envolvido no fenômeno” (Gil, 2021, p.4), o que, segundo o autor, não invalida a pesquisa em ciências sociais. Thiollent lembra

também que “quando criticamos a imposição da problemática dos sociólogos empiristas, isso não quer dizer que o ideal seria um tipo de pesquisa sem utilização de uma determinada problemática” (Thiollent, 1980, p. 51).

Assim sendo, o modelo de pesquisa em comunicação adotado trata a metodologia como teoria da pesquisa, como estruturante do campo da pesquisa, organizado a partir de componentes paradigmáticos (em níveis) e componentes sintagmáticos (ou as fases temporais da pesquisa) será usado como referência metodológica. A construção elaborada por Lopes (2014) da ideia de metodologia como escolhas, como conjuntos de opções, que envolve critérios metodológicos, epistemológicos e operacionais indica a necessidade da adoção de uma multimetodologia na pesquisa em Comunicação. Nesse sentido, faz-se importante pontuar que “em ciência, todo modelo é uma representação ou um simulacro construído que permite representar um conjunto de fenômenos e que é capaz de servir de objeto de orientação” (Lopes, p. 23, 2014), logo, a aplicação desse modelo não é uma camisa de forças, mas antes uma análise para a reflexão do estudo da ciência.

Assim sendo, a proposta de utilizar a triangulação metodológica que Günther (2006) define como “a utilização de diferentes abordagens metodológicas do objeto empírico para prevenir possíveis distorções relativas tanto à aplicação de um único método quanto a uma única teoria ou um pesquisador” (Figaro, 2014, p. 127), parece ser o caminho mais apropriado para a presente pesquisa. Essa triangulação se deu pelo uso da pesquisa exploratória para a aproximação e construção do objeto empírico, somada ao método de construção de amostragem “Bola de Neve” (Handcock, Gile, 2011), seguida do uso da técnica de entrevistas semiestruturadas (Gil, 2021) para a coleta de dados e da Análise de Discurso (Orlandi, 1999) para a interpretação dos dados.

A seguir descreve-se como cada uma dessas metodologias foram aplicadas a começar pela pesquisa exploratória para a definição do corpus de pesquisa e para a construção da amostra.

4.2 Descrição do caminho percorrido

A pesquisa exploratória teve como objetivo compreender qual o atual cenário das confecções nos bairros fronteiriços Sônia e Silvia Maria em Mauá e Parque São Rafael em São Paulo. Essa região já era conhecida pela pesquisadora e, por isso, já se sabia da histórica recorrência de oficinas na área.

Assim, em um primeiro momento, sabendo da existência de uma oficina no bairro do Parque São Rafael que trabalhava como fornecedora indireta da Marisa e da Pernambucanas, realizamos uma primeira visita exploratória, para entender como andava o mercado na região. Sem muita receptividade, ouvimos da dona da oficina que o número de confecções havia diminuído muito desde a pandemia de Covid-19 e que ela dizia não conhecer mais nenhuma outra oficina que trabalhasse fornecendo para essas marcas varejistas no bairro. De posse então do nome da empresa que subcontrata essa oficina, com sede no bairro Pari em São Paulo, tentamos contato via e-mail e telefone deixando claro os objetivos da pesquisa e garantindo o anonimato da participação. Mas esses contatos foram em vão.

Foi então que se iniciou uma tentativa de mapear mais empresas que contratasse direta ou indiretamente oficinas da região a partir da lista de fornecedores divulgada pelo grupo Renner e pela C&A. A busca se limitou a essas duas empresas, pois são as únicas que disponibilizam mais facilmente este acesso. No entanto, esse mapeamento não foi possível de se realizar, uma vez que a lista de fornecedores não informa endereços nem contato dos fornecedores. Apenas nome social do fornecedor cidade e, em alguns casos, o bairro. Ou seja, esse mapeamento se daria no escuro.

Frente a essas barreiras, partiu-se para mais uma tentativa de mapear as oficinas na região, agora sem muito critério para quem elas forneciam. Nesse momento, buscávamos apenas oficinas de costura a domicílio que produzissem roupas em larga escala. Isso porque, inicialmente a pesquisa se concentraria em procurar oficinas subcontratadas da cadeia de grandes empresas varejistas da indústria *fast-fashion*. Essa segunda tentativa de mapeamento se deu por meio de abordagens em grupos de costureiras no Facebook. Com alguns contatos em mãos, chegamos a falar com empresas grandes em São Mateus, mas realmente nenhum dos espaços demonstrou receptividade e/ou disponibilidade em receber a pesquisa, ainda que fora do horário de trabalho. E realizar a pesquisa com costureiras de indústria não era nosso objetivo. Buscávamos mesmo construir um fio condutor até as

oficinas em contexto doméstico. Por isso, declinamos dessa segunda abordagem também.

Imagina-se que essa resistência em falar e fazer parte da pesquisa pode estar ligada ao fato de que a subcontratação já não é permitida (ou tolerada abertamente) pelas empresas como forma de ‘tentar limpar’ sua rede de fornecimento de possíveis violações de direitos trabalhistas e humanos. Uma pressão que pode ter aumentado a partir da divulgação dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) firmados nos casos de trabalho escravo nas cadeias de produção da Zara¹⁰ e da Pernambucanas¹¹ e por denúncias envolvendo a rede de lojas Marisa¹². Além de várias outras denúncias de trabalho análogo a escravidão na cadeia têxtil divulgadas amplamente pela mídia¹³. O principal medo dessas pequenas oficinas subcontratadas é de serem denunciadas à contratante e perderem o trabalho. Em alguns casos nem os vizinhos sabem o que se passa nas casas onde se tem as oficinas e as entregas são feitas altas horas da noite quando o movimento nas ruas já é menor.

O terceiro passo então foi acionar a rede de contato da comunidade católica Nossa Senhora de Lourdes, referência social no bairro Sônia Maria. Era de conhecimento prévio o envolvimento de costureiras na comunidade e por isso essa parecia uma alternativa possível. Esse contato se deu via visitas a festas da comunidade e com conversas informais. Logo encontrou-se a primeira dupla de irmãs costureiras, apontada por uma pessoa dessa comunidade, que concordou em realizar uma primeira conversa exploratória. A partir dessa conversa identificou-se pelo menos mais duas outras costureiras fornecedoras da mesma empresa de produção de roupas infantis que operam nos moldes da indústria *fast-fashion*. Conseguimos, assim, mapear uma amostra de costureiras na mesma região que trabalham a domicílio, formando uma rede de produção fornecedora de uma mesma empresa. Mas

¹⁰ Ministério Público. Novo TAC amplia responsabilidade da Zara em casos de trabalho escravo **JusBrasil**. Notícias.[S./]. Disponível em: <https://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/463839134/novo-tac-amplia-responsabilidade-da-zara-em-casos-de-trabalho-escravo> Acesso em: 09 maio 2023.

¹¹ BITENCOURT, Edivaldo. MPE luta para Pernambucanas pagar multa de R\$ 2,2 mi por obrigar cliente a adquirir seguro. **O Jacaré**, Mato Grosso do Sul, 2021 Disponível em: <https://ojacare.com.br/2021/10/19/mpe-luta-para-pernambucanas-pagar-multa-de-r-22-mi-por-obrigar-cliente-a-adquirir-seguro/> Acesso em: 09 maio 2023.

¹² HASHIZUME Maurício. Escravidão é flagrada em oficina de costura ligada à Marisa. **Reporter Brasil**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/03/escravidao-e-flagrada-em-oficina-de-costura-ligada-a-marisa/> Acesso em: 09 maio 2023.

¹³ RIBEIRO, Bruna. Operação contra o trabalho infantil resgata boliviana de 16 anos de confecção na zona leste de SP. **Criança Livre de Trabalho Infantil**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/operacao-contra-o-trabalho-infantil-resgata-boliviana-de-16-anos-de-confeccao-na-zona-leste-de-sp/> Acesso em: 09 maio 2023.

o desafio estava em acessar o restante do grupo, visto que isso demandava receber alguém desconhecido em suas casas para falar sobre a relação com a empresa. Desafios que precisaram ser enfrentados metodologicamente.

Dessa forma, diante de um cenário em que o grupo a ser pesquisado era de difícil identificação, devido não só ao 'receio' descrito anteriormente de poder ser cortada do quadro de fornecedores da empresa dada a informalidade da relação, mas também à compreensível falta de confiança em participar de uma pesquisa desconhecida, optamos por seguir a técnica de construção de amostra não probabilística por conveniência conhecida como *Snowball*, ou Bola de Neve. Um método de constituição de amostras em populações de difícil alcance e identificação, como era o caso das costureiras. A técnica tem como base a construção da amostragem por meio do rastreamento por contato como forma eficaz de coletar dados entre populações com essas características (Handcock e Gile, 2011). A aplicação dessa técnica pode ser vista de forma clara nos contatos que se fizeram via a comunidade católica e, logo depois, a partir da identificação das costureiras por meio de conversas informais com outras costureiras.

Vale ressaltar, ainda, que não há dados oficiais quantitativos das oficinas e costureiras operantes nos bairros Sônia e Silva Maria, muito menos quantos destas estão trabalhando a domicílio. Portanto, não é possível definir uma amostra exata que pudesse ser estatisticamente representativa de toda a comunidade.

Assim sendo, definiu-se como caminho para a construção da amostra seria via sementes de referência (Albuquerque, 2009) - como é conhecida na técnica da *Snowball* a primeira pessoa de contato. Esse rastreamento por contato foi um fator de decisão para a participação na pesquisa, ou seja, as participantes só aceitaram participar da pesquisa porque a semente de contato, - no caso a primeira dupla de irmãs -, recomendou a pesquisadora à próxima participante e assim sucessivamente. Isso porque, na *Snowball*, os participantes é que indicaram os demais membros do grupo para contribuir, além de referenciar a própria pesquisadora como ente de confiança, o que se revelou extremamente necessário.

De forma mais detalhada, a técnica da *Snowball*

prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, só então sair a campo para também recrutá-los (Baldin & Munhoz, 2012, p. 51).

A partir do contato com as sementes, consegue-se mapear um grupo que, segundo relatado pelas entrevistadas, é composto por cerca de 49 costureiras nos bairros Sônia e Silva Maria em Mauá e entorno que trabalham para a mesma empresa. Foi possível ainda identificar que entre as costureiras se formou uma rede sociotécnica que ora se desenha por conexões pessoais criadas na comunidade católica do bairro, ora pelo próprio fazer do trabalho como costureiras. Várias delas, inclusive, trabalham para esta mesma empresa há mais de 10 anos.

Ainda baseado nestes primeiros contatos, foi possível esquematizar um entendimento de como se estabelece a relação com a empresa e como esta opera. Embora a empresa conte com uma estrutura de indústria onde trabalham, de acordo com as informações coletadas nas entrevistas, trabalhadores formalizados, a maior parte da produção é feita por esta rede de trabalhadoras informais. Parte delas recebe o trabalho diretamente da empresa por contarem com uma estrutura de oficina completa de acordo com as exigências da empresa, que contam com as três principais máquinas industriais de confecção – a saber: reta, overloque e galoneira. Aquelas costureiras que não têm as três máquinas trabalham conjuntamente ou são subcontratadas pelas primeiras contratadas.

Nesse sentido, mesmo que as trabalhadoras que tomem o serviço diretamente da empresa possam parecer prestadoras de serviço, uma vez que devem arcar com os custos de produção como a compra de linha, a manutenção das máquinas e a energia, não são necessariamente um polo de produção ou ainda um elo da cadeia. São antes trabalhadoras contratadas informalmente, sem vínculo, uma vez que recebem o pagamento por peça produzida, sem a emissão de nenhum recibo ou nota fiscal que comprove a troca financeira. Tudo é feito na base da confiança e da palavra.

Antunes (2024), em entrevista ao Portal EPSJV da FioCruz¹⁴, ainda que se referindo ao trabalho por plataformas dos motoristas e entregadores, ilustra bem essa situação ao afirmar que “nessa nova modalidade de prestação de serviço – que também é equivocada porque não é serviço –, as empresas querem esconder a condição de assalariamento, para, a partir da ideia de que são empreendedores ou colaboradores, obliterar as condições de assalariamento”. Discutiremos de forma mais

¹⁴ **‘A classe trabalhadora não nasce sabendo o que fazer’**, por Paulo Schueler - EPSJV/Fiocruz | 30/04/2024 14h41 - Atualizado em 27/05/2024 15h28. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-classe-trabalhadora-nao-nasce-sabendo-o-que-fazer>

detalhada as contribuições dos debates sobre o trabalho plataformizado para o estudo das relações das costureiras com a empresa no próximo capítulo.

Isto posto, definimos que a pesquisa seria realizada com costureiras moradoras dos bairros Sônia e Silvia Maria, ambos localizados no município de Mauá, que produzem roupas infantis a domicílio para a mesma empresa da qual não se dará mais detalhes como forma de preservar a identidade das participantes. Em vista disso, e já com o roteiro de entrevistas pré-definidos, realizamos a entrevista piloto. Esta foi feita com uma das sementes de contato com o objetivo de alinhar as perguntas, acrescentando novos componentes de interesse para além dos pré-definidos no roteiro. Nesse momento, identificamos que seria importante incluir perguntas sobre a história de vida das trabalhadoras e sobre o sentimento de pertencimento à profissão como, por exemplo, a pergunta: quando perguntam sua profissão, o que você responde?

Doravante, contatou-se cada uma das costureiras indicadas pelos contatos, realizando visitas preliminares a cada uma delas, explicando do que se tratava a pesquisa e quais os seus objetivos. Cada uma das visitas prévias durava em torno de 20 minutos, previamente agendadas. Em um primeiro momento, foram realizadas cinco entrevistas no mês de julho de 2023. Já com indicações de mais três possíveis participantes, em seguida mais duas entrevistas já no mês de fevereiro de 2024.

Ressalta-se que todas as entrevistas foram realizadas nas casas das costureiras, tendo sempre como prioridade poder visitar o local de trabalho para observações relacionadas à estrutura, entender como elas se organizam nesses espaços, se possuíam televisão, rádio. Apenas uma delas, que compartilha a oficina com a irmã, não trabalha em sua própria residência, mas na residência da irmã, mas o local foi visitado quando da entrevista feita com a irmã. Vale ressaltar, ainda, que algumas das entrevistas foram realizadas durante o trabalho a pedido das participantes. As costureiras respondiam às perguntas enquanto trabalhavam em suas máquinas. Notamos que isso ajudou a deixá-las mais à vontade na conversa.

4.3 Como é esse território

Como já mencionado, os bairros Silvia e Sônia Maria estão localizados no município de Mauá e são historicamente ligados à produção têxtil em contexto

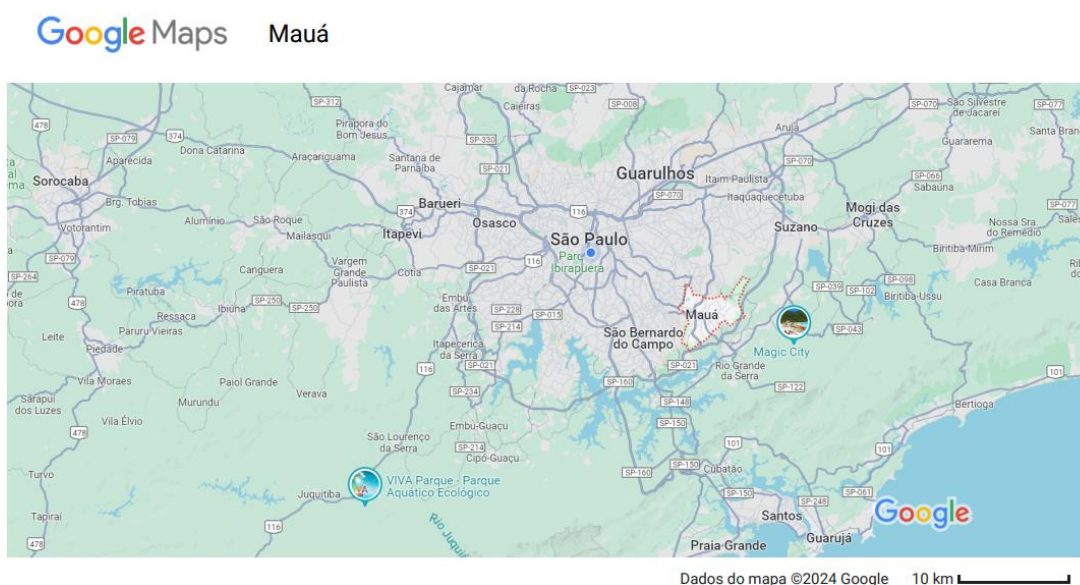
domiciliar, devido a diversos fatores socioeconômicos, mas também à sua vocação industrial e proximidade com a região Leste da cidade de São Paulo. A própria fábrica para quem elas trabalham alega, segundo os relatos, vender seus produtos para as lojas e magazines do Brás, região conhecida pelo comércio atacadista de roupas baratas.

Pode-se afirmar que esse é um território com alta densidade populacional, espremido entre os demais municípios da região do ABC paulista - formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano e de forma mais ampliada inclui Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Na imagem abaixo é possível localizar mais claramente o município nessa região.

Imagem 2: O mapa da RMSP que mostra onde está localizada a cidade de Mauá

5/26/24, 11:34 AM

Mauá - Google Maps



Fonte: Google Maps (2024).

Segundo o censo do IBGE de 2022, Mauá tem pouco mais de 418 mil habitantes, com um salário médio mensal entre os trabalhadores formais de 3 salários-mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 15,99%. Enquanto mais de 35% (dados de 2010) da população tem rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo apenas. Apesar disso, o PIB per capita (43.128,78 R\$) do município em 2021 ocupa a 197ª posição no estado de São Paulo. Entretanto, é um município muito pequeno cuja área ocupa a posição 623

de 645 entre os municípios do estado e 5440 de 5570 entre todos os municípios do país.

Como a maior parte dos bairros periféricos de grande São Paulo, os bairros escolhidos para a realização da pesquisa mantêm sua horizontalidade, o que significa que em sua maioria as residências são casas e não prédios com apartamentos. Desenvolvidos a partir da sua disposição como bairros-dormitório para os trabalhadores das grandes indústrias automobilísticas que, nas últimas décadas do século passado, empregavam uma massa grande de mão de obra nas cidades do ABC Paulista, esses bairros ainda são margeados pelas indústrias químicas de produção de gás do conhecido Polo Petroquímico.

Sem muitas opções para o lazer e com poucas opções de mobilidade, visto que apenas duas linhas de ônibus atendem a população da região, com destino aos centros de Mauá e de Santo André, onde estão localizadas estações do trem da Companhia Pública de Transporte Metropolitano -CPTM da linha 10 Turquesa com destino ao Brás, a população destes bairros enfrenta grande dificuldade de acesso aos novos centros comerciais e de produção da RMSP. Essas dificuldades aparecem nos discursos das entrevistas como motivação para que as costureiras não queiram deixar suas casas para trabalharem na indústria.

Recentemente, no entanto, um novo processo que pode ser definido como uma nova reindustrialização tem tomado conta desses bairros com construção de galpões industriais de pequena escala que abrigam todo o tipo de produção, inclusive a produção têxtil formalizada. Essa tem sido uma nova forma de empregabilidade para os moradores da região, ao mesmo tempo que ameaça a característica mais familiar e doméstica do território. É possível notar que muitos imóveis nos bairros Sônia e Silvia Maria estão à venda e seus proprietários alegam medo da desvalorização imobiliária acarretada por essa transformação territorial. Em consequência disso, a especulação imobiliária tem crescido muito na região.

A seguir as técnicas e métodos de pesquisa mobilizamos para a realização das entrevistas e análise e interpretação dos resultados obtidos, bem como a justificativa pela opção por cada um deles.

4.4 Métodos e técnicas de pesquisa

O objeto de pesquisa foi construído adotando como universo mulheres costureiras dos bairros Sônia e Silvia Maria em Mauá que trabalham a domicílio produzindo peças de roupas infantis para uma mesma empresa da região. Para a realização da pesquisa, utilizamos o método qualitativo de entrevistas semiestruturadas em profundidade, a partir de um roteiro de perguntas abertas, somado ao método de observação de campo. Como método de análise e interpretação dos discursos obtidos por meio das entrevistas recorreremos a Análise do Discurso. Justificamos a escolha pela AD já no primeiro capítulo.

A opção pela utilização de entrevistas semiestruturadas conduzidas por um roteiro de perguntas abertas, aplicadas a uma amostra não probabilística por conveniência composta por sete entrevistadas, teve como objetivo conhecer a história de vida das participantes bem como suas relações de trabalho e de comunicação. Embora tenhamos estabelecido um roteiro prévio para a condução das entrevistas, contamos com a possibilidade de que as respondentes pudessem responder as perguntas livremente, ou seja, de forma aberta para que se estabelecesse um diálogo entre a pesquisadora e as respondentes. Essa abertura foi útil e até necessário ao entendimento mais adequado de como se dá o trabalho e a comunicação no cotidiano das costureiras. Considerou-se, desde o início, a possibilidade de diálogo e interação entre esses dois atores como uma pauta de preocupação da pesquisadora (Fígaro, 2014), ainda que esta tenha sido útil ao objetivo das entrevistas.

De modo geral, as entrevistas e questionários são recursos muito utilizados na pesquisa em comunicação e pouco se reflete sobre isso de modo a problematizar inclusive as dissonâncias de conhecimento na comunicação entre entrevistados e pesquisador. Dessa forma, há pouco cuidado, na maior parte dos casos, para não impor ao entrevistado, detentor do senso comum, fonte de conhecimento, a visão de mundo do pesquisador ou ainda não impor o modo de vida do entrevistador ou entrevistado como forma a julgá-lo. Lopes (2014) levanta a necessidade ainda de manter a vigilância epistêmica e metodológica - ou nos termos da autora a reflexividade - no momento da prática da pesquisa, como prática em atos.

A técnica da entrevista semiestruturada permite ainda a adequação à realidade do entrevistado, do seu tempo disponível e da confiança para poder falar sobre sua

realidade. Por isso, também, é que se considerou importante realizar mais de uma visita e/ou diálogo ao longo do processo de coleta de dados com cada uma das participantes. Isso significa dizer que os contatos com as costureiras não se deram de forma superficial ou corriqueira. Foi preciso, antes, estabelecer uma relação de confiança com a pesquisadora para que se pudesse concordar em participar da pesquisa. Cada uma das sete participantes foi visitada mais de uma vez. Antes da visita para a realização das entrevistas em si, elas foram visitadas para que se pudesse apresentar a pesquisa, seus objetivos e intencionalidade com uma linguagem acessível e compreensível.

Para além disso, no entanto, coube estar ciente que a partir da escolha da Análise de Discurso como forma de revelar quais as relações de comunicação são construídas pelas participantes, fez-se necessário estar atento ao método de escuta para o desenvolvimento de um dispositivo de interpretação, sabendo que, como indica Orlandi,

esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (Orlandi, 1990, p. 59).

Portanto, é preciso que o pesquisador, no lugar de entrevistador, realize uma escuta discursiva, para poder realizar uma interpretação dos dados que seja capaz de revelar o interdiscurso, o que está para além do que é dito, o que está no jogo simbólico na escolha das palavras. “Nessa empreitada, descrição e interpretação se interrelacionam. E é também tarefa do analista as distinguir em seu processo de compreensão” (Orlandi, 1999, p. 60). E foi a partir mesmo deste entendimento que em todas as entrevistas o roteiro de perguntas pré-definido funcionou apenas como um norte diretivo para o andamento delas. Uma vez que as entrevistas funcionaram como forma de diálogo e muitas outras questões foram necessárias para revelar o cotidiano das costureiras e como funciona seu mundo do trabalho.

Em vista disso, o objeto empírico da presente pesquisa é constituído pelos discursos sobre e no trabalho a domicílio das costureiras, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, guiadas por um questionário aberto previamente estabelecido (Anexo 1) composto por 33 perguntas, divididas em 4 blocos.

O primeiro bloco do questionário se ocupa da identificação pessoal das participantes, buscando informações como idade, bairro onde mora, escolaridade, se

é casada e se tem filhos. Incluímos ainda perguntas interessadas em compreender como e quando elas aprenderam a costurar; há quanto tempo trabalham costurando e qual a razão de escolherem a costura como ofício. Pedimos ainda que elas contassem um pouco sobre sua trajetória na profissão, buscando saber se sempre trabalharam a domicílio e se em algum momento chegaram a trabalhar formalmente na indústria. Nesse ponto ainda gostaríamos de entender qual o lugar da renda obtida com o trabalho de confecção na distribuição da renda familiar. Ainda neste bloco questionamos quais os impactos sentidos por elas no contexto da pandemia de Covid-19 com relação ao trabalho,

O segundo bloco de perguntas buscava entender como os meios de comunicação estão presentes no cotidiano das trabalhadoras e como a linguagem é mobilizada na situação real de trabalho. Para isso, incluímos perguntas como “Que horas costuma assistir TV normalmente? O que você costuma assistir na televisão? Assisti com a família?”, que nos dariam pistas não só do conteúdo por elas preferido, mas também das modalidades de mediação relacionadas à cotidianidade familiar; a temporalidade social e a competência cultural (Martín-Barbero, 2021).

Ainda neste bloco, indagamos sobre o que elas costumam ouvir durante o trabalho de costura, sendo que historicamente o rádio acompanha o trabalho de costura a domicílio. Perguntamos sobre se ouvem música, quais as emissoras, quais os programas e, ainda, se utilizam alguma plataforma de streaming de música e vídeo online e o que costumam consumir nesses canais. Nesse sentido, acredita-se importante perguntar sobre se havia *internet* em casa e no local de trabalho. Daí partiu-se para compreender os usos e apropriações feitas das redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea com o *WhatsApp*.

O terceiro bloco do questionário tratou dos sentidos do trabalho, com perguntas relativas ao trabalho em si. Tanto o trabalho remunerado de costura, quanto as obrigações com o trabalho não pago de cuidado. Entre as perguntas, incluiu-se algumas relativas à trajetória profissional dessas costureiras, como se dá a divisão das tarefas domésticas no grupo familiar, como elas agenciam seu tempo na jornada dupla ou triplas. Nesse sentido, a partir da entrevista piloto, adicionou-se uma pergunta relacionada ao sentimento de pertencimento à profissão. Além disso, buscou-se ainda compreender como se dá a relação com a empresa contratante, como elas enxergam essa relação, se são trabalhadoras ou apenas prestadoras de serviço e se vêem na figura da empresa uma figura de chefe.

Considera-se importante, também, incluir questões sobre a desvalorização do trabalho de costura, a que elas atribuem essa desvalorização e se compensa trabalhar na produção externa da empresa, além de buscar ouvir quais mudanças no mundo do trabalho das confecções foram sentidas por elas e como as afetaram

Já o quarto e último bloco trata da linguagem sobre e no trabalho, quando se ouviu as trabalhadoras falando especificamente sobre a sua atividade de trabalho. Assim sendo, buscamos questioná-las sobre o que elas conversavam entre elas, se essas conversas sempre se relacionavam ao trabalho, sobre quais assuntos elas gostam de falar e se os assuntos falados na televisão e rádio tinham a ver com o seu cotidiano. A partir também da entrevista piloto, passamos a incluir perguntas relacionadas à comunicação com a empresa. Como e quando isso acontecia, com quais objetivos e utilizando quais meios.

Realizadas, então, as entrevistas, com duração média de 45 minutos, transcrevemos todas elas utilizando um recurso de inteligência artificial chamado *Amberscript*¹⁵. Visto que algumas das entrevistas foram gravadas enquanto as mulheres trabalhavam costurando, foi preciso revisar todas as transcrições para manter a maior fidedignidade possível dos enunciados. Essas transcrições, porém, não foram incluídas no apêndice por conterem demasiadas informações pessoais que poderiam revelar a identidade das participantes. Tanto as gravações como as transcrições - compiladas em um documento de 79 páginas - foram arquivadas pela pesquisadora em lugar seguro e confidencial e estão disponíveis para consultas necessárias das partes interessadas.

Vale lembrar que, por se tratar de um projeto do âmbito das Ciências Humanas e Sociais que envolve seres humanos, tanto o projeto de pesquisa, quanto os Termos de Consentimento e Esclarecimento da Pesquisa e o Termo de Confidencialidade foram submetidos ao Conselho de Ética do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde via Plataforma Brasil. Sendo apresentado ainda em agosto de 2022, a realização da pesquisa foi aprovada, pois está de acordo com as Resoluções CNS Nº 466/2012 e 510/2016, relacionadas à Ética em Pesquisa com Seres Humanos do mesmo conselho. O parecer foi dado no dia 08 de setembro de 2022, sob o número 5.631.945 (em anexo). A todas as entrevistas foi entregue o Termo de Consentimento

¹⁵ <https://app.amberscript.com/login>

e Esclarecimento da Pesquisa. As cópias assinadas por elas estão seguramente armazenadas e disponíveis para consultas quando e se necessário.

Isto posto, apresenta-se, a partir de agora, os resultados obtidos na pesquisa com a análise dos dados e materiais produzidos ao longo da fase de observação de campo e entrevistas com as participantes.

5 AS COSTUREIRAS E SEUS DISCURSOS

Inicia-se assim o processo de análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo, bem como dos discursos das costureiras produzidos nas entrevistas, buscando situar, primeiro, quem são as sete mulheres trabalhadoras que participaram da pesquisa. Para isso, consideremos importante ter em mente que o trabalho a domicílio de costura, ainda que precarizado e longe de cumprir com os pilares do trabalho decente¹⁶, se coloca como uma forma de empregabilidade para mulheres pobres, sem educação profissional formal e moradoras de zonas periféricas das grandes metrópoles. Uma realidade que não pode ser dissociada do processo de feminização do trabalho a domicílio que, por sua vez, está baseado na divisão sexual do trabalho e na desvalorização do trabalho não remunerado de cuidado, realizado majoritariamente por mulheres.

Passa-se a conhecer, de forma mais profunda, a realidade das participantes da pesquisa, seus lugares de trabalho - que são também suas casas - a partir tanto das informações coletadas nas entrevistas, quanto dos relatos da observação de campo realizada pela pesquisadora e registrada em seu caderno de campo. Orientados pelo binômio comunicação e trabalho e interessados no lugar de trabalho como espaço de mediação privilegiado das relações sociais, passaremos ao método da Análise do Discurso para revelar, através da língua, a realidade material de vida dessas mulheres. Assim como, nos valeremos dos preceitos da ergologia (Durrive; Schwartz, 2007, 2010) para analisar as atividades languageiras (Boutet, 2006) sobre o trabalho e seus processos de renormatização, e da proposta analítica o conceito de dispositivo comunicacional de Dominique Maingueneau (2004) transposto à situação de trabalho das costureiras.

Deste modo, busca-se compreender o que revelam as atividades de comunicação e de trabalho das costureiras tanto sobre as mudanças do processo organizativo da cadeia de produção têxtil, que reflete o aprofundamento da precarização em resposta à crise global do capital, quanto sobre os retrocessos e

¹⁶ Termo criado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT em 1999 que se apoia em quatro pilares: respeito aos direitos trabalhistas; emprego de qualidade; garantia da proteção social e de diálogo social.

persistências na exploração da mulher trabalhadora. Buscando revelar, ainda, rastros de resistência e contradições que possam existir nesse contexto.

5.1 Quem são as sete costureiras?

Para a presente pesquisa entrevistamos sete mulheres costureiras informais que trabalham a domicílio dos bairros Sônia e Silvia Maria no município de Mauá e que produzem para uma fabricante de roupas infantis. Ainda que não seja possível, por questões de confidencialidade, revelar seus nomes, para nós interessa poder entender quem são, quais suas características, para assim situar seus discursos, respondendo à pergunta: quem é o sujeito do discurso?

Como afirma Orlandi (2015), a partir de uma teoria materialista do discurso, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” (Orlandi, 2005, p. 44). Dessa forma, “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Orlandi, 2005, p. 44.). E, como dito anteriormente, a materialidade específica da ideologia é o discurso (Orlandi, 2017). Não havendo, portanto, discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia (Orlandi, 2015), nos interessa compreender quem são os sujeitos desses discursos a partir de onde falam. Isso porque, seguindo a linha de Orlandi, no escopo da Análise do Discurso, não é possível haver uma realidade sem ideologia. “Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido” (Orlandi, 2015, p. 46). Dessa forma, definindo a historicidade do discurso dessas trabalhadoras, identificando-as como sujeitos interpelados por uma ideologia, construiu-se o caminho para a compreensão dos seus sentidos.

Sendo o sujeito, então, interpelado pela ideologia definida a partir de uma realidade material na relação do sujeito com a língua, é preciso entender que “não é vigente, na Análise do Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente de si mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que ele diz” (Orlandi, 2015, p. 46), isso porque “o trabalho ideológico é um trabalho de memória e esquecimento” (Orlandi 2015, p. 47).

As entrevistadas receberam a pesquisadora em suas casas, onde estão também os locais de trabalho visitados. Os lugares e dias para a realização das

entrevistas foram determinados por elas, para que se sentissem mais à vontade. As entrevistas durante o trabalho aconteceram assim a pedido das próprias entrevistadas que não podiam parar o serviço e preferiram não as realizar aos fins de semana.

Vale dizer que o grupo de mulheres costureiras sujeitos dos discursos que formam o *corpus* da presente pesquisa é ao mesmo tempo homogêneo e heterogêneo. As sete mulheres que aceitaram abrir suas casas e apresentar seu cotidiano de trabalho são diversas e, apesar de representarem boa parte e bem a realidade das mulheres brasileiras dedicadas ao trabalho de costurar, estão longe de representar o todo da categoria.

O grupo é formado por cinco mulheres acima dos 50 anos e seis mães, todas elas com filhos já adultos. Cinco delas são casadas, e duas são separadas. A única sem filho é a que está na casa dos 30 anos e declarou não poder ter filhos, pois caso contrário os teria. Isso revela que a maternidade para muitas mulheres ainda não é uma questão de escolha propriamente, mas algo natural e socialmente esperado.

Como é possível imaginar a partir das transformações socioeconômicas vivenciadas no Brasil nos últimos 20 anos, fruto da criação de políticas públicas para a inclusão e distribuição de renda, a maioria dos filhos dessas mulheres tem formação universitária. Apenas duas das filhas mulheres desse grupo seguiram os passos da costura como alternativa de empregabilidade, e apenas uma se profissionalizou e hoje trabalha formalmente na indústria. Muito presente nos discursos das entrevistadas está a afirmação de que as novas gerações não querem ou não se interessam pelo trabalho de costura por múltiplas razões, entre elas a de que não é trabalho relacionado com tecnologia e que não compensa financeiramente, ou seja, não é bem remunerado.

Ainda que o roteiro de entrevistas pré-estabelecidos não tenha contemplado perguntas relacionadas à raça, a partir das conversas estabelecidas é possível dizer que o grupo é formado por duas mulheres pretas, duas pardas e três brancas, sendo três delas migrantes de estados do nordeste brasileiro. Essa afirmação é relevante uma vez que os critérios de raça são determinantes socioeconômicos em uma sociedade estruturalmente racista. Não à toa, porém, as duas jovens que seguiram a alternativa do trabalho de costura são filhas de uma das mulheres negras, revelando um ciclo de continuidade da precarização a que estão submetidas as mulheres, sobretudo as mulheres negras.

A possibilidade de visitar suas casas e locais de trabalho revelou uma realidade bastante diversa entre elas. Enquanto aquelas que chegaram a trabalhar na indústria têxtil de maneira formal, ocupando cargos para além da costura, vivem em casas mais bem estruturadas, aquelas que vivem exclusivamente da costura informalizada, moram em casas mais precárias, menores e menos estruturadas. O pagamento pelo trabalho realizado atualmente é tão baixo que uma delas – separada e única provedora do lar - chegou a afirmar que o dinheiro quase não dá para pagar o aluguel da casa de três cômodos, cheia de umidade pelas paredes, com um porão onde está montada a oficina de costura, em um bairro periférico de um município pequeno. Uma realidade material que corrobora com a revelação da precariedade e vulnerabilidade às quais estão expostas algumas dessas mulheres.

Essas análises são parte da observação empírica realizada pela pesquisadora durante as visitas às suas casas e locais de trabalho e são relevantes para definir de onde falam esses sujeitos. Ou seja, para compreender qual a realidade material de vida dessas mulheres, que refletem a ideologia que as interpelam como sujeitos de discurso.

5.2 Primeiras análises

A partir da transcrição das entrevistas e como primeiro procedimento de análise dos dados, propusemos uma tabela de classificação tanto para a definição de uma análise socioeconômica das participantes, quanto para a categorização dos enunciados. Isso porque, ao seguir questionário de perguntas para as entrevistas, foi possível notar familiaridades entre os seus discursos.

Como resultado deste procedimento, podemos encontrar no Quadro 1 a identificação das entrevistadas e suas características socioeconômicas, conforme comentado no ponto anterior. Para essa classificação, não nos baseamos apenas nas informações obtidas nas entrevistas, mas também nas observações anotadas no caderno de campo da pesquisadora.

Para tornar a apresentação dos resultados e das análises mais fácil e empática, optamos por atribuir a cada uma delas um nome fictício, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Identificação das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Raça	Migrante	Estado civil	Tem filhos?	Mora com quem?
Ana	48	Negra	não mencionou	divorciada	sim	Sozinha e cuida da mãe
Julia	58	Parda	Filha	casada	sim	Marido e os dois filhos adultos
Fátima	61	Parda	Sim	divorciada	sim	Sozinha
Maria	56	Negra	não mencionou	casada	sim	Marido, as duas filhas, um genro e o neto
Isabel	63	Branca	não mencionou	casada	sim	Com o marido
Neide	40	Branca	Sim	casada	não	Com o marido
Lucia	57	Branca	não mencionou	casada	sim	Com o marido

Fonte: VIZENTIN, (2024).

Essa categorização permitiu, ainda, buscar em cada uma das entrevistas respostas a perguntas comuns, como quando e como aprenderam a costurar; se elas se sentem trabalhadoras, se assumem costureiras enquanto profissão; se o trabalho realizado aos moldes descritos compensa financeiramente ou não; se o próprio trabalho de costura é valorizado tanto pela empresa quanto pela sociedade; quais métodos de comunicação utilizam entre elas e com a empresa; e que tipos de suporte e conhecimentos são compartilhados entre as próprias costureiras via a rede sociotécnica de convivência.

Busca-se também classificar, a partir das anotações do caderno de campo, os locais de trabalho com detalhes sobre se havia rádio e televisão e como estavam dispostos. Elementos que ajudam a responder questões relacionados ao consumo de produtos de comunicação e como estes se relacionam com o trabalho como espaço de mediação, bem como relacionar questões de análise relacionadas à ergologia como forma de renormatização da atividade de trabalho.

Essas informações podem ser visualizadas no Quadro 2 relacionadas ao segundo bloco de perguntas do questionário orientador das entrevistas, que tinha como objetivo estabelecer um mapa cultural de consumo das entrevistadas. Visto que a maioria possui aparelhos de televisão e rádio no local de trabalho – no caso da entrevistada 4 a máquina fica na cozinha de casa, onde também é a sala e onde está a televisão -, esse se torna um elemento relevante de observação.

Quadro 2 – Como a comunicação está presente no local de trabalho

Entrevistada	Visitou local de trabalho	Tem TV	Rádio	Utiliza redes sociais	O que mais gosta de ver/ouvir	Mencionou programas religiosos	Assisti novelas
Ana	Sim	não	Sim	Sim	novela/pouco jornal	sim. Rádio Imaculada	sim. da Globo
Julia	Sim	não	Sim	Sim	programa religioso/programa do Eli Corrêa	sim. TV Aparecida	pouca, mas da Globo
Fátima	Sim	sim	Sim	Sim	novela/séries e filmes	Sim, alguns evangélicos	sim
Maria	Sim	sim	Não	Sim	novela	sim, TV Aparecida	sim
Isabel	Sim	sim	Sim	Sim	Novela infantil no SBT	não	Assiste, mas muito pouco
Neide	Sim	sim	sim, no celular	Não	Band FM e jornal da Record	não	Sim, da Globo a tarde
Lucia	Sim	sim	sim	Sim	Novelas da tarde da Globo e programas matinais	Sim, TV Aparecida	sim

Fonte: VIZENTIN, (2024).

Utilizou-se a metodologia da Análise do Discurso, apoiou-se também no entendimento de que ao estudar a comunicação sob a perspectiva do trabalho é preciso considerar como os meios de comunicação estão presentes e impactam na construção dos sentidos do trabalho por estas trabalhadoras, ao contribuir na constituição da sua noção de realidade concreta, ou seja, sua ideologia que as interpelará como sujeitos. Figaro (2008) dirá que

A Análise do Discurso tem como objetivo entender como os enunciadores constroem seus pontos de vista e os valores sobre a vida cotidiana, principalmente, sobre o mundo do trabalho. O Estudo de Recepção permite que o pesquisador se aproxime do universo de vida dos receptores/enunciadores para conhecer as relações que eles estabelecem com os meios de comunicação (Figaro, 2008, p. 89).

Embora a presente pesquisa não se proponha a realizar um Estudo de Recepção propriamente dito, acreditamos, a partir do sublinhado por Figaro acima, que conhecer as relações que as costureiras historicamente estabelecem com os

meios de comunicação se faz fundamental para aproximar-se da vida delas como enunciatórias dos discursos analisados.

Nesse sentido, ao serem perguntadas sobre o que costumam assistir nessas televisões enquanto trabalham, ou mesmo depois do trabalho, várias relataram assistirem a novelas e/ou a programas religiosos. Sobre este ponto, e a partir de seus discursos, foi possível observar aspectos relacionados à continuidade da predominância da Globo como emissora de referência, à forte presença do interesse pelas novelas e programas religiosos tanto da televisão, quanto no rádio e o pouco interesse relatado por elas por programas jornalísticos. Um fator novo está relacionado ao interesse pelas reprises de novelas antigas no período da tarde, adotado pela Globo a pouco tempo e, mais timidamente, pelas séries e filmes das plataformas de *streamings*.

Ao longo das entrevistas, as menções aos programas religiosos foram ficando mais frequentes e, por isso, uma pergunta sobre esse ponto foi incluída no questionário norteador. Dada a sua constância entendemos que seria relevante olhar para isso com foco exclusivo. Além disso, como a maioria das costureiras são membros da comunidade religiosa católica de referência no bairro Sônia Maria, onde se deram os primeiros contatos com a pesquisa, era esperado que isso pudesse acontecer.

Tal procedimento se dá por uma questão de método, esse seria o que Orlandi (2015) chama de um primeiro tratamento de análise ainda superficial para que se construa um *corpus* de-superficializado. Ou seja, busca-se, em primeiro momento, definir o que se diz, quem diz, em que circunstância (Orlandi, 2015).

A partir desta tabulação, foram definidas como categorias de análise as seguintes questões:

- I. O que os discursos das costureiras nos dizem sobre os sentidos do trabalho
- II. A costura como alternativa ao trabalho ainda mais precarizado
- III. O trabalho de cuidado não-remunerado como mediação do trabalho remunerado de costura
- IV. A atividade de trabalho e a linguagem no mundo do trabalho das costureiras
- V. O WhatsApp como processo de comunicação que transforma as relações no trabalho

VI. O que fazem as costureiras com os meios de comunicação

No entanto, antes de entrarmos propriamente na análise do discurso, será útil compreender como se dá a relação de trabalho entre as costureiras e a empresa que as contrata/oferece serviço. Embora não sejam exatamente trabalhadoras da empresa é possível notar que há uma relação de trabalho e não somente uma troca comercial. O que fazem essas mulheres não é oferecer um serviço de costura para a empresa, mas trabalho de produção. Logo, se pensarmos como o descrito por Marx em O Capital, chegamos à conclusão de que essas mulheres são trabalhadoras. Isso porque, para o economista,

a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador (Marx, 2014, p.211).

Ora, se as costureiras são força de trabalho em ação na equação da produção da mercadoria - as roupas infantis -, são elas trabalhadoras. Ao ponto que a relação de trabalho é caracterizada pelo processo de subordinação à empresa.

Como, então, está organizado o trabalho dessas mulheres e como se dá a relação entre as trabalhadoras, tratadas como prestadoras de serviço, e a empresa? Quais as formas de gerenciamento, organização e controle da produção frente a uma relação de falsa autonomia? Essas são algumas das perguntas que consideramos importante serem respondidas e que veremos a seguir.

5.3 Quais as relações de trabalho

Por meio do recorte da entrevista com a costureira Neide apresentado a seguir, começaremos a descrever quais as condições e exigências impostas pela empresa às costureiras que caracterizam uma relação de trabalho que, a nosso ver, não está circunscrita no campo da prestação de serviço, como crêem as próprias costureiras, mas de antemão subsumida à lógica de exploração do trabalho pelo capital.

Dessa forma, perguntada sobre se compensava trabalhar nas condições em que trabalha, a costureira Neide relata:

Entrevistada: Olha, um servicinho rápido. Se fosse só pra gente, só pra gente costureira compensava. Mas quando você começa a pagar para as costureiras de fora, acaba ficando sem.

Pesquisadora: E por que você precisa contratar outras costureiras?

Entrevistada: Porque quanto mais sai peça, mais você ganha!

Pesquisadora: Então você pega mais, aí para dar tempo de fazer você tem que subcontratar?

Entrevistada: É porque assim ele não manda 100, 200... Eles só manda de 3000 para cima. São 3000 peças para uma só fazer e ficar um ano dentro da oficina. Entendeu? Aí, com as costureiras, cada uma faz uma peça completa, aí sai rápido.

Pesquisadora: Mas aí para as costureiras, você paga a mesma coisa que eles pagam?

Entrevistada: Aí você já paga menos para as costureiras.
(Fragmento da entrevista com a Neide)

O que a costureira diz é que compensaria caso ela conseguisse fazer o trabalho rapidamente, sem depender de subcontratar outras costureiras. Ela acaba por ter que subcontratar para entregar o corte o quanto antes porque só assim ela recebe. No entanto, a ideia de que ela ganhará mais quanto mais rápido ela terminar o trabalho é ilusória, uma vez que cabe a ela remunerar as demais costureiras. Como cada corte exige a utilização de três máquinas, elas acreditam que quanto mais tempo todas as máquinas estiverem operando simultaneamente, mais elas receberão, quando na verdade o que acontece é que elas vão receber mais vezes em um espaço menor de tempo, mas o valor por peça será menor ao final porque ela ainda precisa arcar com subcontratação.

Ao estabelecer esse sistema de pagamento por quantidade de peças, a empresa faz com que as costureiras lutem por entregar mais rápido o serviço para receber o pagamento o quanto antes. Aquelas que precisam logo do dinheiro acabam por dedicar mais tempo à máquina. Conforme relatado também pela Neide: “É, esses eu tenho que entregar na frente, porque só recebe se entregar o corte completo, tipo 3000, 4000. Aí eles não entregam. Então você vai fazendo... pode ficar até dois meses aqui que não tem problema”. Ou seja, elas trabalham sob a lógica da velha fórmula de produção do capital, baseado no crescimento da produtividade como resultado do aumento do ritmo de trabalho, materializado em mais horas e na densificação da produção. E o ônus da subcontratação fica a cargo da trabalhadora “prestadora de serviço”, que fica com um valor menor por peça e ainda acaba pagando menos à colega.

Como se verá mais detalhadamente a seguir, as costureiras subcontratadas se sujeitam a esse nível maior de exploração por vários motivos, mas nesse ponto cabe frisar que um deles é o fato de que elas não querem lidar diretamente com a empresa

ou porque, como é o caso de uma das entrevistadas pela pesquisa, não sabe manusear as três máquinas exigidas para a confecção dos cortes.

Além disso, vale sublinhar que não são as costureiras contratadas quem define o preço por cada peça, mas sim a empresa e não há, segundo os relatos das próprias costureiras, espaço para negociação desse valor. Embora o preço da linha e da própria energia elétrica venha subindo – bem como outras variáveis como o preço dos aluguéis ou dos alimentos - o preço pago pela empresa por cada peça de body de bebê, por exemplo, não sofria aumento – até o momento da pesquisa - há pelos menos dois anos.

Conforme o relatado pela Isabel abaixo, algumas delas com mais tempo de casa acabam também por realizar o trabalho de pilotagem ou mostruário, que consiste em montar uma peça do novo corte ou modelo pela primeira vez. Nesse processo elas não só indicam para a empresa quais as dificuldades no corte e se é possível fazê-lo como está, como também avaliam o tempo e a dificuldade necessário para costurar toda a peça e sugerem um preço. Mas a empresa é quem ao final decide o preço, em mais uma especificidade que corrobora por desmontar a ideia de que as costureiras são prestadoras de serviço.

Quando é assim, [a] produção já tem um preço. Eles falam essa peça aqui é tanto agora, às vezes eu faço mostruário para eles. Daí eu vejo a dificuldade que tem para fazer aquela peça e aí a gente dá o valor. Olha, eu faço essa peça nesse valor. Daí ela vê se se ela consegue pagar aquilo ou não, né? Para o mostruário ela acaba pagando o que eu peço. Só que depois, na produção, ela dá o preço que ela consegue (Isabel).

Os relatos das costureiras nos ajudam a compreender melhor como funciona essa dinâmica e porque ela é tão desfavorável para as próprias costureiras que têm que fazer toda a gestão de tempo e controle de produção, buscando inclusive por lugares onde a linha – em geral importada – é mais barata, de forma a realizar uma economia para o processo produtivo da própria empresa.

A Lucia, que também realiza esse trabalho de mostruário de peças novas para a empresa, confirma que o valor é negociado ou sugerido, mas quem determina o valor é a empresa e que esse acaba ficando defasado com o passar do tempo e não há reajustes.

[...] quando chega no fim do ano começa a época de fazer mostruário para o próximo. Aí ela manda pra gente. A gente faz um monte de ver as pecinhas, a gente faz. Aí ela fala assim: quanto vocês vão querer

receber dessa peça? Aí a gente dá o valor. Aí ela avalia se se ela pode, se ela pode pagar aquele valor (Lucia).

Conforme explica Julia, “a peça em piloto é a peça mais importante que tem, porque através dessa peça que vai montar a linha de produção. Mas se você dá o seu preço, a pessoa acha caro demais, então ela quer dar o preço dela, que fica sabe muito abaixo”. Ou seja, a empresa determina o preço que será pago por peça costurada pelas trabalhadoras externas, desconsiderando as variáveis por elas enfrentadas e contando que elas aceitarão produzir no preço determinado porque não têm alternativa.

Com base no valor determinado por cada peças, as costureiras relatam ter liberdade para escolherem que tipo de trabalho querem realizar. É notável por parte delas a sensação de que alguns trabalhos compensam menos do que os outros. Mas essa avaliação é feita baseada na experiência empírica, sem cálculos mais elaborados. Conforme o relato abaixo, é possível visualizar como se dá o processo de terceirização completo do processo produtivo da empresa

ó, essa peça aqui completinha - ainda faltou mais uma parte aqui que é a cintura. E na cintura ainda vai mais um cordãozinho que vai na reta -, é 65 centavos que eles pagam pra gente, por peça. Aí desse 65, que você tem que - porque eu ponho tudo na ponta do lápis – você tem que pagar as costureiras, você tem que comprar o fio e você tem que tirar da força. Você paga tudo. A fábrica manda do jeito que está no pacote ali (Neide).

A empresa terceiriza inteiramente boa parte do processo produtivo desde que os cortes saem da fábrica até que voltam novamente para serem vendidos como mercadoria final. A gestão das máquinas e das costureiras subcontratadas, a organização do tempo e da produção, assim como a compra de matéria prima (a linha), ficam nas mãos das costureiras.

Não obstante, esse método de organização e exploração baseado na terceirização e subcontratação para a redução da força de trabalho assalariada não é exclusividade da indústria têxtil e tem se espalhado no mundo como nova tendência de organização do capital, conforme relata Antunes (2009).

Tem sido uma tendência frequente a redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada. [...]. Há, por outro lado, um enorme incremento do novo proletariado fabril e de serviços, que se traduz pelo impressionante crescimento, em escala mundial, do que a vertente crítica tem denominado trabalho precarizado (...). São os “terceirizados”, subcontratados, part time, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo (p. 104).

Um bom exemplo de como pensar essas relações de trabalho entre as costureiras autônomas, informais, trabalhando a domicílio com a empresa contratante pode ser visto nas pesquisas que tratam da organização do trabalho por plataforma dos motoristas de transporte de passageiros. Amorim e Moda (2020) consideram que

[...] as principais especificidades do trabalho por aplicativo, fatores que o distinguem de outras formas de trabalho digital, são: o próprio acionamento por aplicativos para a realização das atividades; a posse por parte dos trabalhadores de algumas das ferramentas utilizadas em seu trabalho, tais como o carro e o celular no caso dos motoristas; e o contrato de trabalho marcado pela intermitência, com a remuneração dos trabalhadores completamente vinculada às flutuações da demanda (p.60).

Dentre essas especificidades, só não se aplica no caso das costureiras efetivamente o acionamento por aplicativos para a realização das atividades. Diga-se efetivamente, porque, como se verá mais adiante, a utilização do WhatsApp como ferramenta de comunicação com a empresa foi descrita como fundamental pelas entrevistadas. No entanto, as especificidades da posse das ferramentas utilizadas, tais como as máquinas e próprio celular – já indispensável para elas também – assim como o “contrato de trabalho” marcado pela intermitência vinculado às flutuações da demanda - ou seja, ganha-se apenas quando se está com a máquina ligada e não nos períodos de baixa da produção -, mantêm-se os mesmos.

Se então, como afirmam os autores, “a utilização de plataformas em diferentes processos de trabalho está aprofundando a subsunção real dos trabalhadores ao capital, consolidando uma radicalização das formas de exploração e dominação do trabalho” (Amorim; Moda, 2020, p.60.), o trabalho das costureiras informais realizado por produção também está localizado nessa fronteira de exploração profunda do trabalho e da subsunção real dos trabalhadores ao capital.

Nesse sentido, observamos historicamente, grosso modo, que o toyotismo não supera paradigmaticamente o taylor-fordismo. Contrariamente, ele o reproduz, radicalizando seus princípios centrais de prescrição de tarefas, mas agora delegando ao trabalhador coletivo maiores responsabilidades, sobretudo, com relação ao auto-disciplinamento, autogerenciamento e auto-taylorização (Amorim; Moda, 2020, p. 62).

Tal como descrito pelos autores, a passagem de um modelo produtivo ao outro não é exatamente linear e por isso o trabalho por plataforma se concretiza como uma nova fórmula de exploração do trabalho que se sustenta nos avanços das TIC e no controle algorítmico do trabalho. E aqui está a fundamental diferença entre estas duas

formas de relação. Enquanto no trabalho do motorista, o trabalho é vigiado e modulado constantemente de forma automatizada (Amorim; Moda, 2020), o trabalho das costureiras é controlado pela própria produção. Isso porque, conforme descrito, elas não recebem nova remessa de trabalho ou mesmo o pagamento pelo corte enquanto não finalizarem a confecção deste. Esse método estimula a produção e autocontrole de tempo para que elas produzam mais em menos tempo e que cheguem a subcontratar outras costureiras para diminuir o tempo de produção.

Existe, no entanto, um debate sobre como denominar esse novo tipo de exploração capital x trabalho baseado no trabalhador como prestador de serviços, ainda que se reconheça marcas de relações trabalhistas. Uma vez que a Uber foi a primeira grande plataforma de mediação entre trabalhadores que dispunham de “bens próprios” para a prestação de serviço, sem vínculo formal de trabalho, se convencionou chamar esta nova dinâmica de “uberização”. Nesse sentido, a definição proposta por Antunes (2020) pode ser bastante útil para este debate. Segundo o autor a “uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (p. 11).

Ao analisar essa nova dinâmica de organização do capital, é possível compreender como as

supostas novas formas de organização do trabalho associadas ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e às empresas que se apresentam como plataformas ou aplicativos são, na verdade, estratégias de contratação e gestão do trabalho que mascaram o assalariamento presente nas relações que se estabelecem (Filgueiras e Antunes *in* Antunes, 2020, p. 29).

Ou seja, essas supostas novas formas não são mais do que uma reinvenção de formas antigas de exploração do trabalho e que, ainda que estejam calcadas na racionalidade neoliberal do trabalhador como empreendedor de si (Foucault, 2008), mas que de alguma forma existe sim um vínculo de assalariamento, de controle e subordinação configurando vínculo trabalhista em algum nível.

Para a presente pesquisa, frente a esse cenário, interessa compreender qual o impacto dessa forma de controle e exploração na construção dos sentidos do trabalho pelas costureiras como sujeitos da atividade de trabalho. Buscaremos a resposta a isso no ponto a seguir com a análise dos seus discursos sobre o trabalho.

5.4 O que os discursos das costureiras nos dizem sobre os sentidos do trabalho

Apresentando então quem diz e em que circunstância, passemos a interpretar os discursos das mulheres costureiras, entendendo que

Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico (Orlandi, 2015, p. 43).

Logo, “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história” (Orlandi, 2015, p. 45). Daí a importância de conhecer a história de vida e as condições reais sob as que vivem essas costureiras, bem como se relacionam com a empresa contratante.

Como é possível verificar no Quadro 3, as sete mulheres são costureiras experientes, e algumas já trabalham no setor há mais de 40 anos. Quando perguntadas qual a sua profissão, em nossa busca por entender se se dizem ou não costureiras, cinco delas afirmaram que sim, são costureiras. A Ana, com quem se realizou o piloto das entrevistas, não foi perguntada sobre isso e por isso não foi possível registrar sua resposta. Já a Julia diz apenas que trabalha com costura, alegando não dominar todo o processo de produção de uma roupa completa e por isso acha que não merece o título. Algo que na verdade está na base da racionalidade taylorista de alienação do trabalhador sobre todo o processo produtivo, aos moldes do definido por Marx como alienação

A alienação, para Marx, é consequência da exploração do trabalho pelo capital e ocorre de maneira a fazer parecer desvinculada a mercadoria do trabalhador que a produziu, resultando num estranhamento entre este e àquela e na desvalorização cada vez maior do trabalhador, que se torna alheio à sua condição de explorado, de escravo do objeto (Pinheiro, 2019, p. 173).

Por outro lado, Maria diz com firmeza que a sua profissão é costureira: “Costureira! Minha profissão hoje é costureira, quer dizer, sempre foi. Eu parei um pouco, né? Trabalhei na cozinha e tudo mais. Mas minha profissão é costureira”. Isso mostra um sentimento de orgulho e pertencimento ao labor realizado, bem como a consciência de que dele provém o sustento. Não por acaso, essa foi uma das entrevistadas que mais demonstrou consciência da necessidade de organização das

trabalhadoras frente à desvalorização do trabalho das costureiras, tanto do ponto de vista financeiro, quanto do ponto de vista social, como será possível verificar mais adiante.

Nesse sentido, nos recorda Saffioti (2013) que a necessidade de trabalhar se relaciona para além da simples necessidade de sobrevivência, está relacionada também à própria necessidade de satisfação do homem enquanto Ser social, sobretudo a das mulheres mais pobres, que encontram no trabalho uma forma de subsistência.

Atentando-se para o fato de que o salário não representa o valor criado pelo produtor imediato e que muitas vezes não chega mesmo a corresponder às necessidades de produção e reprodução da vida do trabalhador, pode-se afirmar, com segurança, que à mulher das camadas menos privilegiadas o trabalho se impõe como meio de subsistência. E, é preciso lembrar, a necessidade de trabalhar não deriva tão somente da vontade de sobreviver fisicamente. O desenvolvimento social cria nos seres humanos outras necessidades cuja satisfação pode ser atingida através dos rendimentos obtidos no desempenho de uma atividade remunerada.” (Saffioti p. 71, 2013).

É possível encontrar nos discursos afirmativos dessas trabalhadoras sobre se são ou não costureiras indícios sobre os sentidos do trabalho por elas construídos. Recordando Orlandi (2015; 2017), que afirma que o processo de interpelação do sujeito pela ideologia não é linear – “o trabalho ideológico é um trabalho de memória e esquecimento” (Orlandi, 2015, p. 47) -, considerar o contraditório nos discursos das costureiras também nos brinda um caminho para revelar sua representação do real pela língua. Isso porque, ao mesmo tempo em que elas admitem a desvalorização do trabalho e o pouco reconhecimento financeiro por parte da empresa, elas também afirmam sua paixão por trabalhar exatamente como costureiras.

Quadro 3 – Discursos sobre o trabalho e no trabalho

Se diz costureira	Frase de afirmação	Há quanto tempo trabalha com costura	Já trabalho em fábrica	Se considera prestadora de serviço?	Mencionou apoio técnico a outras costureiras
Não perguntada	-	Não mencionou	Não	É subcontratada da irmã	sim.
Sim	<i>É o que eu sempre falo vou em algum lugar. Qual a sua profissão? Sou costureira</i>	mais de 40 anos	Sim	<i>Eu me considero assim prestador de serviço. Eu falo sempre assim que nós fazemos uma troca, eu troco o meu lado profissional pelo meu salário</i>	<i>Assim, uma pega o serviço e as vezes não tem nem aquela certeza se vai dar certo, se vai compensar, já indica a outra. Então é essa, essa união que existe entre as costureiras é fantástica.</i>
Não	<i>Eu falo que trabalho só de costura</i>	30 anos	não.	sim	<i>Aí eu prefiro ficar na minha. Sabe, eu sempre fui assim.</i>
Sim	<i>Costureira! Minha profissão hoje é costureira, quer dizer, sempre foi.</i>	40 anos	não.	Sim	<i>Sim, com certeza também.</i>
Sim	-	mais de 40 anos	Sim	<i>Não é nada de chefe, ela não é minha chefe, eu não sou chefe de ninguém. A gente simplesmente presta serviço</i>	-
Sim	<i>Ai eu falo que eu sou costureira. Costura é o meu trabalho. Não é meu hobby, é meu trabalho.</i>	20 anos	Não	-	<i>Na rua mesmo, você encontra uma ou outra costureira no caminho. Quando elas precisam de alguma coisa, elas mandam mensagens.</i>
Sim	<i>Fala costureira</i>	40 anos	Sim	<i>Ah, porque eu penso assim ela não é minha patroa. Eu costuro para ela até a hora que eu quiser e a hora que eu não quero, eu paro. Então eu penso que eu acho assim</i>	Pesquisadora: <i>E é importante essa rede de costureiras vocês se conhecerem?</i> Entrevistada 7: <i>Ai é muito bom, porque para trocar a técnica.</i>

Fonte: VIZENTIN, (2024).

Veja o enunciado da entrevistada Isabel:

Eles pagam um pouquinho, né? Bem pouco mesmo. Pouco compensa. Mas aí você vai, você vai fazendo para não ficar parada. Eu falando de mim, né? Eu é só eu e meu marido. E aí eu sou uma pessoa assim, ativa. A vida inteira. Eu não consigo ficar em casa sem fazer nada ainda. Pode ser que mais pra frente e tal. Você não vai lavar roupa todo dia? Você vai ficar fazendo o quê? As pessoas falam assim: ah, mas tem um monte de coisa que você pode fazer. Você pode fazer serviço social, né? Tem muita coisa, sei que tem, mas ainda minha cabeça ainda não está programada para isso. Eu ainda tô naquele ritmo de produção. Eu estou trabalhando com a minha cabeça ultimamente para eu poder ir parando.

No caso da Isabel, ela já é aposentada da indústria têxtil e resolveu seguir trabalhando como costureira, ainda que informal e com condições de pagamento aquém do necessário para seguir em uma atividade de trabalho. Este tipo de empregabilidade absorve muitas mulheres nessas condições: aposentadas, com filhos adultos e independentes, que seguem trabalhando ou como forma de complementação da renda familiar ou ainda como forma de manter-se ativa no mercado de trabalho. Isso porque, “para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem se eleve em nível de consciência, muito mais do que perceber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, sentir-se menos insegura na vida” (Saffiotti, 2013, p. 96).

Há, portanto, uma necessidade econômica, mas antes social de manter-se trabalhando de forma remunerada, ainda que informalmente. Como sugere Saffiotti, essa condição está na base do desenvolvimento da força de trabalho feminina e da inserção da mulher na sociedade capitalista. Em “A mulher na sociedade de classes” (2013), a autora desenvolve uma tese sobre a necessidade estrutural do capitalismo de precarizar a força de trabalho das mulheres sob dois pontos de vista: a partir da subvalorização da sua capacidade produtiva e do pleno uso do trabalho não pago na reprodução da força de trabalho; e a partir da necessidade da manutenção do exército de reserva para a realização de atividades mal remuneradas e precárias. “No capitalismo, as mulheres têm uma dupla desvantagem: no plano “superestrutural”, uma subvalorização das capacidades femininas; e no estrutural, uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção” (Saffiotti, 2013, p. 16).

Saffiotti (2013), acredita ser necessário para essa tese questionar a crença de que a mulher foi lançada no mundo econômico pelo capitalismo. A comparação com a condição da mulher em outros sistemas econômicos de produção ajuda a indicar

até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou da mera persistência de uma tradição cultural, na qual a mulher representava um ser submisso, ou ainda de uma redefinição dessa tradição, tendo-se em vista seu emprego racional como meio de consecução de fins como o confinamento, no lar, de uma mão de obra que os sistemas produtivos dominantes não têm capacidade de absorver”. (Saffioti, 2013, p. 45).

Tal debate se faz importante nesse contexto para compreender, como dito nos capítulos anteriores, que as mulheres, sobretudo as mulheres trabalhadoras e racializadas, sofrem uma dupla ou tripla opressão não só por fatores socioculturais, mas também porque isso atende à demanda do capital por marginalizar certos grupos de determinada classe social.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (Saffioti, 2013, p. 66).

Assim é que na sociedade capitalista as mulheres seguem sofrendo com o processo de inferiorização, no entanto, nesse contexto, o fator sexo é utilizado como elemento importante para a sociedade competitiva e na constituição das suas classes sociais ao atribuir à mulher um lugar majoritariamente privado de vida e, portanto, também de trabalho.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (Antunes, 2009, p. 109).

Sabe-se, entretanto, que a compreensão desse nível de exploração não é comum para a sociedade em geral e nem para as mulheres trabalhadoras que compõem nossa amostra de pesquisa. Exemplo disto é que, quando perguntadas por que, afinal, o trabalho de costura, indispensável à fabricação de roupas – sem essa atividade o setor não existe -, as costureiras não sabem responder porque seu trabalho é tão mal remunerado. Algumas delas chegaram a responder com uma outra pergunta como “é mesmo, por que será?” como se pensassem sobre isso pela primeira vez.

No entanto, é possível encontrar em seus discursos indícios da compreensão da importância da costura para o processo produtivo. Como no enunciado abaixo em que a Maria questiona qual será o futuro da profissão importante, já que segundo ela “tudo precisa de costureira” e as novas gerações, segundo ela, não se interessam pela profissão¹⁷.

Tudo precisa de costureira. É uma mão de obra que, porém, tem muito poucos. Que pensa os jovens de hoje? Ninguém quer sentar numa máquina e falar só de costureira. Ninguém quer. Pode ver as pessoas hoje em dia trabalha, faz faculdade, mas não pra ser costureira. Tá, então é um mercado que tá faltando. Tá faltando muitas pessoas nessa profissão, mas o que que acontece? Ninguém quer por quê? (Maria).

O mesmo acontece com a Lucia que, logo de concordar de que não é uma profissão valorizada, pergunta como as pessoas se vestiram caso não existissem costureiras.

Pesquisadora: E você acha que é uma profissão valorizada, um trabalho valorizado?

Entrevistada: Valoriza não.

Pesquisadora: Mas se não tivesse costureira?

Entrevistada: Então, como o povo ia fazer para vestir roupa? Assim, quem tem valor é quem é estilista, né? Quem vai mais para frente? Pouco, mas quem fica na costura mesmo. Mas precisa ter né? Mas imagina, você vê que a mulherada vão tudo ainda mais lá para o Brás, lá porque é para lá que ganha um pouco mais, né? (Lucia)

Em resposta a mesma pergunta, e fazendo referência ao acordo com empresa que cobra o valor da peça inteira em caso de erro das costureiras que possam comprometer o produto, a Neide afirma:

Justamente por isso, cê concorda? Pra gente é 65 centavos e para eles descontar da gente é 5 reais... Então, assim, eu acho essas coisas que não é valorizado. E é um serviço que depende da gente, né, as costureiras, porque vocês só se veste por causa da gente. Eu acho um absurdo isso, mas todo fala que costureira é uma profissão sem futuro. Eu faço porque eu gosto mesmo. Não me dá preguiça, não me dá estresse. Costurar para mim é uma terapia.

Ao mesmo tempo em que afirma ser uma “profissão sem futuro”, a entrevistada também diz que costurar é como se fosse uma terapia. Tal relação, aparentemente contraditória, corrobora com a retomada de Saffiotti (2013) sobre o trabalho para além

¹⁷ De acordo com o diagnóstico “Mulheres na Confecção: Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda” de 2022 realizado pelo UNOPS, ONU Mulheres e Ministério Público do Trabalho (MPT), em um universo de 140 respondentes, entre mulheres brasileiras e imigrantes, a maioria das trabalhadoras brasileiras da confecção de artigos do vestuário na Região Metropolitana de São Paulo têm entre 45 e 60 anos.

da necessidade do salário, mas também nos lembra como observar o micro do trabalho, a partir da linguagem, é revelador de que o Ser Humano se constrói na atividade de trabalho. Sob a perspectiva marxista, o trabalho social é lugar de autocriação – o Ser Humano constrói a si mesmo ao transformar a natureza – que está em constante conflito com a alienação do sujeito sobre o seu trabalho imputada pela lógica do capitalismo. Mas, como argumenta Figaro (2002), é na busca por controlar seu trabalho que o SER trabalhador se reencontra

Este círculo que aparentemente parece vicioso só é rompido quando o sujeito retorna ao mundo do trabalho e busca, no contexto da própria lógica da expropriação capitalista, reapropriar-se de seu saber, de seu SER trabalhador. [...] Este SER trabalhador reencontra-se ao buscar controlar seu próprio trabalho, desenvolvendo uma profunda relação com aquilo que faz, tentando contrapor-se ao controle que lhe vem de fora, dos processos e mecanismos de organização do trabalho ditados pelo capital. É na esfera das micro-relações que o sujeito busca manifestar sua totalidade de ser genérico. É exatamente neste interstício em que se mobilizam forças humanas com fins de organização e resistência à lógica do capital que se constroem as possibilidades de uma maneira particular e diferenciada de se relacionar com as coisas e os bens culturais da sociedade capitalista (Figaro, 2002, p. 12).

Assim é que nas relações de trabalho e de comunicação, observadas a partir dos discursos das costureiras, podemos identificar elementos de resistência não só a lógica do capital, mas também as lógicas patriarcais, quando as costureiras se afirmam enquanto Seres Humanos se realizando no próprio fazer do trabalho - o costurar enquanto terapia -, distanciando-se da tarefa elementar socialmente atribuída a elas do trabalho de cuidado não pago, ou ainda de outras atividades remuneradas ainda mais precarizadas como se verá no tópico a seguir.

Pesquisadora: E você gosta de costurar?

Entrevistada: Eu amo. E gosto mais de ficar aqui dentro do que dentro da minha casa. Gosto. Gosto mesmo. A moça que trabalha comigo fala que se deixar eu durmo na máquina. Eu gosto mesmo. Eu acho um trabalho interessante. Aí eu acho a máquina um jeito de trabalhar muito interessante (Neide).

Pode-se concluir, a partir do exposto, que o trabalho de costura está, para estas mulheres, relacionado à independência, senso de utilidade, sobrevivência e, em último caso, ao prazer. Ao senso comum pode parecer um traço de alienação profunda essa declaração de amor da entrevistada 6 a um trabalho tão precarizado e com pouco retorno financeiro, mas, no contexto de vida dessa trabalhadora, introjetada também pelo discurso hegemônico neoliberal meritocrático, o simples trabalhar “por conta” em

suas máquinas, gestando seu tempo, em sua profissão é uma conquista. Ela considera interessante trabalhar costurando, interessante como a máquina se monta. Trabalhar “tocando a máquina” lhe dá certo sentimento de poder.

As declarações afetivas ao trabalho de costura dessas trabalhadoras também partem de um lugar de consciência de que essa é uma alternativa de empregabilidade mais vantajosa frente às demais alternativas de trabalho imputadas às mulheres sem qualificação, casadas, com filhos e moradoras de periferia. Os trabalhos terceirizados de serviços absorvem a maior parte da força de trabalho feminina. É o que se verá a seguir.

5.5 A costura como alternativa ao trabalho ainda mais precarizado

O emprego da força de trabalho das mulheres ainda está ligado a setores muito feminizados como o de serviços pessoais e de cuidado social remunerado na saúde e educação (Hirata, 2005). Segundo dados da Pnad de dezembro de 2023, mais de 90% dos empregados domésticos no Brasil são mulheres. Sendo a maioria mulheres negras com mais de 49 anos (Brasil, 2022).

A crise global de cuidados causada pela falta de serviços públicos que atendam tanto crianças na primeira idade, quanto pessoas idosas, em condições de vulnerabilidade ou Pessoas com Deficiência, somada à crise da empregabilidade das indústrias, fez crescer setores de serviços relacionados a empregabilidade das mulheres em tarefas historicamente ligadas à “mística feminina” (Saffioti, 2013). Por outro lado, o crescimento da empregabilidade de mulheres qualificadas em cargos de gestão contribuiu para o crescimento da utilização dos serviços de outras mulheres em trabalhos domésticos. “O desenvolvimento do emprego de serviços está estreitamente relacionado a esse movimento e à crise econômica e recessão que impulsionam as mulheres inativas e sem qualificação a entrar no mercado de trabalho” (Hirata, 2005, p. 117).

Nesse contexto, é preciso ainda considerar que esse estágio do desenvolvimento tem a ver com o papel jogado pelo Brasil e demais países subdesenvolvidos na organização global das cadeias de produção. Nesse sentido, segue Saffioti,

na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva, e não pela necessidade de que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas (Saffioti, 2013, p. 67).

Além de ocupar uma posição de ponta nas cadeias globais de produção, ou seja, o Brasil abriga o lugar de produção barata e de consumo de produtos baratos, o estágio do desenvolvimento econômico do país não permite que as mulheres, sobretudo as mulheres pobres e sem qualificação, busquem no trabalho um processo de realização pessoal, mas de sobrevivência.

A histórica de como cada uma das entrevistadas, sujeitos da pesquisa, aprendeu a costurar ou de como escolheram a costura como profissão, ou ainda de como foram escolhidas pela profissão como herança familiar, nos ajuda a contar justamente esse movimento de transformação da indústria e da fuga do trabalho de serviços no momento de ingressar no mercado de trabalho sem qualificação. Isso porque, apenas uma delas chegou a fazer curso para se especializar na profissão – mas aprendeu mesmo a costurar com a mãe, em casa - as demais se dividem em contar que aprenderam em casa com as irmãs ou em oficinas de bairro e empresas por pura necessidade e em alternativa a outros trabalhos.

No caso da Fátima, migrante da Paraíba, ela conta que, quando se mudou para São Paulo no começo da década de 1980, foi morar com a prima no bairro São Mateus, Zona Leste da cidade de São Paulo, onde alugava um quarto de um dono de confecção de jeans que a ensinou a costurar.

Olha, era lá no 9 de julho, aqui em São Mateus, porque quando eu vim de lá para cá, eu fiquei na casa de uma prima minha. Não fiquei nem uns dois meses no Colonial. Aí logo esse japonês arrumou um cômodo para mim e uma amiga minha. Aí a gente foi morar lá. Ele que ensinou a gente a costurar (Fátima).

Ela começou costurando no overloque e essa foi a única máquina que aprendeu a usar. Chegou a parar de trabalhar alguns anos, quando os dois filhos nasceram e ela se dedicou a cuidar das crianças, mas logo retomou o trabalho em oficinas domésticas do bairro Sônia Maria, onde vive até hoje.

No caso da Isabel, que vem de uma família de costureira, ela aprendeu a costurar com a irmã. Depois disso, ela chegou a ir para a indústria, trabalhou por

muitos anos em uma empresa de produção de lingerie em diversos setores e hoje, depois de aposentada, voltou a trabalhar com a irmã em uma oficina no quintal de casa produzindo para a empresa de roupas infantis.

Ah, eu comecei na costura adolescente. Minha irmã trabalhava com costura, né? Ela trabalhava no Brás, numa empresa de lingerie. E aí depois ela se casou, a empresa mudou para o interior de São Paulo e aí ela montou uma oficina. Aí as irmãs foram trabalhar junto com ela, né? (Isabel).

O discurso sobre a costura como tarefa ensinada especificamente às mulheres de geração em geração - não como profissão, mas como tarefa naturalmente atribuída às mulheres -, também está presente na história de vida da segunda entrevistada, a Julia. Ela também é migrante de um estado da região nordeste do país e conta que várias gerações da sua família sabiam costurar.

Ah, eu acredito que foi de geração para geração, porque minha avó costurava, né? Então eu acredito que era de geração para geração, pelas histórias que a minha mãe contava. Assim, minha avó, eu acho que toda a família, quando casava, que tinha sua filha mulher, ia passando aquele ofício para elas (Julia).

Nesse contexto, ela também declara fascínio pela costura e conta que chegou a fazer um curso caseiro de corte e costura. Como se verá mais adiante, a entrevistada chegou a trabalhar na indústria, mas optou por voltar a trabalhar no contexto doméstico porque, entre outras coisas, não queria mais lidar com a pressão das empresas ou com o deslocamento diário em transporte público.

Como eu já tinha um pouco do conhecimento de costura, eu falei não é aqui. E cada vez que eu fui trabalhando com a costura, eu fui me identificando com a costura, que era uma coisa assim que eu gostava, que eu falo sempre, que eu fico fascinada de você pegar uma peça cortada e você transformar aquilo numa roupa, uma roupa. Eu fico fascinada com isso (Julia).

As falas sobre o fascínio com a costura da entrevistada em questão mostram, e isso está presente no discurso das demais costureiras nas declarações sobre a costurar, um valor dado à técnica e ao saber costurar que faz pensar sobre a consciência das habilidades necessárias para a execução do serviço. O enunciado “eu fico fascinada de você pegar uma peça cortada e você transformar aquilo numa roupa” remete aos resquícios do trabalho artesanal ainda presente nesse ofício. Mesmo que essas mulheres estejam inseridas em uma lógica de produção fordista de roupas, onde cada uma desenvolve uma fase do processo (as vezes, ou quase sempre, não é a mesma costureira que começa a peça que termina, porque as roupas

precisam passar por diferentes máquinas), elas ainda são capazes de manter uma ligação com o produto, subvertendo, nesse processo de resistência, a alienação do trabalhador enquanto sujeito.

Apesar das críticas às condições de trabalho e à baixa remuneração da categoria, a Maria, em seu discurso, valoriza a profissão ao declarar que muitas pessoas – provavelmente mulheres – lamentam não saberem costurar, porque gostariam de ter essa alternativa doméstica de geração de renda.

Mas com tudo, com tudo ainda é bom porque tantas pessoas antes de te ver falarem: ai se eu soubesse costurar, se eu soubesse costurar... Você tem uma máquina. Você está dentro de sua casa. Você faz seu dinheirinho ali? E a costureira nunca vai ficar desempregada (Maria).

Ela ainda afirma, consciente da escassez de profissionais na área, que costureira não fica desempregada, mesmo que ela mesmo não seja empregada, mas prestadora de serviço, como pelo menos declaram outras costureiras ou quer fazer parecer a própria empresa. De novo, retomamos o processo de revelar o sentido a partir do não dito. A confusão que se faz entre trabalho, emprego e prestação de serviço é evidente.

Nessa mesma linha, a Julia, que chegou a trabalhar para a indústria têxtil nos anos da década de 1990, lamenta que as novas gerações não se interessem pelo ofício. Um movimento que resulta também do processo de transformação sofrido pela indústria. Com a diminuição dos postos de trabalho nas empresas, o aumento da informalidade e da terceirização, para as costureiras só restaram as oficinas informais ou as grandes confecções nos bairros centrais de São Paulo, em nenhum destes cenários as condições de trabalho são atrativas para as novas gerações, e o trabalho de confecção tem sido sustentado por mulheres na casa dos 50 anos.

Porque se valorizasse não ia faltar costureira que nem está faltando. Eu converso com muitas pessoas que falam assim para mim, né, que vai chegar uma determinada época, que não vai existir mais costureira. Porque que nem a geração dos meus filhos eles não querem sentar numa máquina para costurar, não querem colocar um botão? O que chama a atenção é o mundo da internet. Na minha geração, a moça, quando começava a trabalhar, primeiro ela ia para costura. Por isso que eu falo para você que era um ofício que passava de geração para geração. A maioria aprendia com a mãe e ali ia. De repente, lá na frente ah, não é isso que eu quero, que eu gosto. Tinha a oportunidade de procurar outra coisa, mas o início era isso a costura (Julia).

A costura deixou de ser algo passado de geração em geração. As mulheres passaram a ter mais acesso ao estudo, às novas formas de empregabilidade, a oportunidades de qualificação e as mais jovens passaram a poder buscar outros trabalhos. Não à toa, como dito, apenas duas filhas das seis mães seguiram o caminho da costura. As demais, ainda que não possa precisar exatamente quantos dos filhos são mulheres, não relataram a continuidade da profissão entre a prole.

No entanto, tal como descrevemos anteriormente, a empregabilidade das mulheres ainda está relacionada a empregos mal remunerados, *part-time* e informais (Antunes, 2001). Os trabalhos escolhidos pelas novas gerações realmente fogem à lógica da precarização da costura? Essa é mesmo uma profissão que está ficando defasada ou o contingente de mulheres está sendo substituído por grupos sociais ainda mais vulneráveis, como os imigrantes de países mais pobres? Estas são perguntas que infelizmente não serão respondidas aqui, mas que podem e devem ser levadas em consideração ao analisar estes discursos. No entanto, como nos lembra Duraffourg, “a questão não é saber se as pessoas querem ou não os empregos que lhes são oferecidos, mas saber se estes são compatíveis com o estágio de nossa sociedade e se lhes dão meios de se manter em condições aceitáveis” (2007, p. 54)

Ainda nessa linha, buscamos ouvir das entrevistadas porque elas acreditam que a maioria da força de trabalho na indústria de confecção de vestuário na Região Metropolitana de São Paulo é de mulheres, com 39.467 trabalhadoras, que, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2020, ganham em média 12% que os homens na mesma função (ONOPS, 2022). As respostas a essa pergunta foram diversas, algumas mais críticas e outras nem tanto, mas a maioria relacionada à suposta aptidão natural das mulheres para a realização do trabalho de costura.

Pesquisadora: Por que você acha que é mais mulher que trabalha com costura?

Entrevistada: Ah, não sei. Acho que talvez seja pelo preconceito, porque tem bastante homem que costura.

Pesquisadora: Mas qual tipo de preconceito?

Entrevistada: Ah, sei lá, as pessoas fica falando que costura é para mulher. Nada a ver, né?! É um trabalho digno do mesmo jeito. Mas só tem um problema, costureira não é valorizado (Fragmento da entrevista com a Neide).

Neste anúncio, a sexta entrevista, a Neide, relaciona o fato de o trabalho de costura ser “para mulher” ao fato de que na verdade essa afirmação não é verdade visto que este um “trabalho digno do mesmo jeito”. Ora, é como se ela quisesse dizer:

é trabalho de mulher, mas é digno”. O emprego da conjunção adversativa “mas” como possível de ser utilizada no processo de reescrita interpretativa do discurso dessa entrevistada contrapõe o trabalho para mulher ao trabalho digno. Tal oposição está introjetada no imaginário social fazendo legitimar os níveis de exploração e precarização dos trabalhos realizados por mulheres.

Aqui identificamos um traço claro da ideologia que, segundo Orlandi (1996), “não está em nenhum lugar, mas se processa pela linguagem” (p. 25). Assim, para nossa análise vale lembrar que a linguagem é um espaço onde a ideologia não é só produzida, mas também reproduzida.

A Isabel também não sabe dizer por que mais mulheres estão na costura, mas lembra que na época em que trabalhava em empresa era difícil “aparecer menino”, não tinha “menino no meio”.

Era natural mesmo. E também se aparecesse algum costureiro, entraria, sabe? Mas era difícil aparecer menino naquela época que quisesse. Só na parte de corte. A parte de corte era bem mesclado. Mas na costura, naquele tempo, até na parte de modelagem, não tinha menino no meio. (Isabel).

Felizmente, essa é uma realidade que vem mudando aos poucos, mas ainda para algumas poucas categorias da indústria têxtil. Com os avanços das ferramentas de automatização e das tecnologias de comunicação, o setor vem utilizando mais tecnologia, o que atrai mais homens, no entanto, poucos são os que costuram.

A feminização do trabalho de costura está diretamente ligada à feminização do trabalho a domicílio e ambos os fenômenos estão relacionados às atribuições sociais dos papéis de gênero ligadas a uma aptidão natural das mulheres para costurar, assim como para cuidar da casa e das crianças. Vejamos agora como o trabalho doméstico não remunerado é forma de mediação, ou seja, é elemento transformador determinante da atividade remunerada.

5.6 O trabalho de cuidado não remunerado como mediação do trabalho remunerado de costura

Segundo relatório do United Nations Office for Project Services (UNOPS), Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS, 2022) a precariedade e informalidade ao qual estão submetidas as mulheres trabalhadoras da

indústria de confecção de vestuário é a causa principal da “falta de acesso a políticas e serviços de saúde e de cuidado, a submissão à dupla ou tripla jornada de trabalho, a obstrução ao pleno exercício da maternidade e práticas de violência de gênero e assédio sexual, tanto no âmbito doméstico quanto nas oficinas de costura” (UNOPS, 2022).

Não há nenhum tipo de vínculo entre as trabalhadoras que prestam serviço de costura e a empresa em questão. Elas não emitem nota fiscal pelo trabalho e, portanto, não recolhem impostos. Algumas buscam pagar por conta própria a contribuição mensal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS na esperança de que um dia possam se aposentar e o restante segue descoberta da proteção social. Neste contexto, pelo menos duas delas relataram terem problemas de saúde vinculados ao trabalho de costura. Sem vínculo empregatício e dependendo exclusivamente do tempo de trabalho na máquina, em caso de adoecimento as trabalhadoras ficam sem renda.

Ainda que todas as que são mães tenham filhos já grandes, o cuidado com crianças ainda está presente. A Maria relatou ajudar a filha a cuidar do neto no espectro autista. Mas também faltam creches. Segundo um estudo realizado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e as Casas de Referência, em 2022, a cidade de Mauá tinha mais de 3mil crianças sem direito à creche. (Mais, 2022).

Eu ajudo muito minha filha. Ela mora aqui no fundo, que ela tem uma criança, o menino dela é autista, então acho que eu ajudo muito ela. Às vezes quando tem que sair terapia, essas coisas. Eu também saio. Ajudo ela. Mais uma coisa pra mim. Não tô trabalhando fora também por que eu ajudo ela bastante também né? Cuido da casa... para mim as vezes parar um pouco e lavar uma roupa, eu fazer uma comida né? (Maria).

Outra constância nos discursos das trabalhadoras para optar pelo trabalho em contexto doméstico é a liberdade de poder utilizar o tempo para realizar tarefas domésticas. Conciliar a atividade de cuidado com o trabalho remunerado é mais fácil quando o trabalho está dentro de casa. Ou, como no caso da entrevistada referida, na cozinha de casa.

Veja o relato da Lúcia sobre a decisão de voltar a trabalhar a domicílio com costura:

Não, trabalhava fora. Comecei a trabalhar em casa faz uns dez anos, porque aí eu tinha meu filho mais novo. Ele estava com 12 anos para 13. E aí minha mãe que ficava com ele. Aí minha mãe faleceu. Aí eu comecei a trabalhar em casa pra cuidar dele. Aí também tinha meu

neto, que também ficava aqui. Acabei ficando com os dois. Aí eu comecei a trabalhar em casa. (Lucia).

Trabalhar fora quando não tinha mais quem cuida-se do filho já não era mais uma opção, mas deixar de trabalhar de forma remunerada também não. Então foi no trabalho informal e precarizado de costura a domicílio que ela encontrou a saída para conciliar a dupla jornada. Além disso, vale notar que Lucia não utiliza a palavra cuidar para se referir ao cuidado com o filho e o neto, mas “ficar com eles”, um indício de que o cuidado não é visto como trabalho, uma vez que está assimilado como algo natural. O uso do eufemismo “ficar com eles” indica que para a costureira essa atividade não implica qualquer trabalho, o que se sabe não é verdade. Estar com uma ou mais crianças implica necessariamente cuidar.

Nesse sentido, compreende-se que a indústria toma vantagem exatamente dessa suposta aptidão natural das mulheres para o trabalho de cuidado a partir do trecho da entrevista com a Neide. Falando sobre o processo de subcontratação de outras costureiras para realizar parte do serviço de cada corte, ao ser perguntada se ela pagava o mesmo que ganhava, ela afirma que não, ainda que reconheça o pagamento que ela mesmo recebe por peça é muito baixo. Mas a razão pela qual ela justifica encontrar facilmente mulheres disponíveis a aceitar essa condição revela uma realidade cruel.

Pesquisadora: Mas aí para as costureiras, você paga a mesma coisa que eles pagam?

Entrevistada: Aí você já paga menos para as costureiras.

Pesquisadora: E você consegue encontrar mulher para trabalhar assim?

Entrevistada: Consegue. Sempre tem bastante gente que gosta de trabalhar em casa por conta que tem criança pequena e não compensa pagar. Que nem as costureiras, têm umas que tem criança pequenas sim, mas tem umas que tira 2000 reais, sabe?! Dá dinheiro, o problema é que tem mês que não tem. Tem que pagar aluguel e não pode pagar aluguel mês sim, mês não, entendeu?! (Fragmento da entrevista com a Neide).

O enunciado “tem bastante gente que gosta de trabalhar em casa por conta que tem criança pequena e não compensa pagar” materializa todo o debate apresentado anteriormente sobre a necessidade do trabalho doméstico como forma de empregabilidade de mulheres mães, e a sua feminização, ligado à divisão sexual do trabalho e ao trabalho não remunerado de cuidado. Além disso, quando ela afirma “não compensa pagar” fica claro que falta um apoio do Estado. Para trabalhar fora, a maior parte das ofertas estão em áreas distantes de onde moram. Deslocamentos de

uma a duas horas em ônibus são comuns. Se a jornada é de 8h, para os trabalhadores das zonas periféricas pode chegar a 10h/12h. Se as crianças em fase escolar passam meio período na escola, onde ficam e com quem no restante do tempo?

Por isso, como recorda Antunes (2009), não se pode avaliar a questão de gênero no mundo do trabalho sem considerar as questões de classe.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (Antunes, 2009, 108).

A afirmação do sociólogo está bastante alinhada aos debates feministas marxistas apresentados no capítulo 2, no entanto, no caso das costureiras em contexto doméstico, a vida pública da fábrica e a vida privada do cuidado familiar se misturam, sendo o primeiro completamente mediado pelo segundo.

Outro fator apontado pelas trabalhadoras para escolherem trabalhar com a costura em casa está relacionado à pressão e assédio sofrido dentro das indústrias, onde a produção é controlada e gerido por gestores internos e a exigência por maior produtividade gera competição entre elas.

Então, assim, para mim, que já estou com essa idade, eu não quero trabalhar fora, porque eu acho que eu não vou conseguir. Às vezes eu fico tremendo assim, sabe? E para você trabalhar fora, tem que carregar. Ela vai ficar no teu pé. Fica ali olhando O que é que você [está fazendo] de produção (Fátima).

O enunciado da entrevistada 3 que diz “ela vai fica no teu pé” não se refere a ninguém de forma específica, mas se imagina que seja a líder da produção, a gerente, ou mesmo a dona da empresa. Lembramos que essa costureira tem 61 anos, se sustenta sozinha e não pode parar com o trabalho de costura, ainda que com problemas de saúde, porque essa é a sua fonte de renda, sua profissão. Se não for isso, o que lhe restará?

Mesmo na indústria elas são levadas a trabalhar por produção. Tinham um piso mínimo por mês, mas a competitividade entre elas, segundo relatado pela entrevistada, era estimulada por meio de um prêmio dado a quem mais produzisse. De acordo com relato da Isabel, na fábrica onde ela trabalhou, as costureiras eram

divididas em grupos na linha de produção e se uma estivesse mais lerda do que a outra o grupo todo perdia. Uma forma de gestão da produção baseada na pura competitividade entre as trabalhadoras.

A pressão pela produção na indústria têxtil também é marcada como ponto crucial pela Julia, que a classifica como horrorosa.

Entre trabalhar assim fora e trabalhar em casa, eu vou preferir trabalhar em casa, porque eu estou no conforto da minha casa. Eu posso dar mais atenção a minha família. E também eu não tenho aquele negócio de ficar muito sobrecarregada porque a produção nas indústrias era um horror mesmo. Que nem essa que eu trabalhei. E quanto mais você produzisse, melhor era porque ganhava prêmio por produção (Julia).

Assim, o trabalho não remunerado é forma de mediação do trabalho de costura em contexto doméstico uma vez que é determinante tanto da forma de organização do tempo de trabalho como da escolha de trabalhar de casa, o que significa trabalhar informalmente, portanto, mais precarizada, exercendo duas ou três jornadas ao mesmo tempo.

Contudo, ainda que frente às condições precarizadas, as costureiras detêm um conhecimento, um saber fazer interessante, uma vez que a abordagem da pesquisa não permite tratar nenhum trabalho de forma simples. Por isso, analisa-se como as costureiras mobilizam a linguagem, com o objetivo de comunicar-se, na atividade de trabalho.

5.7 A atividade de trabalho e a linguagem no mundo do trabalho das costureiras

Ao contrário do que as formas de gestão e organização do trabalho nascidas do taylorismo, fordismo e toytismo, que buscam racionalizar o trabalho, apagando qualquer possibilidade de prática criativa do sujeito trabalhador, a abordagem da ergologia (Durrive; Schwartz, 2004, 2007, 2008, 2010) convida a pensar o mundo do trabalho a partir do micro do trabalho. A pensar sobre o trabalho como atividade humana dotada de criatividade frente ao inédito da situação de trabalho. Se o sujeito do trabalho, o trabalhador, não é igual ao outro, cada Ser humano é único e singular, assim também é o próprio saber fazer. Dessa forma, analisa-se o discurso de cada

uma das entrevistadas sobre o processo de renormalização da sua atividade de trabalho (Durrive; Schwartz; Duraffourg, 2004, 2007, 2008, 2010).

Para isso, vale lembrar que o presente estudo se fez com trabalhadoras informais em contexto doméstico, que não estão na fábrica, por isso a comunicação da organização com elas também acontece de maneira informal e pontual. Não há uma construção cultural organizacional, como se costuma chamar atualmente. Tão pouco há controle direto de supervisores e normas direcionadas formais de trabalho, pensadas, por exemplo, para melhorar as condições de trabalho ou ampliar a produção. No entanto, de alguma maneira, é possível encontrar em seus discursos referências ao trabalho prescrito da costura e uma forma de renormatização que conta exatamente com o inédito do trabalho (Schwartz, 2007, 2010).

Dessarte, ao adotar a análise do trabalho a partir da ergologia, considera-se que “por trás dos gestos os mais simples, a sensibilidade, estratégia, inteligência, há todo um saber-fazer amplamente subestimado” (Duraffourg, 2007, p. 68) tanto pela empresa, ao pagar tão pouco a essas costureiras, quanto pela sociedade em geral no desprestígio enfrentado pela categoria. A ergologia se propõe justamente a dar conta de toda essa riqueza por meio da análise da atividade humana de trabalho. “Fazendo isto descobrimos o quanto é escandaloso tudo o que impede, nas situações de trabalho, as pessoas empregarem todas as suas potencialidades” (Duraffourg, 2007, p. 68). A partir deste ponto de vista, é possível pensar que, embora as costureiras entrevistadas não sejam qualificadas do ponto de vista formal, é preciso considerar que todo o trabalho demanda uma técnica, um saber fazer. Em vários momentos, as entrevistadas pronunciaram enunciados relativos à manutenção das máquinas e ao seu funcionamento, em uma clara demonstração do conhecimento adquirido na prática.

Ao visitar os lugares de trabalho das costureiras e, em alguns casos, até realizando entrevistas enquanto estas trabalhavam, conseguimos avaliar a atividade de trabalho a partir da situação real de trabalho. Foi possível ainda notar que, embora as costureiras em contexto doméstico não estejam sob a diretiva de alguma espécie de manual de produção da empresa, elas trabalham sob certas regras prescritas pela empresa ou sob regras precedentes para a produção das peças. Como será visto no próximo ponto de análise, o contato com a empresa se dá prioritariamente via WhatsApp e logo, em casos de dúvida extrema, via visitas presenciais ou ligações e chamadas de vídeo.

Os enunciados referentes ao processo de renormalização do trabalho nos serão úteis para compreender como se dá o trabalho real, ou seja, como de fato é realizado o trabalho de costura, em uma forma de revelar como a linguagem é fundamental para as relações de comunicação e, portanto, de trabalho dessas trabalhadoras, entendo que “no trabalho real se descortinam questões a serem estudadas que vão mostrando a interdependência entre o prescrito e o real e também todo o esforço de quem trabalha para fazer valer o seu modo de trabalhar” (Figaro, 2014, p.60). A seguir, as costureiras fazem valer seu modo de trabalhar nas análises que se seguem.

5.7.1 Análises dos discursos sobre a renormatização do trabalho

Entre as perguntas previstas no questionário definido para as entrevistas havia algumas relacionadas a como cada uma das costureiras se relacionam com as demais colegas de trabalho. Sob a hipótese descrita anteriormente da existência de uma rede sociotécnica de apoio entre elas, buscamos revelar como, ainda que a maioria trabalhe em espaços de trabalho individual, a comunicação acontece na realização da atividade de trabalho. Como relata a Ana, quando há dúvidas sobre exatamente como realizar o trabalho, porque não é só tocar a máquina, elas acionam a rede e buscam apoio uma das outras de uma norma prescrita, mas desenvolvida no próprio fazer do trabalho e sem registro formal. Veja:

Porque assim, às vezes tem uma dúvida igual. Uma vez, a minha irmã tava fazendo shortinhos e o shortinho não tava dando caimento, aí ela foi numa costureira que ela conhece e ela foi ajudando. [Fulana], pode vir aqui sim, eu tenho um jeito certo de dar uma entradinha para dar o caimento certo. Aí ela foi, explicou e ela foi embora (Ana).

O enunciado “eu tenho um jeito de dar uma entradinha para dar o caimento certo” provavelmente não foi previsto por quem desenhou os shorts e nem por quem cortou a peça. Possivelmente em ambos os casos se imaginou que o trabalho da costureira era “apenas” juntar as partes para montar a peça. Contudo, lembrando a afirmação de que toda a atividade de trabalho, por mais simples que pareça, é sempre dotada de estratégia e inteligência, esse é um caso mostra como na verdade a situação de trabalho possui um grau de ineditismo nem sempre previsto pelo prescrito.

A Ana segue dizendo que quando recebem o corte, as costureiras têm que “dar o seu jeitinho brasileiro” para entrar um pouco na peça o suficiente para fazer funcionar

apenas. Mas é preciso saber exatamente quanto, porque se entrar demais a costura “come” o tecido da peça e o encaixe deixa de funcionar. E, então, a peça não passa no controle de qualidade da empresa. Não passa, segundo ela, pelas “meninas” que verificam o corte.

É como se fala. Quando vem o corte para gente, a costureira tem que eles falam, né? Tem que dar seu jeitinho brasileiro. Então é a gente que tem que saber, entendeu? Às vezes tem que dar uma entradinha. Às vezes você tem que não poder comer a peça. Não pode, porque lá ele já bate o olho porque também eles verificam. Tem as meninas aqui que verifica o corte, entendeu? (Ana).

Quando a entrevistada afirma que “é a gente que tem que saber”, faz-se necessário perguntar: mas saber o quê? Saber quando dar uma “entradinha” ou não. Saber quando lidar com a situação de ineditismo do corte que não funciona simplesmente segundo a norma prescrita da costura de juntar um recorte no outro. É preciso encaixar a peça na máquina um pouquinho mais para dentro para funcionar. Mais quanto mais para dentro? Isso não está escrito, isso quase não pode ser dito. É um movimento quase sentido que só a experiência de trabalho é capaz de proporcionar.

Já a Isabel conta que há um diálogo entre as costureiras responsáveis por produzirem os mostruários, as peças pilotos para cada corte, e cortadores das peças. Elas podem indicar a elas se o corte está funcionando ou não e se funcionará na produção. Qual a credencial delas para ocuparem esse posto? Não é o estudo formal materializado no diploma. É a experiência de trabalho que as habilita para isso. Pode o cortador operar uma máquina moderna, com a modelagem feita por alguém diplomado, mas quem tem conhecimento, o saber-fazer são as costureiras para dizer como e o que funcionará na produção.

[As dúvidas] normalmente é assim, a gente tira entre nós e é o cortador, né? Se tiver alguma coisa, tem uma pessoa lá que tem uma relação mais próxima com a gente, né? E aí eles preferem assim: que quem vai costurar que faça da melhor forma, que seja para você poder costurar e dar produção [...]. Se eu falar assim olha essa, desse jeito que você está cortando, vai ser mais difícil na produção, vai dar menos produção, né? Vai ser menos produtivo. Aí eles preferem fazer sempre da forma que a gente está falando. Se eu falar para ele: “mexe aqui, mexe ali”, ele mexe bem, é bem legal nesse sentido (Isabel).

No entanto, esse saber-fazer, ainda que valioso para o processo produtivo, não é valorizado. A Isabel é a que, entre as entrevistadas, tem a maior experiência em empresa têxtil de vestuário. Ainda assim, ela termina por dizer que se ela pedir para

mexer ele mexe e, por isso, é “bem legal” mostra que ela mesmo não tem consciência do valor deste saber fazer da atividade de produção para o próprio processo produtivo.

Todavia, é possível notar, a partir deste valioso relato, a importância da atividade de comunicação entre os diferentes profissionais para a circulação do conhecimento. É o que nos recorda Figaro (2014): “O mundo do trabalho tem um modo próprio de funcionamento, um circuito de comunicação no qual os saberes do trabalho real circulam e vão disputando o status de norma e prescrição” (p. 61). Uma comunicação muito própria desta atividade, onde é preciso dizer, do ponto de vista da sua profissão, ao outro profissional como a atividade dele melhor atenderia a sua atividade com um objetivo único: melhorar o processo produtivo. Isso nos ajuda ainda a notar como “o mundo do trabalho é efetivamente um espaço de sociabilidade, vivenciado por grupos de indivíduos que se organizam em função da profissão e/ou da função profissional, com o objetivo de produzir e fazer circular os bens produzidos (Figaro, 2014).

É preciso sempre recordar que o objetivo da sociabilidade no trabalho é produzir. Produzir mais e melhor em um espaço de tempo cada vez mais curto. E isso as costureiras não estão permitidas esquecer. A velocidade com a qual elas trabalham é fator decisório para o montante do pagamento no fim do mês. Elas precisam, além de saber costurar, saber adaptar o corte, encontrar a maneira mais rápida de trabalhar mantendo a qualidade, caso contrário elas podem ser punidas, conforme relatou a Neide.

Aí você procura o seu jeito de trabalhar que sai mais rápido, o importante é entregar a peça perfeita para eles, e é isso. Que não pode “comer” (aspas da pesquisadora). Tem que tirar só isso aqui na hora fechar. Uma peça estragada eles cobram cinco reais. Se tiver estragado é a peça a preço de vende. Aí eles cobram o tecido, cobra tudo... (Neide).

Já a Lúcia afirma literalmente que costura não é “só pôr o pé” para tocar a máquina. É antes disso, uma atividade que demanda atenção aos detalhes. Não é só porque a empresa pede cuidado e pune os erros, ela faz bem-feito porque ela mesmo gosta de fazer um trabalho bem-feito. Para ilustrar esse sentimento, a costureira se vale do exemplo do zíper, especialmente do zíper invisível, aquele que como o nome diz não fica tão evidente na peça de roupa. Esse zíper é difícil de fazer, segundo as costureiras, porque ele demanda mais técnica. É um trabalho mais “chatinho”. O enunciado “a gente dá uma caprichada”, vem como uma oração dentro da afirmação

de que a empresa chega a enviar fotos de como quer o trabalho (uma forma de prescrever o trabalho). É perceptível que a entrevistada sabe que há uma técnica que demanda mais atenção, mais capricho, para alcançar o objetivo do zíper invisível. No entanto, para ela, isso é tão óbvio que chega a não entender como há pessoas que ainda deixam o zíper visível.

Tem gente que fala assim ah, é só pôr o pé. Eu penso assim, eu gosto de costurar, mas eu gosto de fazer mesmo esse [trabalho] da [empresa]. Não é um serviço que você ganha muito, mas eu sou uma pessoa que eu não gosto de fazer de qualquer jeito. Ai tá, do jeito que saiu e saiu. Não, eu não. Eu não gosto, nunca gostei. Meu serviço tem que ser bem-feito. Eu falo para meu irmão eu faço bem-feito [...]. Aí você vai pregar um zíper, aí tem todas aquelas técnicas, você não vai enfiar o zíper, vai pregar de qualquer jeito. Fica um lado largo, estreito... Tem que ser muito bem-feitinho, eu penso. Tem que ser muito bem-feitinho. E às vezes até ela - a gente faz macacão e vai zíper -, aí às vezes ela manda foto, a gente dá uma caprichada porque o zíper é invisível. Aí eu não sei o que as pessoas fazem, que o zíper aparece tudo. Não entende que o zíper invisível não é pra aparecer? (Neide).

Assim, o prescrito, a técnica definida para fazer pregar o zíper invisível, não é suficiente para a realização do trabalho. É preciso contar com a atividade humana de trabalho, como a sensibilidade de cada costureira na necessária renormatização da prescrição para lidar com o inédito de cada aplicação de zíper invisível. É preciso, portanto, contar com a experiência e inteligência de cada costureira, com o saber-fazer para além do fazer pré-determinado.

5.7.2 Práticas languageiras sobre o trabalho de costura

Estas conclusões só foram possíveis de serem alcançadas a partir dos discursos das costureiras sobre o trabalho. Portanto, é a linguagem no mundo do trabalho que compõe o principal corpo de análise da presente pesquisa. Buscando entender o que a linguagem sobre o trabalho é capaz de revelar acerca do mundo do trabalho das costureiras - que também são capazes de revelarem relações de poder da própria sociedade -, passaremos agora a analisar mais densamente os enunciados acerca de como a linguagem é parte essencial da atividade de trabalho, ou seja, sem a qual não é possível que o trabalho se realize.

Diante disso, e sob o guarda-chuva teórico da ergologia, buscou-se ainda revelar a complexidade do trabalho das costureiras a partir das práticas languageiras,

um conceito que resume outras três modalidades de relação linguagem/trabalho, “a 'linguagem sobre o trabalho', a 'linguagem no trabalho' e linguagem como trabalho” (Nouroudine, 2002, p. 17). Essa definição tem a ver com o interesse epistemológico de Nouroudine de evidenciar as ligações e diferenças de funcionamento da linguagem no trabalho, valorizando o sujeito e as condições de produção. Um método de análise que busca, também, abranger quais as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para viver no mundo do trabalho e dar conta de tratar da complexidade do trabalho a partir dos discursos dos trabalhadores sobre a sua atividade de trabalho.

De maneira geral, tomaremos para esta análise os seguintes entendimentos da definição da linguagem como trabalho, no trabalho e sobre trabalho:

- Linguagem como trabalho é a linguagem necessária para se chegar ao objetivo fim do trabalho. Sem ela não há trabalho.
- Linguagem no trabalho é aquele que não acontece para o objetivo fim da atividade, mas sim na situação de trabalho.
- Linguagem sobre o trabalho é aquela que se realiza fora da situação de trabalho sobre o trabalho que se realiza.

A partir dessa definição, os discursos das costureiras analisados até aqui se constituem como linguagem sobre trabalho. Ainda que algumas das entrevistas tenham sido realizadas enquanto elas costuravam, estes discursos não podem ser tomados como linguagem no ou como trabalho. Caso tivesse sido possível observar uma situação de trabalho, sem que a pesquisadora provocasse a reflexão sobre ele, apenas em conversas entre as costureiras ou com a empresa, isso seria possível de notar. Outra forma de análise da comunicação como trabalho ou no trabalho seria o acesso às conversas de *WhatsApp* destas. O que não foi o caso.

Ainda assim, ouvir sobre a atividade de trabalho das costureiras diretamente das trabalhadoras é valorizá-las como protagonistas do trabalho. Aceitamos, no entanto, que nesta situação de entrevista é sempre possível algum tipo de interferência do pesquisador na linguagem sobre o trabalho. No entanto, a partir de Nouroudine (2002), só existem outras situações possíveis em que o trabalhador pode se expressar sobre a sua atividade, que são “aquela na qual saberes são transmitidos de uns aos outros em um coletivo de trabalho [...], ou em relações pessoais [...]” (p. 26). Em seus discursos, as entrevistadas pela presente pesquisa fazem inúmeras referências a primeira situação pontuada pelo autor. Vejamos.

No enunciado da Maria, ela se refere a diálogos possíveis com outras costureiras sobre problemas com as máquinas. A entrevistada utiliza isto como exemplo para evidenciar a importância da comunicação, ou seja, das práticas linguageiras para a realização da sua atividade de trabalho. Ainda que trabalhando de forma individual em sua residência, ela contata outras costureiras para compartilhar dúvidas e saberes. Estas conversas são, por vezes, capazes de solucionar o problema com a máquina, corroborando com a nossa hipótese de que o uso da linguagem é fundamental para a atividade de trabalho. Sem comunicação o trabalho não se realiza.

comunicação é para tudo, né? Às vezes até uma máquina que as vezes está com problema e às vezes você fala que será um negocinho. Às vezes a gente vai conversar com uma costureira “ó, faz assim fulano”. É isso, assim é que a gente sabe, desenrola aquilo (Maria).

Nem todas as entrevistadas, no entanto, relataram manter contato profissional e/ou pessoal com outras costureiras que também trabalhem para a mesma empresa, sob a alegação de falta de confiança ou até de medo da empresa. Nesse mesmo sentido, algumas das entrevistadas, ao serem perguntadas se não sentem falta de trabalhar no ambiente de indústria ou mesmo em oficina maior para compartilhar tempo com as colegas, responderam que não, que preferem trabalhar sós e concentradas. Isso porque, como lembra Nouroudine (2002, p. 21), “a linguagem é econômica, dado que a comunicação, em situação de trabalho e durante a atividade, é utilizada como meio de gestão de tempo de trabalho”.

Contudo, Julia relata que costuma conversar com as colegas sobre diversos assuntos, seja por mensagens de texto ou em conversas informais, que envolvem a gestão da produção e a avaliação sobre as empresas contratantes. Para esta entrevistada a “união que existe entre as costureiras é fantástica” porque elas acabam tendo apenas essa rede sociotécnica como proteção de empresas com má fama, ou ainda, como forma de manter-se no mercado.

A gente conversa sobre a produção, sobre o pagamento, porque teve um corte que eu peguei e tipo assim, eu entreguei uma grade com 500 peças e já marquei que eu queria o pagamento, a entreguei outra e já marquei. Aí depois eu fiquei assim, pensando e falei nossa, receber picado é ruim, é melhor entregar o corte todo e receber. Aí a gente fica conversando por mensagem, né? Ou por mensagem, ou as vezes quando a gente se encontra assim nas coisas da igreja [...]. Assim, uma pega o serviço e às vezes não têm nem aquela certeza se vai dar certo, se vai compensar, já indica a outra. Então é essa, essa união que existe entre as costureiras é fantástica (Julia)

A partir das primeiras observações de campo, quando ainda se estava contatando as primeiras costureiras para a construção da amostra de pesquisa, percebeu-se a existência dessa rede. Na verdade, foi valendo-se desta rede que se constituiu a amostra de pesquisa, uma vez que as costureiras foram se indicando e apenas a partir da indicação de confiança é que as entrevistadas aceitaram abrir suas casas e falarem sobre o seu trabalho. Como descrito pela Julia no enunciado anterior, essa rede se forma por relações que podem ter se estabelecido na comunidade católica, mas também via o próprio trabalho de costura. Ela serve não só para indicar novas costureiras para a empresa, ou ainda para subcontratar, mas também para tirar dúvidas sobre o trabalho, mas também para dar dicas sobre o conserto das máquinas, a compra de linhas e referenciar empresas contratantes.

Nesse sentido, a empresa acaba se valendo dessa rede também para receber indicações de novas costureiras ou ainda para ter mapeado potenciais novas oficinas pois necessita manter o que se pode chamar de portfólio de prestadoras de serviço para conseguir lidar com a volatilidade da produção.

O seguinte enunciado da Maria nos ajuda a compreender como as relações pessoais e profissionais construídas a partir do trabalho são fundamentais também para a construção de saberes. A afirmação “a gente trabalha no ramo da costura, mas não é tudo que a gente sabe” ilustra a correlação entre o uso da linguagem e o processo de renormatização do trabalho. As costureiras aprendem durante a realização da atividade de trabalho a partir das práticas languageiras.

Sim, com certeza também. E com a gente conversa. Conversa também com outras costureiras, né? Porque as costureiras, assim, uma fala com a outra. Se alguma tem alguma dificuldade, já vai, A outra já fez. Aí você fala: “Ah, é assim, ah, não faz assim desse jeito”. Um jeito também melhor, porque a gente trabalha no ramo da costura, mas não é tudo que a gente sabe. A gente é cada dia aprendendo. Tem coisas que eu sou costureira a muitos anos, mas tem coisas que eu não sei não (Maria).

Ainda sobre a rede sociotécnica construída entre as costureiras, a Lucia classifica essas conversas sobre o trabalho entre as costureiras que são parte das relações pessoais que se estabelecem como a parte boa do trabalho. No trecho a seguir ela chega a dar exemplos sobre a utilidade das práticas languageiras para a adaptação da atividade de trabalho. Ou, sob a perspectiva da ergologia (Durrive; Schwartz, 2007, 2010), para lidar com o inédito do trabalho, para a realização da atividade real de trabalho.

Pesquisadora: E é importante essa rede de costureiras vocês se conhecerem?

Entrevistada: Aí é muito bom, porque para trocar a técnica. Às vezes [a gente fala]: ai olha, eu tô fazendo um negócio aqui não tá dando certo, você não pode me ajudar que não sei o quê. Uma outra quando ela começou a fazer uns casaquinhos para nenê de touca [disse]: “ai eu não sei como fazer”. Ah, vem aqui que a gente te ensina... que não sei quem passa o endereço, aí vem aqui, a gente conversava, ensinava. E é gostoso. Tem essa parte que é boa (Fragmento da entrevista com a Lucia)

Sobre as relações sociotécnica como lugar de constante aprendizagem, Schwartz (2011) diz que a ergologia tem apontado para esses “furos das normas” para demonstrar que o processo de transformação da maneira de fazer acontece a partir “[...] dos laços coletivos mais ou menos intensos, das aprendizagens, das redes de transmissão de saber fazer, dos valores do uso de si, da saúde no trabalho e, finalmente, reinterrogam – construindo ou destruindo – o que significa viver em conjunto” (Schwartz, 2011, p.33). Nesse sentido, portanto, para o filósofo diz que “toda vida social que é surdamente recolocada em questão na oficina, no serviço, no canteiro de obra, para ser (re)disseminada pelos milhares de canais de sociabilidade com os outros espaços da vida social” (Schwartz, 2011, p.33)

Dessa maneira, conclui-se, a partir do exposto nas análises dos discursos das entrevistadas, que a linguagem é parte essencial da atividade de trabalho das costureiras, especialmente no processo de renormatização da atividade de trabalho. O trabalho real depende das práticas languageiras das costureiras para se realizar. Ainda que não trabalhem de forma conjunta, em um ambiente fabril, a comunicação entre elas sobre o trabalho se concretiza a partir da rede sociotécnica de apoio criada entre as trabalhadoras a partir da necessidade de socialização, pois, como vimos tratando até aqui, a atividade de trabalho é social e o mundo do trabalho espaço de construção de relações sociais.

Além disso, a presente pesquisa propôs-se a conhecer, por meio dos discursos das costureiras, quais relações elas estabelecem com os meios de comunicação. Passemos, então, a analisar esses discursos.

5.8 O que as costureiras fazem com os meios de comunicação

Conforme posto no capítulo 1, a pesquisa está ancorada nos estudos sobre comunicação que entendem esta como atividade humana ontológica ao Ser social, ou seja, como um conceito que extrapola o clássico esquema do emissor, mensagem e receptor. A partir disso, assumimos que os meios de comunicação são eles mesmos meios de produção da realidade e o receptor sujeito ativo da construção de sentidos. Uma linha teórica-epistemológica que rompe com o midiacentrismo e que está preocupada em compreender o que fazem as pessoas com o que consomem dos meios. Por isso, nessa perspectiva, passemos a analisar o quanto as mudanças provocadas pelas novas tecnologias nos meios de comunicação tradicionais (rádio e televisão) têm impacto nas relações sociais das trabalhadoras de confecções, a partir dos seus discursos sobre as novelas e a interação via redes sociais com os programas de rádio tradicionais.

As novelas, especialmente aquelas produzidas pela Rede Globo, ainda são a preferência entre os produtos de comunicação consumidos pelas costureiras. No entanto, um fato que nos chama a atenção sobre esse ponto é a preferência pelas novelas reprisadas pela emissora. Mais recentemente, a Globo incluiu mais um horário na grade da tarde para a transmissão de reprise de novelas antigas. Além das tradicionais novelas das 18h00, das 19h00 e das 21h00, agora também há reprises às 14h30, antes do filme da Sessão da Tarde, e às 17h30, pouco antes do início da novela das 18h00, horário que por muitos anos pertenceu à novela adolescente *Malhação*.

Sem dados profundos sobre isso, é possível imaginar que essas mudanças se dão em virtude da mudança de comportamento das audiências. Estando o público jovem mais interessado e exposto ao conteúdo dos *streamings*, imagina-se que o maior público da TV Aberta no horário comercial sejam as trabalhadoras domésticas e trabalhadoras do lar. E que as novelas escolhidas para essas reprises sejam aquelas que atingiram preferencialmente este público. Normalmente as novelas exibidas originalmente no horário das 18h00 e 19h00 e, com alguma exceção, uma ou outra do horário nobre, das 21h00, mas que precisa passar por alguns cortes, já que algumas cenas podem ser impróprias para o horário.

Foi possível notar nos discursos das costureiras sobre este assunto um certo tom de conservadorismo com relação ao conteúdo das novelas, mas não uma tendência conservadora o suficiente para preferir emissoras de linha mais conservadora, como têm adotado a Record comandada pelo Bispo Edir Macedo, da

Igreja Universal. A Julia, por exemplo, afirma não gostar da Record pois, segundo a costureira, a emissora “imita” demais a Globo, apesar de falar “mal” da concorrente.

Não é todas as novelas que me chama a atenção... Que nem, passou algumas novelas que eu gostei, que era uma que tinha o Candinho. Eu me divertia com ele na Globo. O Cravo e a Rosa... Essas novelas assim do quatro [o SBT], a única que me chamou a atenção quando tava passando - nem sei se ainda tá ou se já terminou -, foi Chiquititas, essas coisas assim. Mas da Record eu não gosto. Não gosto de nada que que passa na Record, porque eu vejo que ela imita muito a Globo. Ela fala mal da Globo, ela fala horrores, mas você pode prestar atenção, ela imita demais tudo que passa na Globo, então eu não gosto, porque eu acho que cada um tem que ter seu caminho próprio, sua opinião própria (Julia).

A entrevistada afirma que não são todas as novas que “chama” a sua atenção. Mas ela acaba dando como exemplo uma novela da qual primeiro se lembra do nome do personagem, o Candinho. Não por acaso a novela “O Cravo e a Rosa” que talvez seja a novela mais vezes reprisada pela emissora, e que inclusive foi reexibida no horário das 14h30, mais recentemente, devolvendo à Globo a liderança na audiência para o horário, Santana (2022).

Mas a preferência da Julia é mesmo pelas emissoras ligadas à Igreja Católica, como a TV Aparecida, produzida pelo Santuário de Nossa Senhora Aparecida no interior de São Paulo, e a Rede Vida, também ligada à igreja e com sede em São José do Rio Preto, São Paulo. Essa revelação pode ajudar a compreender por que não gostar de Record. Sabe-se que depois das eleições de 2018, quando o país se viu mais polarizado politicamente, as audiências mais radicais passaram a transpor essa polarização para o consumo dos meios de comunicação. Tendo as igrejas evangélicas crescido do ponto de vista político, a campanha de ódio à Globo como emissora alinhada à assuntos ligados às pautas civilizatórias de igualdade e equidade, também cresceu. O que se quer dizer então, é que a polarização entre as emissoras também é política. Certo grupo ama a Globo e odeia a Record e vice e versa.

O que eu gosto assim de assistir é, mas a rede católica mesmo eu assisto a Aparecida muito Aparecida, a Rede Vida. Agora se na Globo assim ou no SBT vai passar alguma coisa que chama a minha atenção, aí é neles. Se não é, é que ultimamente a Globo ela tá pecando um pouco na programação dela, não tá mais colocando assim coisas para prender a gente, né? (Julia).

Na mesma linha de críticas à Globo, veremos a seguir um trecho da entrevista com a Lucia que, à princípio, pode parecer ter um discurso confuso, mas ele foi transcrito exatamente como dito justamente para que possa avaliar essa hesitação na

fala. A trabalhadora dá algumas ‘voltas’ para chegar ao que quer dizer por que, imagina-se, que ela compreende que não é muito politicamente correto. Ou seja, sua fala revela traços de um preconceito não assíduo, mas que existe, que está ali presente. Isso porque, a entrevistada afirma primeiro que não assiste mais as novelas “de hoje”, o que quer dizer que ela não gosta das novelas produzidas mais contemporaneamente. E por que não? Primeiro ela alega que as novelas do horário nobre, geralmente novelas de viés mais sensacionalista, com temas mais polêmicos. Isso porque, segundo Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003), as novelas no Brasil, país que ocupa lugar periférico no capitalismo e com grande tradição de assistir televisão, “possui uma penetração intensa na sociedade brasileira, devido a uma capacidade peculiar de alimentar um repertório comum por meio do qual pessoas de classes sociais, gerações, sexo, raça e regiões diferentes se posicionam e se reconhecem umas às outras” (Lopes, 2018, p.18).

Porque distrai, distrai enquanto costura. E, principalmente, não é de hoje que as de hoje eu não assisto, porque eu não gosto de nenhuma das de hoje. Aí que nem a gente assiste mais no período da tarde, porque as reprise das novelas porque as de hoje são tão... De hoje é muito. E eu acho que eles colocam principalmente novela das nove. É uma que eu não assisto de jeito nenhum. É muita violência, né? Muita violência. E eu? Eu não tenho assim. Eu penso assim. Cada um escolhe a sua vida, faz dela o que achar que deve. Se você quer namorar com uma mulher, problema seu. Eu não tenho nada com isso. Um homem com homem. Mas só que eu acho que eles expõem demais, que eu acho, no meu ver, não sei se eu tô certo, tá errado. Eu acho que não precisava ser tanto assim, expor tanto que não tem uma novela mais que que não tenha. Você vê que eu tava falando pra minha irmã como pode? Tava passando a novela de Dom Pedro às 06h00, né? O dom da história de Dom Pedro. Pois eles encaixaram dois gays ali no caminho. Não sei se já existia naquela época. Eu não tenho nada contra. Tem na minha família, tem homem casado com homem? Tem. Não tem nada. Mas eu acho assim que eu só acho que não precisa tacar tanto na cara, fazer. Eu penso assim que ele expõe. A gente tem que engolir aquilo, tem que ver. Eu acho que não precisa disso, então prefiro não assistir (Fragmento da entrevista com a Lúcia).

Com o avanço dos direitos civis das pessoas das chamadas das mulheres e negros, assim como das minorias sociais, como a comunidade LGBTQIA+, as novelas, sobretudo as novelas do horário nobre da Globo, passaram a buscar maior verossimilhança com o real da sociedade em suas histórias. E isso tem causado estranhamento a uma parcela da população, que sucumbe à dissimulação de valores conservadores espalhados via redes sociais, reproduzindo-os sem reconhecer que também são vítimas do machismo e do racismo. Tal dissimulação pode ser vista na

fala da Lucia que não assume abertamente seu preconceito, mas gostaria que relações entre pessoas do mesmo sexo não fossem explícitas ou explicitadas em novelas. Ela tenta se esquivar do preconceito quando afirma recorre ao famoso argumento de não ter nada contra, pois até tem pessoas homossexuais em sua família. É também deste lugar que parte a preferência pelas novelas dos horários de reprise, que fogem das grandes polêmicas sociais, e buscam entreter com a comédia ou com puras histórias de romance.

No entanto, as novelas seguem presentes no cotidiano de trabalho dessas trabalhadoras porque, como afirma a Lucia, elas ajudam a “distrair” no tempo de trabalho. Não sem motivo, a televisão está presente em quase todas as oficinas visitadas.

Esses discursos apontam para a importância de compreender o que fazem as costureiras com os meios de comunicação, tendo o espaço de trabalho como espaço privilegiado de mediação de relações sociais. Ainda que algumas delas trabalhem individualmente em suas casas, a televisão faz companhia, ensina, conforme o enunciado da Neide, que afirma gostar muito dos programas policiais porque eles ensinam a viver na cidade.

Também adoro assistir ao Balanço geral, Cidade Alerta. Porque lá eles contam a história a você. Você aprende muito com as histórias deles. Eu aprendi muito a me virar no mundo assistindo esse jornal. Que nem no Cidade Alerta passa muita coisa de violência que fica falando tudo que passa. Só que querendo ou não, você ali, você vai aprendendo as coisas. Você sabe o que tem que fazer e o que não tem. Então aprendemos com jornal (Neide).

Assim, observa-se que no mundo do trabalho, as mediações fundantes propostas por Martin-Barbeiro - comunicação, política e cultura -, se relacionam a todo o momento. A entrevistada do enunciado acima é migrante de um estado do nordeste brasileiro e, apesar de morar há muitos anos na Região Metropolitana de São Paulo, ainda enfrenta dificuldade para entender a cidade. E, por isso, na falta de colegas de trabalho com quem conversar e trocar experiências sobre, busca aprender com os jornais, ainda que seja o jornalismo sensacionalista. Um viés do jornalismo que planta o medo da violência urbana e que ajuda inclusive a reforçar o sentimento de conformismo e gratidão por trabalharem a domicílio, ainda que de forma precarizada, porque pelo menos não precisam enfrentar situações adversas da vida na metrópole.

Nesse sentido, um outro achado feito pela pesquisa tem a ver com a relação das costureiras com as rádios. Imaginava-se que, dado o aumento da presença das

televisões e uso do celular para escutar música em aplicativo como o YouTube, essa relação poderia ter mudado um pouco. Mas o que se encontrou é que pelo menos duas das sete entrevistadas acompanham a programação das emissoras e utilizam as redes sociais para se conectarem com os apresentadores.

Veja no relato da Fátima sobre uma interação com um apresentador de rádio. Ao final ela se gaba do fato dele “até” o nome dela ter dito.

[...] Mas assim teve um dia de manhã cedo da Nativa, eu mandei bom dia pro “Jones mande bom dia”, até eu liguei, ele falou meu nome.

Pesquisadora: E você mandou por onde? Pelo celular? Pelo WhatsApp.

Entrevistada: Pelo Facebook. Tem hora que é ao vivo - que ele faz a live que chama, né? Aí eu liguei, aí deu bom dia, olha até meu nome o Jones falou (Fragmento da entrevista com a Fátima).

A emoção de ouvir seu nome sendo mencionado tem a ver com um sentimento de ser mencionada, reconhecida como pessoa, ou seja, ela existe e merece algum destaque neste mundo onde só pessoas conhecidas, famosas ou políticos são mencionados. Este é o nível de relação com os meios que consomem.

Assim sendo, é possível concluir que a comunicação é fundamental para a atividade de trabalho não só porque dela depende para acontecer - assim como da linguagem com o objetivo de comunicar -, mas porque a viabiliza como suporte. Nesse sentido, podemos reafirmar a sua importância ao verificarmos como os meios de comunicação seguem sendo relevantes para o cotidiano de vida das trabalhadoras, ajudando-as a formar sentidos, revelados aqui por meio da língua.

Observa-se agora como as novas TCIs são mobilizadas no cotidiano de trabalho das costureiras e como elas operam na transformação das relações no mundo do trabalho.

5.9 O WhatsApp como processo de comunicação que transforma as relações no trabalho

As TCIs estão na base de sustentação da nova divisão internacional do trabalho, materializada nas Cadeias de Produção nacionais e internacionais. Essas tecnologias auxiliam no processo de gestão dos dados e da produção desterritorializada em todos os níveis. O processo de transformação sofrido pela indústria têxtil em São Paulo também engloba essas novas formas de gestão,

especialmente a partir da retomada recente do trabalho a domicílio como parte do processo produtivo.

No caso tomado para análise pela presente pesquisa, a gestão da empresa para a qual as costureiras prestam serviço pode-se dizer que é feita prioritariamente via o aplicativo de mensagens instantâneas para smartphones WhatsApp, conforme relataram as entrevistadas pela pesquisa.

Considera-se, assim, que os achados de pesquisa sobre o uso mandatório do *WhatsApp* pelas costureiras para se comunicarem com a empresa como um avanço importante para compreender como a atividade de comunicação, entendida como fundamental para a realização da atividade de trabalho, tem sofrido transformações ao longo dos anos, especialmente quando mediada pelas novas TCI.

Assim, para compreender como a utilização do *WhatsApp* para a gestão da produção as relações de comunicação no mundo do trabalho, tomaremos como proposta analítica o conceito de dispositivo comunicacional de Dominique Maingueneau (2004) transposto à situação de trabalho das costureiras.

Para isso, adota-se como base o debate iniciado por Fígaro e Grohmann (2017) que, valendo-se do conceito de dispositivo comunicacional de Maingueneau, afirmam que a própria situação de trabalho é um dispositivo comunicacional, uma vez que na situação de trabalho é possível encontrar elementos de suporte materiais de produção; assim como uma situação de difusão e uma situação de recepção. Os autores argumentam que “primeiro, o dispositivo é comunicacional, o âmbito do discurso extrapola o texto linguístico para manifestar-se como uma totalidade de linguagens e coenunciadores dispostos na comunicação” (Fígaro e Grohmann, 2017, p. 70). Logo seguem avaliando a proposta operacional de Maingueneau para o conceito. “Percebe-se a natureza operativa do conceito e a proposta de que tal operacionalidade se dê como instrumental analítico capaz de revelar os deslocamentos e os efeitos de sentido” (Fígaro e Grohmann, 2017, p. 70). Assim sendo, “tema, texto, mídiun, tempo e espaço, coenunciadores formam um dispositivo discursivo-comunicacional que se altera quando um dos seus elementos se alterar” (Fígaro e Grohmann, 2017, p. 70). Logo, o mundo do trabalho como espaço privilegiado de revelar os efeitos de sentido das relações sociais pode ser tratado como um dispositivo discursivo-comunicacional.

Dessa forma, Fígaro e Grohmann (2017) propõem um esquema que trabalha a noção de dispositivo comunicacional de Maingueneau que envolve os seguintes

termos de análise: suportes materiais de produção; situação de difusão e situação de recepção. Elementos que

remetem às condições de produção dos discursos, o que quer dizer que, embora o enunciador considere em seu discurso as condições para produzi-lo, mesmo contando com determinada situação de recepção e de difusão, somente o processo mesmo de acontecimento do discurso é que poderá confirmar ou não as estratégias adotadas. (Fígaro e Grohmann, 2017, p.71).

Assim sendo, mobiliza-se o conceito de dispositivo comunicacional para operacionalizá-lo na análise dos discursos sobre a atividade de trabalho como forma de tornar “operativa a observação *in loco*, dando ao pesquisador/observador pistas sobre o que e como observar nas relações de comunicação” (Fígaro e Grohmann, 2017, p.71).

Vale ressaltar, no entanto, que embora a proposta de Maingueneau (2004), e por conseguinte a de Figaro e Grohmann (2017), seja por distanciar-se do uso do termo dispositivo na comunicação apenas para se referir aos aparelhos eletrônicos, o *WhatsApp*, como espaço de conversa entre as costureiras e a empresa e entre elas mesmo, é, segundo a concepção delineada até aqui, suporte material de produção dos discursos orais (áudios) e escritos (mensagens de texto). Ao mesmo tempo em que é situação de difusão, porque é onde se permite que as trocas aconteçam, ainda que a distância. As situações de recepção são quase sempre individuais, já que cada uma das costureiras trabalham por conta em seu local de trabalho. Nos casos em que se trabalha em família, apenas uma delas tem contato com a empresa, assim seguem sendo individuais.

Embora as entrevistadas para a presente pesquisa não compartilhem o local de trabalho, muitas delas se conhecem e realizam conversas sobre o trabalho, como visto no ponto anterior, também por meio do aplicativo de mensagens. Logo, é possível refletir que este foi adotado porque corresponde à necessidade de comunicação que simule o interpessoal instantâneo e presencial, uma vez que esta plataforma permite troca de áudio ou audiovisual, e também porque a situação de trabalho assim o exige, ou seja, o aplicativo foi adotado porque serve às rotinas de trabalho das costureiras. Dessa forma, é preciso considerar que “para além da comunicação cujo fluxo é iniciativa da empresa por meio de suas diretrizes e orientações, há a comunicação para o exercício do trabalho, que se dá entre os pares na realização da tarefa” (Figaro; Grohmann, 2017, p. 72)

Assim sendo, faz-se importante ter em mente ainda que,

As situações privilegiadas para essas trocas são as presenciais, mas hoje existem mecanismos para as situações de difusão a distância. Aplicativos, como o WhatsApp, podem permitir todo o desenvolvimento de trocas formais e informais sobre e como trabalhar (Figaro; Grohmann, 2017, p.73).

A utilização do *WhatsApp* como um novo espaço de trocas entre colegas de trabalho e empresas já veem sendo estudada em outros setores. Mas depara-se que o uso intenso e mandatório pelas costureiras foi revelador das transformações sofridas pelo mundo do trabalho causadas pelo avanço das novas TCI que buscam acelerar a circulação do capital. Ou seja, o *WhatsApp* conforma um dispositivo comunicacional para o trabalho das costureiras que cumpre este propósito, pois intensifica o ritmo do trabalho ao resolver problemas e permitir sanar dúvidas do processo de produção em instantes. No entanto, vale lembrar que a comunicação, no mundo do trabalho, já era utilizada pelo Fordismo e Toyotismo, por exemplo, para institucionalizar normas da racionalização do trabalho. A inovação agora é que as comunicações que têm encontrado nas TICs um poderoso aliado para a ampliar a flexibilização, desespecialização das equipes, as mudanças nas plantas fabris e mais uma inúmera gama de modificações justamente pela sua alta capacidade e agilidade de troca de dados e informações.

Essa reflexão ganha concretude no relato da costureira Julia, que diz que o celular já é instrumento fundamental para a realização do trabalho. Isso porque é via o celular que ela se comunica com a empresa em caso de dúvidas ou em caso de que haja algum problema com o corte, como a falta de alguma peça, diferença de cores entre os tecidos.

Olha o celular para mim, tem momento que ele é fundamental, porque que nem essa empresa que eu pego o serviço, se eu tô com alguma dúvida ou tem algum problema no corte que eu pego na hora, eu mando mensagem e recebo na hora. Então, isso daí é maravilhoso (Julia).

No entanto, a novidade do uso do celular para esse tipo de comunicação, que em medida diferente já acontecia antes dos smartphones, está na instantaneidade das conversas por aplicativos de mensagens, segundo afirma a própria costureira: “eu pego na hora, eu mando mensagem e recebo na hora” (entrevista Julia). Além disso, esse novo formato de comunicação em tempo real ainda pode contar com todas as funcionalidades de envio de fotos e vídeos, e a realização de vídeos chamadas.

Embora em seu enunciado, a entrevistada Julia não faça referência direta ao *WhatsApp*, supõe-se que é ao aplicativo a que ela se refere porque outras entrevistadas confirmaram a existência e o uso de um canal no *WhatsApp* criado pela empresa para sanar dúvidas. Nesse sentido, a costureira Julia destaca, ainda, que a possibilidade de ser atendida instantaneamente é “maravilhoso”. A utilização desse adjetivo pode indicar que tem sido positiva a interação com a empresa via o aplicativo, porque, como espaço de trocas entre a trabalhadora e empresa, ainda que individual, pode ser considerado mais seguro para a trabalhadora, uma vez que a situação de difusão é livre do stress que pode existir no ambiente fabril. A condição de produção do discurso da trabalhadora é segura, uma vez que ela não precisa se deslocar do posto de trabalho dela ao posto da supervisão, e a situação de recepção é desconhecida. Não se sabe qual o humor e a disponibilidade do supervisor naquele momento, nem como qual a reação física de quem recebe.

A mesma entrevistada segue dando um outro exemplo de como o *WhatsApp*, como situação de difusão, é útil não só para a gestão, mas também no processo de prescrição e de aceleração do trabalho. Novamente ela destaca a rapidez do contato, as facilidades proporcionadas pelas possibilidades de interação do aplicativo, como o envio de fotos, e o fato de que não fosse esse espaço de trocas ela teria que se deslocar até a empresa, tendo que sair do seu posto de trabalho.

É que nem eu estava fazendo uma peça. Foi a primeira vez que ele [o funcionário da empresa] trouxe o corte. Eu não tava acertando fazer o pezinho e eu tentando, tentando, não consegui. Na hora eu mandei mensagem para ele, não consigo fazer o pezinho. Ele me mandou as fotos e falou já tô mandando o motorista te mandar uma, te levar uma peça piloto. Olha que coisa maravilhosa! Se eu não tivesse o celular eu ia ter que parar o meu serviço e ir até a empresa para ver (Julia).

Diante da recorrência às referências do uso do *WhatsApp* pelas duas primeiras entrevistadas na pesquisa, passamos a incluir perguntas diretas de como acontecia o contato com a empresa. A Maria então afirma que todo o contato com a empresa é feito via *WhatsApp*, e ainda explica que há dois números/canais diferentes de contato com a empresa. Um relacionado à gestão, com o qual se trata temas administrativos/financeiros, e outro relacionado às dúvidas de prescrição do trabalho.

Tudo pelo *WhatsApp*. Quando está terminando o serviço, eu já vou, já falo com ele. Tem dois *WhatsApp*: um *WhatsApp* onde a menina me pede serviço e tem um *WhatsApp* da administração que aonde a parte toda é do financeiro. Tipo assim, quando você termina o corte você vai, você vai pelo *WhatsApp* do financeiro e fala “Ó, terminei o corte”. Aí ela vai, faz as contas e aí eu recebo (Maria).

Percebe-se que toda uma sessão da empresa agora foi reduzida a um canal do *WhatsApp*. Toda a situação de difusão e recepção dos discursos relacionados ao pagamento passa a ter como suporte de produção o aplicativo de mensagens. Esse é nível de transformação imposta pela comunicação ao mundo do trabalho a partir da incorporação da tecnologia como observado nesta pesquisa.

Para além disso, no entanto, o uso do *WhatsApp* tem como função incrementar a produtividade, pois, a incorporação do aplicativo na gestão da empresa acelera a produção e otimiza recursos, desonerando-a do oferecimento de outros tipos de suporte que requeiram mais profissionais, com um setor contábil ou mesmo de recursos humanos.

No trecho a seguir da mesma entrevista, a entrevistada descreve uma situação de uso do *WhatsApp* nas trocas com as colegas de profissão. Perguntada sobre como ela se relaciona com as demais costureiras, ela confirma que é via o aplicativo de mensagem e dá como exemplo a possibilidade de realizar chamadas de vídeo para apoiar na solução de problemas com a máquina de costura, por exemplo. O enunciado “É ali que se desenrola” remete à condição de produção dos discursos sobre o trabalho. É no aplicativo que a atividade de comunicação acontece, portanto, e retomando o conceito de práticas languageiras, as conversas no *WhatsApp* se converteram em linguagem para o trabalho e no trabalho.

Pesquisadora: E como que é? Você fala mais pelo *WhatsApp*, com elas?

Entrevistada: Pelo *WhatsApp*. Quando é alguma coisa da máquina, a gente fala, a gente liga a câmera, elas vão explicando por câmera, entendeu?

Pesquisadora: Então, faz chamada de vídeo. E como era quando eu não tinha isso?

Entrevistada: aí era ruim demais, né? Era ruim demais. Era mais difícil, porque daí você tinha que ligar pra pessoa. Hoje em dia é muito rápido, né? Você mandou uma mensagem, você fala por áudio e. É ali que se desenrola.

Pesquisadora: Então você pode falar que o *WhatsApp* também é ferramenta de trabalho para você hoje?

Entrevistada: Com certeza. E eu nem posso falar. A conta da empresa. Com a empresa quase todo dia, se estão perguntando se quer uma coisa, uma grade... “Ah, eu quero uma grade de dez peça, de 20 peça”. Aí, ela já manda mensagem. (Fragmento da entrevista com a Maria).

A entrevistada ainda reafirma que em tempos passados, sem os *smartphones*, as trocas eram mais penosas, especialmente por causa da demora nas respostas.

“Hoje em dia é muito rápido”, afirma a costureira. A agilidade de comunicação é reflexo da necessidade da rapidez na solução de problemas na produção. O *WhatsApp* é a sala do café, é a mesa do financeiro e o local do supervisor, e a ponte entre as próprias trabalhadoras.

No trecho referido da entrevista com a Maria, a trabalhadora relembra mais uma vez como se dá a relação com a empresa, que a Neide descreve como sendo diária: “Todo dia de manhã eles mandam bom dia pra saber se tá precisando de alguma coisa e se tem para retirar”. Essa interação diária, traduzida na pergunta se estão precisando de algo, pode ser lida como uma forma de gestão e controle da produção. Uma forma de checar se as trabalhadoras estão produzindo naquele dia e se estão precisando de mais trabalho.

Não foi possível, entretanto, notar discursos críticos por parte das entrevistadas sobre o uso do *WhatsApp* como ferramenta de comunicação com a empresa. Ao contrário, seria possível dizer que a maioria delas valoriza essa nova forma de gestão. Como no enunciado da Isabel que mais uma vez retoma a vantagem do imediatismo dessa forma de comunicação. Para ela, o uso do celular facilitou o processo de produção. “Ah, eu acho que facilitou. Facilitou bastante, porque antes era só telefone, né? E você falava com uma pessoa, depois você não conseguia e tinha que esperar. E hoje, coisa muito mais rápida para resolver” (Isabel).

Dessa forma, a condição de comunicação proporcionada pela utilização do *WhatsApp* é valorizada pelas costureiras, pois facilita e agiliza as interações e gera um suporte material de produção dos discursos seguro tanto pela situação de produção, mas principalmente pela situação de recepção desses discursos pela empresa contratante.

Além disso, as análises apresentadas neste capítulo convidam todos a pensar na necessidade de aprofundar alguns dos debates aqui levantados. Nesse sentido, destaca-se que a análise das contradições que se apresentam nos discursos sobre amar um trabalho exercido em condições tão precárias de exploração, nos coloca a dúvida se essa seria uma forma de abertura para emancipação, visto que para as entrevistadas pela pesquisa a costura de coloca como uma forma de independência, sustento e sobrevivência, ou como aspecto que aprofunda a submissão às lógicas do capitalismo patriarcal. Esse aprofundamento poderá ser realizado em artigos científicos que possam vir a ser produzidos a partir dos resultados da presente pesquisa ou, ainda, em pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as primeiras conclusões possíveis apresentadas pela pesquisa está o processo de reorganização da indústria têxtil de confecção em São Paulo, que se aprofunda a partir dos anos 2000, fazendo crescer novamente o trabalho a domicílio. Um evento que acontece em resposta à crise cíclica do capitalismo, sobretudo do capital industrial, e que atinge, como vimos, especialmente a força de trabalho das mulheres periféricas.

Isso porque, de acordo com Trindade (2017), retomando o debate promovido por Antunes (2009) sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, os efeitos do aprofundamento das crises do capitalismo podem ser sentidos no crescimento das formas de trabalho temporário, bem como “na externalização da produção para espaços que permitem maior exploração da força de trabalho” (Trindade, 2017, p. 226). O trabalho a domicílio de costura faz parte desse processo de externalização e permite a superexploração da força de trabalho das costureiras que ganham por produção e estão submetidas a formas de controle e subordinação que configuram um vínculo de assalariamento.

Embora, frente a inúmeras denúncias envolvendo trabalho análogo a escravidão em confecções em São Paulo, as instituições públicas brasileiras tenham se movimentado para criar mecanismo que combatem a violação dos direitos humanos e trabalhista em decorrência da superexploração e das condições precárias de trabalho na cadeia têxtil, uma parcela grande de empresas segue à margem desse processo, subcontratando força de trabalho para a produção. Contudo, esse artifício de subcontratação atende, também, ao modelo de produção da chamada indústria *fast-fashion*, calcado na sazonalidade da produção, na confecção de roupas baratas em larga escala, e muitas vezes de baixa qualidade, o que demanda uma produção flexível que funcione sob demanda.

Ademais, esse processo de reorganização da indústria têxtil acontece no âmbito do surgimento das cadeias de produção, como um fenômeno da globalização econômica, e que possui como propulsores gerais as novas TCI, que permitem maior troca de dados e informações; a redução nos custos de transporte global e a liberalização comercial e de investimentos. Como causa mais visível desse processo

está a desterritorialização do processo produtivo e a terceirização da produção. Ou seja, é uma tendência global do capitalismo industrial a forma de organização em cadeias de produção onde os processos produtivos se realizam separadamente.

Não obstante, no caso estudado pela pesquisa, a empresa de roupas infantis não está inserida diretamente nesse modelo de organização produtiva das cadeias. A subcontratação das costureiras parece responder mais à crise do capitalismo industrial no Brasil. Apesar disso, no entanto, tanto a empresa quanto as costureiras não estão livres de sofrerem com o impacto da nova característica da globalização, uma vez que os preços das linhas, por exemplo, sofrem com a variação internacional. Portanto, aqui, refutamos em parte uma das três hipóteses tomadas pela pesquisa de que a desterritorialização da produção das cadeias seria uma forma de alienação das mulheres costureiras enquanto força de trabalho produtiva. No entanto, o trabalho a domicílio, como resultado da externalização da produção, sim está associado a essa alienação como foi possível notar no discurso de algumas das entrevistadas e analisados no quarto capítulo.

Quais são as causas mais concretas desse processo de aprofundamento dos mecanismos de exploração do trabalho a domicílio das costureiras entrevistadas? O primeiro deles pode ser encontrado nos efeitos da precariedade do mercado de trabalho informal que se estende por toda a vida das mulheres. Durante a pesquisa pudemos concluir que aquelas trabalhadoras que nunca trabalharam formalmente na indústria têxtil vivem em condições materiais de vida muito mais precárias. Enquanto aquelas que puderam ser operárias formalizadas na indústria conseguiram ao menos uma casa própria. A informalidade e a superexploração fazem persistir a precariedade da própria vida.

No entanto, estudar as relações de comunicação e trabalho sob a perspectiva do binômio não nos permite olhar para o trabalho de forma simples e, por esse motivo, com a observação direta do mundo trabalho e das suas mediações, abordamos as costureiras enquanto sujeitos ideológicos de seus discursos e dos sentidos do trabalho. Nesse aspecto, a análise dos discursos das participantes nos apresentou uma conjuntura que convida todos a pensar sua realidade de maneira dialética. Se bem as estruturas econômicas são determinantes para o estabelecimento das condições de vida dessas trabalhadoras, é no trabalho que elas se constituem como

sujeitos históricos e onde criam processos de resistência à própria lógica patriarcal, enquanto força estruturante do capitalismo.

Visto que entre os objetivos específicos da pesquisa estava apreender como e em que contexto se dão as atividades de comunicação e trabalho das costureiras, entendendo o lugar de trabalho como espaço privilegiado de mediação social, buscamos compreender quais são os sentidos do trabalho construídos pelas costureiras. Assim sendo, seus discursos revelam que o trabalho de costura está relacionado à independência, ao senso de utilidade, sobrevivência e, em último caso, ao prazer. Essas conclusões só foram possíveis de serem alcançadas por meio da ergologia enquanto ciência que trata a atividade de trabalho como processo de gestão de si e de sei pelos outros (Schwartz, 2007).

Portanto, ao senso comum pode parecer um traço de alienação os enunciados apresentados em que as costureiras declaram gostar do seu labor, mesmo em uma conjuntura de exploração e precarização. Todavia, a partir do contexto de vida das trabalhadoras, o fato de poder trabalhar “por conta” em suas máquinas, gestando seu tempo, gerando renda com sua profissão é uma conquista.

Igualmente, a possibilidade dada a elas de poder exercer uma profissão, que elas reconhecem ser importante, gera ainda um sentimento de gratidão. E isso foi possível de ser notado nos enunciados em que elas se referiam à dona da empresa contratante com o pronome pessoal “ela”. Ao tratarem a empresa como uma pessoa, o que dá um sentido de aproximação, elas dizem que a dona que não pode pagar mais pela produção, ou seja, pagar aquilo que o trabalho merece, porque a dona é quase como elas, uma trabalhadora lutando para “pagar contas”. Essa antropomorfização da empresa cria uma personalidade benéfica para a empresa.

Dessa forma, considera-se também que as declarações afetivas ao trabalho de costura dessas trabalhadoras partem de um lugar de consciência de que essa é uma alternativa de empregabilidade mais vantajosa frente às demais alternativas de trabalho mais comuns apresentadas às mulheres sem qualificação, casadas, com filhos e moradoras de periferia. Ainda assim, como aconteceria em todas as outras formas de empregabilidades, o trabalho remunerado de costura é mediado pelo trabalho não-pago de cuidado realizado por elas. E a atribuição natural do trabalho de reprodução social às mulheres é fator de mediação porque ele é determinante para o

processo de feminização do trabalho a domicílio, resultante também da divisão sexual e racial do trabalho.

Ainda no que tange as medições do trabalho de costura, é possível pontuar dois importantes aspectos da vida social dessas mulheres. Um que tem a ver com o espaço de socialização desfrutado e compartilhado por muitas delas, que é a comunidade católica do bairro. De que forma os dogmas da igreja católicas estão presentes no construto social dessas mulheres, como uma forma de transformação das suas relações familiares e de trabalho? Como o senso de comunidade construído pela igreja poderia ajudar a moldar uma forma de luta coletiva deste grupo de trabalhadoras? Ou ainda, como a própria filosofia da igreja inspira as mulheres a estarem conformadas com as suas condições de vida? Perguntas possíveis de serem colocadas e que poderão ser trabalhadas em artigos e textos que possam derivar desta pesquisa.

Outro aspecto está relacionado à própria família. Todas elas são ou já foram casadas. Quando falamos do trabalho de cuidado mediando o trabalho de costura nos detivemos aos afazeres domésticos e de cuidado com as pessoas, mas vale ressaltar que a estrutura social e política de uma família heterossexual, onde o homem é considerado o provedor da casa, sustenta o que chamamos de secundarização do trabalho feminino. Ainda nos casos em que as entrevistadas são separadas e hoje são responsáveis solas pelo seu sustento, essa estrutura em algum momento esteve presente.

Ao mover-se pelo campo dos discursos, busca-se compreender a língua no processo de trabalho. Por isso, pondera-se que ouvir sobre a atividade de trabalho das costureiras diretamente das trabalhadoras contribuiu para valorizá-las como protagonistas do trabalho. Assim sendo, pudemos estudar as práticas languageira sobre o trabalho das entrevistadas como forma de revelar como a linguagem é fundamental para as relações de comunicação e, portanto, de trabalho dessas trabalhadoras.

De tal modo, conclui-se que a linguagem com o objetivo de comunicar é usada para a construção das relações sociais com as colegas do bairro, para trocar informações sobre a atividade de trabalho que envolvem a solução de dúvidas e no compartilhamento de conhecimento no processo de renormatização entre o trabalho

prescrito e o inédito da sua atividade. Ou seja, a comunicação como apoio no processo de circulação do saber-fazer com status de prescrição.

À vista disso, sobre os usos pela empresa do *WhatsApp* como forma de gestão e controle de trabalho, e com base no conceito de dispositivo comunicação de Maingueneau (2004) transposto à situação de trabalho (Fígaro e Grohmann, 2017), apreendemos que a condição de comunicação proporcionada pela utilização do aplicativo é valorizada pelas costureiras, pois facilita e agiliza as interações com a empresa e entre as colegas e gera um suporte material de produção dos discursos seguro. Dessa forma, inferimos ainda que a comunicação é fundamental para a atividade de trabalho não só porque dela depende para acontecer, mas porque a viabiliza como suporte. Assim, a comunicação também é apropriada pelo capital para acelerar a racionalidade dos processos produtivos e otimizar recursos, aumentando a produtividade.

Ainda que a presente pesquisa parte da perspectiva do binômio que considera o mundo do trabalho com espaço privilegiado de mediação das relações sociais, uma vez que a partir do trabalho desenvolvemos conexões com quase todas as instâncias da vida. Assim sendo, consideramos importante conhecer as relações que as costureiras historicamente estabelecem com os meios de comunicação como forma de aproximarmos-nos da vida destas como enunciadoras dos discursos analisados.

Nesse aspecto, a pesquisa reafirma que os meios de comunicação tradicionais, como rádio e a televisão, seguem sendo relevantes para o cotidiano de vida das trabalhadoras, e estão demasiado presentes em seus lugares de trabalho, ajudando-as a formar sentidos, revelados aqui por meio do discurso.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel . **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Sociologia), Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.
- AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281682>. Acesso em: 07 abr. 2023.
- AMORIM, Henrique; MODA, Felipe Bruner. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, [S.l.], v. 22, n 1 - janeiro/abril 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.06/60747739>. Acesso em: 20 maio 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6.ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ANTUNES, Ricardo (org.) **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. Gramsci e os estudos culturais: uma abordagem teórica para além da reprodução ideológica na comunicação. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 22, p. 723–740, 2018. DOI: 10.18764/2178-2865.v22nEp723-740. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9810>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas.** Cad. Pagu, Campinas, SP, n. 17-18, p. 267-310, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332002000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19/10/2020
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar; PEREIRA, Veronica Clemente. **O Sentidos do Trabalho da Mulher no contexto da Reestruturação Produtiva.** Trabalho apresentado ao 8 Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, 2004. Disponível em:

https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf. Acesso em: 07 abr. 2023.

BACCEGA, Maria A. **Palavra e discurso. História e literatura**. São Paulo: Ática, 1995.

BALDIN, Nelma.; MUNHOZ, Elzira. M. Bagatin. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA: uma experiência com a técnica de pesquisa Snowball (bola de neve). **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 27, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRAIT, Beth. (Org.) **Bakhtin. Outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução a análise do discurso** - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. I.

BRASIL. Ministério do Salário e Emprego. Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres. **Gov.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres#:~:text=Destes%2C%205.539%20milh%C3%B5es%20s%C3%A3o%20mulheres,em%20m%C3%A9dia%20um%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado: a mulher na Indústria Paulista**. Ática, São Paulo, 1978.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.23, n.2, p.331-353, 2006. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/221>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O campo da ciência**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CALLIL, Victor. **Cadeia produtiva e mercado: um estudo sobre a produção e a venda de moda varejista na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2014.

CAMPOS, Beatriz Luedemann. **Companheiras em greve: o movimento paredista da União das Costureiras em junho de 1919**. Revista Angelus Novus, ano XII, n. 17, 2021 • ISSN 2179-5487. Acessado em 30/05/2024

DURAFFOURG, J. O trabalho e o ponto de vista da atividade – conversa entre Jacques Duraffourg, Marcelle Duc e Louis Durrive. In: SCHWARTZ, Yves;

DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Coord. da tradução e revisão técnica: Jussara Brito e Milton Athayde. 2. Ed. Niterói: EdUFF, 2010.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Ergologia I: Conversas sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2007.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Ergologia II: Diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho**: Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.

FIGARO, Roseli. Recepção da comunicação no mundo do trabalho: uma crítica à ação comunicativa. **Revista "C-Legenda"**, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36822/21397>. Acessada em: 08/06/2024

FIGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Fronteiras – estudos midiáticos**, São Paulo, SP, v. 16, n. 2, p. 124-131, maio/agosto 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.06>. Acesso em: 19 out. 2020.

FIGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. **Galaxia**, São Paulo, SP, n. 39, p. 177-189, set-dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/3fjwtpkq4M9y9VZJvytFcyk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 19 out. 2020.

FIGARO, Roseli. O campo da comunicação e a atividade linguageira no mundo do trabalho. **Revista Chasqui**, n. 126, 2014. Disponível em: <http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/266/html7> Acessado em 07/05/2024

FIGARO, Roseli. GROHMANN, Rafael. Dispositivos comunicacionais no mundo do trabalho: uma revisão teórica para operacionalizar o conceito. **Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS. V. 18, n. 38, p.62-75, set-dez 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4669/2288. Acessado em: 18/06/2024

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes 2008.

GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**; prefácio Geraldo Galvão Ferraz. Companhia das Letras, São Paulo, 2022.

GEREFFI, Gary. **The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks.** In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Ed.). *Commodity chains and global capitalism.* Westport: Praeger, 1994. p.95-122

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** 7. ed. – [3. Reimpr.] – São Paulo: Atlas, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flavia Rio, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOOGLE Maps. [S.], 2024. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/EB2kT8VNmZWx6RE46>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HANDCOCK, Mark S., GILE, Krista G. **On the Concept of Snowball Sampling.** Cornell University Library, 2011. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1108.0301.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n.1, p.39-50, jul. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>. Acesso em: 05 abr. 2023.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005

LEITE, Marcia de Paula., SILVA, Sandra Roberta Alves; GUIMARÃES, Pilar Carvalho. O trabalho na confecção em São Paulo: as novas formas da precariedade. **FAPESP**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000100004>. Acesso em: 07 abr. 2023.

LEITE, Marcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 239-265, 2004.

LEMOS, Patrícia Rocha; CASTRO, Mariana Pereira de. Costurando gênero: processo de trabalho na indústria brasileira do vestuário. **Argum.**, Vitória, v. 14, n.1, p. 194-210, jan./abr. 2022.

LEONE, Luciana di. Poetas, costureiras, tecelãs: a importância dos saberes de pouca importância. **ALEA**, Rio de Janeiro, vol. 24/3, p. 200-215, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/GtH5f9SyvKxYFydXsW8L5DB/> Acessado em: 30/05/2024

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo.** 2.ed.São Paulo, SP: Centauro, 2004.

LOPES, Carlos; ROMANCINI, Mariana. **Comunicação e Transdisciplinaridade.** São Paulo: Editora Exemplo, 2014.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

LOPES, Maria Immacolata V. Pesquisa em comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências em Comunicação**, Volume XXVII, no 1, Janeiro/Junho, 2004.

LOPES, Maria Immacolata V. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 26, p.17 a 34, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37469/40183>. Acesso em: 29 jun. 2024.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAIS de 3 mil crianças estão sem vaga na creche em Mauá. **A Verdade**.2022. Disponível em: [https://averdade.org.br/2022/01/mais-de-3-mil-criancas-estao-sem-vagas-de-creche-em-maua-sp/#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3oJuventudeMulheres-,Mais%20de%203%20mil%20crian%C3%A7as%20est%C3%A3o,de%20creche%20em%20Mau%C3%A1%20\(SP\)&text=Durante%20o%20m%C3%AAs%20de%20janeiro,para%20o%20m%C3%AAs%20de%20fevereiro](https://averdade.org.br/2022/01/mais-de-3-mil-criancas-estao-sem-vagas-de-creche-em-maua-sp/#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3oJuventudeMulheres-,Mais%20de%203%20mil%20crian%C3%A7as%20est%C3%A3o,de%20creche%20em%20Mau%C3%A1%20(SP)&text=Durante%20o%20m%C3%AAs%20de%20janeiro,para%20o%20m%C3%AAs%20de%20fevereiro). Acesso em: 21 abr. 2023.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **A oposição entre o trabalho doméstico e o trabalho feminino remunerado**. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. O mundo popular: trabalho e condições de vida. CAVALCANTI, Mariana; MOTTA, Eugênia; ARAUJO, Marcella (Org.). Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, [1979]. p. 29-44.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O (velho e bom) caderno de campo. Artigo publicado originalmente na **Revista Sexta-feira** n. 1, maio de 1997, São Paulo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6828606/mod_resource/content/1/Magnani_caderno_de_campo.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**.. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Fondo de Cultura Económica, Chile, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2021.

MARTÍN- BARBERO. Jesús. **América Latina e os anos recentes**: o estudo de recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. (Org.). Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.39-68.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro I. 33 ed, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Costurar e batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino - São Paulo (1900-1930). **Textos de História**, v. 8, n. 112, p. , 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27811> Acesso em: 30 maio 2024.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões . Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, Janeiro/Abril 2018.

MOLINIER, Pascale. **Antes que todo, el cuidado es un trabajo**. In: Luz Gabriela Arango, Pascale Molinier (eds.) *El Trabajo y la Ética del Cuidado*. Medellín: La Carreta Editores, p.45-64, 2011.

MOTTER, Maria Lourdes. A linguagem como traço distintivo do humano. **Princípios: teoria, política e informação**, n. 34, p. 68-72, 1994.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. A inserção da mão-de-obra feminina na indústria de confecção no Ceará: o caso das cooperativas de confecções do Maçico de Baturité. **Revista Brasileira de Normas Técnicas**, v. 28, n. 1/2, p. 115-126, 1997.

NOVAIS, Luis Fernando. A indústria têxtil e de confecções no Estado de São Paulo. **SEADE SP ECONOMIA**, n. 2, São Paulo, 2021.

NOUROUDINE, Abdallah. **A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho**. In: SOUZA E SILVA, Maria Cecília P.; FAITA, Daniel. *Linguagem e trabalho. Construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, Alana Carvalho. O conceito marxista de alienação e suas implicações no contexto das redes sociais e na formação de opinião do usuário. **Pólemos**, v. 07, n. 14, ano 2018.

OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. 2014. 223 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12 ed., Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 3 ed. Campanis, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Vozes, 1996.

PAIVA ABREU, Alice Rangel de. **O Avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.

PROCHNICK, Victor. **Cadeias produtivas e complexos industriais**. In: HASENCLEVER, Lia; KUPFER, David (Org.). *Organização industrial*. São Paulo: Campus, 2002, p. 1-9.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

SANTANA, André. O Sucesso do Cravo e a Rosa mostra o óbvio para a Globo. **Observatório UOL**, 2022. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/colunas/andre-santana/sucesso-de-o-cravo-e-a-rosa-mostra-o-obvio-para-a-globo>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SCHWARTZ, Yves. DURRIVE, L. **Trabalho & Ergologia**. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

SCHWARTZ, Yves. DURRIVE, L. **Trabalho e gestão**: níveis, critérios, instâncias. FIGUEIREDO, M. et al. (orgs) In: *Labirintos do trabalho. Interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19-45, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/tes/a/HTF7DtBVhZfgVZXqhkPX4Mx/abstract/?lang=pt> Acessado em: 31 jul. 2024.

SINDICATO das Costureiras do ABC.2024.**Perfil Sindicato das Costureiras**, São Paulo, 2024, Facebook: [sindicatodascostureirasabc](https://www.facebook.com/profile.php?id=100063498372786&sk=friends_likes). Disponível em: https://www.facebook.com/profile.php?id=100063498372786&sk=friends_likes. Acesso em: 24 jun. 2024.

TRINDADE, Hiago. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/sssoc/a/3TSwtXZPh6frCZF7QBNTLbP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

UNOPS; ONU MULHERES; MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). **Mulheres na Confecção**: Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda. ONU, 2022 [Versão atualizada em 22/09/2022]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

VEIGA, João Paulo Cândia; GALHERA, Kátiuscia Moreno. Ação coletiva transnacional na cadeia de confecção do vestuário e a questão de gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 45, mai/ago 2017, p. 142-174. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004506>.

VIGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: The Massachusetts Institute of Technology, 2005.

VIZENTIN, Mayra Castro. A desvalorização da força de trabalho feminina na produção têxtil: apontamentos a partir da comunicação e da teoria da reprodução social. **Anais (...)**, Belo Horizonte, 2023. (evento híbrido, com uma etapa remota, realizada entre os dias 29 e 31 de agosto de 2023, e outra presencial, entre os dias 05 e 08 de setembro de 2023).

VOLÓCHINOV, Valentin -**Marxismo e Filosofia Da Linguagem**- Problemas Fundamentais Do Método Sociológico Na Ciência Da Linguagem. São Paulo: Editora 34, 2018.

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas de pesquisa

*Estudo de Recepção na cadeia de produção têxtil: o sentido do trabalho para as trabalhadoras de confecções subcontratadas*¹⁸

Identificação: Nome, idade, bairro onde mora, escolaridade, é casada, tem filhos, em que tipo de acondicionamento trabalha...

1-Como, quando e onde você aprendeu a costurar?

2-Há quanto tempo você trabalha com costura/como costureira e por que começou a trabalhar com isso?

3-Conte um pouco sobre a sua trajetória de trabalho com a costura. Sempre trabalhou em casa? Sempre de maneira informal?

4-Que tipo de materiais vocês já costurou? Quais valem mais a pena e quais você prefere fazer?

5-A renda da costura é a renda principal da família?

6-Qual foi o impacto da pandemia no trabalho? Chegou a ficar sem demanda? Qual foi a alternativa de renda?

Mapa cultural

1.O que você costuma assistir na televisão?

2.Que horas costuma assistir à TV normalmente? Assisti com a família?

3.Durante o trabalho da costura, costuma ouvir rádio ou música? Se sim, qual emissora e quais programas normalmente? Que tipo de música você mais gosta?

4.Você tem acesso a internet em casa e no lugar de trabalho? Wifi ou 4G?

5.Utiliza alguma plataforma da internet para ouvir música? Se sim, qual plataforma? Spotify?

6.Você costuma assistir séries em plataformas como Netflix e Globoplay? Se sim, quais já viu ou está vendo? Que tipo de conteúdo você mais gosta de ver?

7.Você utiliza redes sociais? Quais? Para que você usa as redes sociais?

¹⁸ Nome inicial da pesquisa como foi submetida ao CEP

8. Costuma interagir com outras costureiras em alguma rede, tipo grupo do Facebook, ou Whatsapp? Como é essa comunicação, vocês falam bastante? Qual a finalidade dos grupos?

9. Como é o contato ou a comunicação com a empresa que fornece serviço? Vocês fazem reunião para receber instruções? Como são esses encontros?

Sentidos do trabalho

1. Você já trabalhou em outros lugares que não fossem de costura? Como foi a experiência nesses trabalhos? Onde foi?

2. Você divide o trabalho doméstico com mais alguém da família? Com quem? Como é essa divisão?

3. Trabalhando com costura em casa, como costuma dividir o tempo de trabalho com as tarefas domésticas e de cuidado?

4. Quando te perguntam qual a sua profissão, qual a sua resposta?

5. Quando te perguntam para quem você trabalha, qual a sua resposta?

6. Como você determina qual o seu tempo de trabalho na costura? Como você controla esse tempo?

7. Como é a sua relação com a contratante? Você considera a empresa contratante sua “chefe”?

8. Quando você não quer realizar um trabalho, você tem liberdade para recusá-lo? Como você faz?

9. Por que você acha que o trabalho de costura é tão distribuído, ou seja, tão dividido, cada coisa se faz em um lugar? Poderia ser diferente? Como?

10. Você acha que o pagamento pelo seu trabalho é justo? Compensa?

11. O trabalho com costura mudou muito nos últimos anos aqui no bairro? Como mudou?

12. Antigamente se encontrava trabalho como costureiras mais fácil? Por que você acha isso?

A linguagem sobre e no trabalho

1. O que você costuma conversar com as suas colegas de trabalho?

2. Quando você está trabalhando, que tipo de assuntos você mais gosta?

3. Que tipo de histórias você mais gosta de ouvir ou de contar?

4. Qual assunto hoje que passa na televisão ou no rádio chama mais a sua atenção? Por quê?

5.O que está acontecendo no Brasil que influencia na sua vida e no seu trabalho?

6.Se você pudesse mudar alguma coisa na sua vida o que você mudaria? Por quê?

ANEXO A – Parecer CEP

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estudo de Recepção na cadeia de produção têxtil: o sentido do trabalho para as trabalhadoras de confecções subcontratadas

Pesquisador: Mayra Castro Vizentin

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60486122.0.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.631.945

Apresentação do Projeto:

Inspirado pelos estudos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), o presente projeto propõe uma pesquisa que pretende avaliar qual o papel dos meios de comunicação na construção dos sentidos do trabalho pelas trabalhadoras da cadeia de produção têxtil da cidade de São Paulo.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral é:

- compreender como os meios de comunicação auxiliam na construção do sentido de trabalho pelas trabalhadoras das confecções de roupa da cidade de São Paulo - SP, subcontratadas por empresas da cadeia de produção têxtil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

A Resolução 466/2012 deixa claro, em seu capítulo V – DOS RISCOS E BENEFÍCIOS, que toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados e, por isso, é necessário informar aqueles aos quais os participantes da pesquisa podem ficar expostos.

Em caso de entrevistas e em observações, os riscos mais comuns são cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; constrangimento, desconforto ou alterações de comportamento

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 5.631.945

durante gravações de áudio e/ou vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou conscientização sobre uma condição de trabalho; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre divisão de trabalho, satisfação profissional etc. Há ainda o risco de quebra de sigilo, pois mesmo quando tudo é feito para mantê-lo, e mesmo contra a vontade do pesquisador, ele pode ser quebrado, mesmo que de forma involuntária e não intencional.

Benefícios: São admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses (V1 e V2 da Resolução 466/12). No caso de pesquisas na área de comunicação e trabalho, os benefícios envolvem o processo de compreensão sobre a sua própria atividade de trabalho e o que ela representa, provocado pelas reflexões ao longo da vida profissional; desenvolvimento de forma mais diferenciada do conceito de comunicação no trabalho, envolvendo a troca de conhecimentos que possam ser aproveitados no cotidiano profissional e pessoal.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa relevante para a sociedade e para o avanço das Ciências Humanas e Sociais de maneira geral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos estão adequados.

Recomendações:

Por se tratar de um projeto do âmbito das Ciências Humanas e Sociais, recomenda-se a pesquisadora verificar a Resolução 510/16, além da 466/12 que ela declara embasar o projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado, pois está de acordo com a Resoluções CNS Nº 466/2012 e 510/2016 relacionadas à Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas pelo CEP, conforme Norma Operacional CNS n 001/13, item

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000
Bairro: Ermelino Matarazzo **CEP:** 03.828-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3091-1046 **E-mail:** cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 5.631.945

XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1963053.pdf	07/07/2022 11:49:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento_esclarecimento_pesquisa_Mayra_Vizentin.pdf	07/07/2022 11:48:38	Mayra Castro Vizentin	Aceito
Outros	desenho_pesquisa_Mayra_Vizentin.pdf	27/06/2022 15:09:59	Mayra Castro Vizentin	Aceito
Outros	termo_confidencialidade_pesquisa_mayra_vizentinassinado.pdf	27/06/2022 15:09:31	Mayra Castro Vizentin	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CARTA_PROTOCOLO_PESQUISA_MayraVizentin.pdf	27/06/2022 15:05:19	Mayra Castro Vizentin	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestrado_2021_MayraCastroVizentin.pdf	27/06/2022 15:03:11	Mayra Castro Vizentin	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_MayraCastroVizentin.pdf	23/06/2022 14:28:06	Mayra Castro Vizentin	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 08 de Setembro de 2022

Assinado por:
Beatriz Aparecida Ozello Gutierrez
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000
Bairro: Ermelino Matarazzo CEP: 03.828-000
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3091-1046 E-mail: cep-each@usp.br